

Índice

I – Apresentação	2
II – Enquadramento Macroeconómico	5
III – Introdução	8
IV — Execução Orçamental	10
4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa	10
4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013	14
4.1.2 - Execução Orçamental da Receita	20
4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa	37
4.2 – Poupança	52
4.3 – Evolução do Endividamento	55
4.4 – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso	69
4.5 – Artigo n.º 96 da Lei n.º 66-B/2012 que aprovou o Orçamento de Estado para 2013	71
4.6 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2013	73
4.7 – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2013	75
V — Situação Económico-Financeira	85
5.1 – Análise do Balanço	86
5.1.1– Imobilizado	87
5.1.2 – Circulante	89
5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos	91
5.1.4 – Fundos Próprios	
5.1.5 – Passivo	94
5.2 – Análise da Demonstração de Resultados	102
VI – Rácios Financeiros	106
VII – Contabilidade de Custos	108
VIII - Proposta de Aplicação dos Resultados	111



I – Apresentação

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia Municipal de Cantanhede

A Prestação de Contas é um exercício destinado a dar uma imagem tão fiel quanto possível do património, da situação financeira, da execução do orçamento e do resultado económico/patrimonial da entidade que o realiza, aspetos que devem ser enquadrados com a sua caracterização geral, de modo a permitir uma avaliação rigorosa da sua atividade.

É neste pressuposto que, de acordo com o preceituado no n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deve proceder, na sua segunda sessão ordinária, à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano transato, os quais devem igualmente dar conta do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais. Dadas a natureza e as características destes dois últimos tomos, eles são apresentados em separador próprio.

A Prestação de Contas e o respetivo Relatório de Gestão de 2013 foram elaborados nos termos do ponto n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, observando-se igualmente toda a restante legislação complementar aplicável.

A sua estrutura e redação possibilitam uma análise detalhada à atividade desenvolvida pelo Município de Cantanhede, bem como uma avaliação rigorosa e pormenorizada dos níveis de execução orçamental reportados ao ano de 2013. Efetivamente, os documentos que a seguir se apresentam foram construídos em moldes que facilitam a perceção clara e inequívoca dos indicadores económico-financeiros relevantes e sua respetiva evolução, como os níveis de execução orçamental no período sujeito a análise.

À semelhança do que tem sido a prática em anos transatos, do Relatório de Gestão fazem parte o comprovativo da certificação legal de contas e respetivo parecer do Revisor Oficial de Contas do Município de Cantanhede, havendo também uma área específica reservada à consolidação de contas da Autarquia, a qual inclui apenas a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM, SA, em resultado das atuais imposições legais sobre a matéria.

Por último, uma referência à relação dos níveis de execução orçamental de 2013 para dizer que esta tem por base os registos dos fluxos de caixa aprovados pelo executivo camarário em 21 de janeiro de 2014.



SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:

(Valores em Euros)

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:		
Em documentos	0,00	
Em numerário:		
de dotação orçamental	2 095 371,78	
de operações de tesouraria	518 163,81	2 613 535,59
RECEITA:		
Orçamental	19 473 130,33	
Operações de Tesouraria	1 361 013,95	
Virtual cobrada	0,00	20 834 144,28
DESPESA:		
Orçamental	19 702 775,98	
Operações de Tesouraria	1 320 000,51	
Virtual cobrada	0,00	
Virtual anulada	0,00	21 022 776,49
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:		
Em documentos	0,00	
Em numerário:		
de dotação orçamental	1 865 726,13	
de operações de tesouraria	559 177,25	2 424 903,38



Relatório de Gestão 13

A receita orçamental cobrada no ano de 2013 ascendeu ao montante de 22.086.665,92 euros (inclui o saldo da gerência anterior) e a sua origem é a seguinte:

Receita corrente 16 956 505,32

Receita de capital 2 512 621,98

Receita Outras 4 003,03

Saldo da gerência anterior 2 613 535,59 22 086 665,92

No que diz respeito à despesa orçamental paga, o seu valor totalizou 19.702.775,98 euros, montante que foi aplicado nos termos que se seguem:

Despesa corrente 11 593 306,69

Despesa de capital 8 109 469,29 19 702 775,98

CANTANHEDE, 10 de abril de 2014

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(João Carlos Vidaurre Pais de Moura)

_____4___ Município de Cantanhede



II – Enquadramento Macroeconómico

Durante o ano de 2013, a economia portuguesa continuou a caminhar no sentido do ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos que se foram acumulando ao longo das últimas décadas, processo que envolveu a contração da procura interna e que decorreu num cenário internacional desfavorável, muito em função da estabilização da atividade económica nos principais parceiros comerciais e da manutenção da fragmentação financeira na zona euro. Da parte da generalidade dos observadores, tem sido notória a convicção de que os custos económicos e sociais desse processo têm sido ampliados pela natureza sistémica da crise financeira internacional e da crise da dívida soberana na área do euro.

A definição clássica de recessão técnica traduz a queda do PIB em dois trimestres consecutivos (variação entre trimestres), situação que a economia portuguesa viveu desde o início de 2011 até ao arranque do ano de 2013. De acordo com essa definição, para interromper o ciclo de recessão técnica, basta ocorrer um trimestre de crescimento positivo, o que efetivamente aconteceu no segundo período trimestral de 2013, no qual a economia portuguesa cresceu 1,1%, depois de 10 trimestres seguidos a recuar. A tendência de evolução positiva do PIB prosseguiu no terceiro trimestre, com uma variação de 0,2%, resultado que, embora modesto, assinalou a saída oficial de Portugal da recessão técnica, nos termos do conceito comumente aceite. Em todo o caso, muitos economistas desvalorizam este tipo de leitura, por ser muito redutora e não traduzir a real situação de uma economia, pelo que propõem que para se considerar o fim de uma recessão é preciso muito mais do que um ou dois trimestres consecutivos de crescimento do PIB em cadeia. No caso português, e não obstante a cautela que a generalidade dos analistas evidenciam relativamente a esta matéria, a verdade é que a evolução em sentido ascendente que vinha a verificar-se desde o início de 2013 veio a confirmar-se mais uma vez nos últimos três meses, com o PIB a registar um crescimento de 0,5 % em relação ao terceiro trimestre e 1,6% relativamente ao período homólogo do ano anterior, a primeira vez que tal aconteceu desde o final de 2010. O INE justificou esta variação positiva com a recuperação da procura interna, principalmente o comportamento do consumo privado. De qualquer modo, a procura externa líquida teve um contributo positivo devido à aceleração das exportações de bens e serviços, situação a que não terão sido alheias as condições de financiamento progressivamente mais favoráveis e a flexibilização dos objetivos para o deficit orçamental em alguns países da área do euro.

Embora os resultados de Portugal tenham atingido uma expressão positiva bem mais acentuada que nas principais economias europeias, no conjunto do ano de 2013 o Produto Interno Bruto contraiu ainda 1,4%, evidenciando já uma clara desaceleração da tendência recessiva, que chegou a atingir 3,2% em 2012.



Entretanto, o Instituto Nacional de Estatística avançou que o índice de confiança dos consumidores portugueses voltou a melhorar em dezembro de 2013, mantendo a trajetória iniciada no início do ano, o que aconteceu mesmo depois de já conhecidas as medidas de austeridade incluídas no Orçamento do Estado para 2014. Mais assinalável ainda é o facto de esse indicador ter melhorado em todas as componentes, desde a evolução do desemprego ao longo de 12 meses ao comportamento da atividade económica, passando pela situação dos agregados familiares e pelas expectativas de realização de poupança.

Também menos pessimistas em relação à conjuntura estão os empresários, havendo sinais de que há um recuperar de confiança da parte dos agentes económicos da indústria transformadora, do comércio, dos serviços e da construção e, embora o clima económico se mantenha em terreno negativo, a verdade é que tem vindo a melhorar, ao quedar-se em -1% em dezembro, no seguimento de uma trajetória que evidenciou 1,2% no mês anterior.

Em 2013, assistiu-se portanto à inversão do ciclo negativo que a economia portuguesa tem registado desde a crise que eclodiu no final da última década e que obrigou o país a recorrer ao programa de assistência financeira da Troika, cujos reflexos se fizeram sentir também na diminuição da atividade das autarquias e no acentuar das dificuldades financeiras. Não obstante este cenário, a verdade é que o Município de Cantanhede conseguiu, pelo segundo ano consecutivo, encerrar o ano com os pagamentos a fornecedores e empreiteiros completamente regularizados, além de que as suas disponibilidades de tesouraria, à data de 31 de dezembro, se situavam num montante bastante superior à despesa cujo prazo de liquidação ainda não se encontrava vencida.

O exercício de 2013 demonstra ainda que o valor global das dívidas a empreiteiros e fornecedores foi ainda mais baixo que o apurado em período homólogo do ano anterior, indicador que adquire especial expressão quando analisado à luz da atual conjuntura de crise, não apenas por refletir a boa situação da tesouraria da Autarquia, mas também pelo efeito positivo que representa na economia local. O mesmo significa dizer que o Município de Cantanhede fechou as contas sem dívida vencida, o que, a somar ao saldo positivo de gerência na ordem dos 1,8 milhões de euros, evidencia mais uma vez o rigor e o controlo efetivo que o executivo camarário tem feito das variáveis de gestão.

Outro dado que comprova essa realidade é o aumento significativo do nível de poupança, que atingiu em 2013 um valor superior a 5,3 milhões de euros, superando em cerca de 2 milhões de euros os resultados alcançados no final de cada exercício os melhores anos a este nível. Por aqui se vê o modo como a despesa corrente foi controlada de modo a libertar meios para o investimento, situação que de resto tem sido patente nos sucessivos relatórios de gestão.

Por outro lado, o Município continuou tirar bom partido dos apoios financeiros disponíveis no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), através de candidaturas bem fundamentadas do ponto de vista técnico e financeiro que mereceram aprovação das entidades gestoras desses fundos. É com base neste histórico e nos objetivos traçados para o futuro que o



Relatório de Gestão 13

executivo camarário se propõe continuar a realizar investimentos estruturantes em todos os setores que fazem parte do leque de competências e atribuições da autarquia, com particular enfoque na elevação dos padrões de qualidade de vida da população e na criação de condições favoráveis ao reforço da coesão social do concelho.



III - Introdução

A análise da situação económica e financeira do Município pressupõe a existência de ferramentas que comportem toda a informação relevante nessa matéria essencial para a conferência dos resultados alcançados e para a sua interpretação e avaliação. De acordo com o ponto n.º 2 das considerações técnicas do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, essa informação está contida nos seguintes documentos:

- ✓ Balanço;
- ✓ Demonstração de resultados;
- ✓ Mapas de execução orçamental;
 - Da receita;
 - Da despesa;
 - > Do plano plurianual de investimentos;
- ✓ Mapa de fluxos de caixa;
- ✓ Mapa de operações de tesouraria;
- ✓ Anexos às demonstrações financeiras;
- ✓ Caracterização da entidade;
- ✓ Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- ✓ Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução;
- ✓ Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão visa relatar e realçar com a maior fiabilidade possível os fatos relevantes do exercício de 2013 e corroborados por elementos consistentes nos documentos de prestação de contas. Trata-se pois de um exercício que permite múltiplas análises, consoante a vertente que se pretenda aferir, nomeadamente:

- ✓ A análise do grau de execução orçamental de 2013, fornecida pela leitura dos diferentes níveis de arrecadação de receita e de realização da despesa, indicadores que estão devidamente suportados com quadros que evidenciam a sua evolução e respetivos desvios;
- ✓ O nível de concretização das Grandes Opções do Plano, documento que, como é do conhecimento geral, agrega todos os projetos constantes do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;
- ✓ A situação económico-financeira da autarquia à data de 31 de dezembro de 2013;
- ✓ A evolução do endividamento municipal nos últimos três anos, conforme resulta da análise referente às dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros;





- ✓ A observância de toda legislação relativa ao cumprimento dos limites de endividamento líquido e do endividamento de curto, médio e longo prazo;
- ✓ A verificação do cumprimento da Lei relativa aos compromissos e aos pagamentos em atraso.

O Relatório de Gestão inclui também a proposta de aplicação dos resultados devidamente fundamentada, os factos relevantes que possam ter ocorrido depois do termo do exercício, o documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e respetivo parecer, a relação exaustiva de todos os recebimentos e pagamentos em atraso titulados pelo Município à data de 31 de dezembro de 2013, bem como a relação de todos os compromissos plurianuais assumidos e reportados ao mesmo período.

As relações acima mencionadas decorrem do preceituado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que veio estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso.

Apresentam-se ainda, em documento específico, as contas consolidadas do Município e da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede - EM, SA (doravante identificada como INOVA), cumprindo-se assim o estabelecido no n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais, que obriga as autarquias a apresentarem esse tipo de documentos quando detenham serviços municipalizados ou entidades do sector empresarial local cujo capital possuam na totalidade.

Por último, é ainda divulgado, em volume próprio, o relatório anual sobre a demonstração do grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro elaborado conforme disposto no n.º 7 da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, da Lei das Finanças Locais, recentemente revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Relativamente a esta legislação mais recente não haverá lugar a quaisquer considerações uma vez que apenas produzirá efeitos financeiros no exercício económico de 2014.



IV - Execução Orçamental

4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa

A aprovação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (doravante designada LCPA), posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio introduzir na gestão diária dos Municípios mais um instrumento de controlo da execução orçamental, nomeadamente impondo-lhes o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, instrumento esse que, no essencial, veio reforçar o rigor na execução orçamental.

Assim, é possível afirmar com toda a segurança que, mesmo que, por motivos históricos, qualquer orçamento municipal possa estar sobre orçamentado do lado da receita, as atuais disposições legais garantem que esse empolamento não possa ser utilizado para a realização de nova despesa, já que a mesma apenas poderá ser assumida caso existam de facto fundos disponíveis para isso. Recorde-se que os encargos com o *stock* de dívida que transita de anos anteriores tem obrigatoriamente de constar no orçamento do novo ano económico, sendo esses encargos os primeiros a ficar devidamente salvaguardados. Só depois de efetuado o registo de tais compromissos financeiros é que poderão ser assumidas novas despesas, desde que com cobertura dos fundos disponíveis.

Trata-se portanto de uma legislação que reduz significativamente o risco orçamental. Na prática, significa que a realização de encomendas e aquisições, a execução de obras e a atribuição de subsídios ou apoios ficam totalmente condicionadas à existência de disponibilidade financeira. Caso esta não esteja verdadeiramente acautelada não haverá outra alternativa que não seja a de aguardar até que venha a existir, independentemente das previsões constantes no orçamento municipal.

De acordo com este enquadramento legal, a gestão autárquica está fortemente condicionada pelo efetivo controlo dos fluxos financeiros da instituição, o que elimina os riscos de desequilíbrio decorrentes de projeções orçamentais demasiado otimistas, mas também levanta alguns constrangimentos ao limitar as possibilidades do planeamento a longo prazo em função da expetativa de receita por parte dos municípios com a sua situação financeira equilibrada, como é o caso de Cantanhede.



Acresce que, se é certo que há vantagens associadas às novas exigências e desafios da LCPA, as entidades que estão obrigadas a cumpri-la veem-se também confrontadas com as dificuldades decorrentes de alguma falta de clareza na sua regulamentação e da sua difícil aplicação prática.

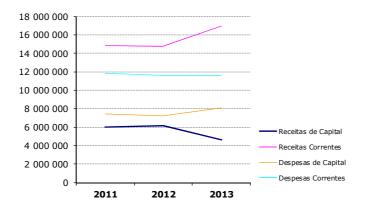
Seja como for, é na estrita observância do atual quadro legal que se apresentam neste capítulo os diferentes níveis de execução orçamental registados em 2013, exercício que está materializado em quadros demonstrativos dos resultados obtidos, através do quais se pode concluir o cabal cumprimento da nova lei.

QUADRO 1

VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2011	2012	2013
Receitas de Capital	5 977 725,83	6 197 158,45	4 611 996,79
Receitas Correntes	14 834 143,59	14 749 499,53	16 956 505,32
Despesas de Capital	7 436 308,76	7 223 392,87	8 109 469,29
Despesas Correntes	11 839 466,63	11 627 893,33	11 593 306,69

Gráfico da Variação das Receitas e Despesas



No quadro acima apresentado consta a análise comparada com os dados do exercício de 2012, a qual evidencia um decréscimo de 0,3% na despesa corrente, acompanhado de um aumento significativo de 14,96% na receita corrente. Relativamente às receitas de capital, estas caíram 25,58%, o que não impediu o notório esforço da Autarquia no investimento, traduzido num aumento de 12,27% da despesa realizada na execução de obras em infraestruturas e equipamentos coletivos.



QUADRO 2

	QUADI	RO 2		Un	: (Euros)					
•	RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS CORRENTES E AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS DE CAPITAL									
DESIGNAÇÃO	VALOR	%	DESIGNAÇÃO	VALOR	%					
RECEITAS CORRENTES:		D	ESPESAS CORRENTES:							
01 - Impostos diretos	6 570 928,37	30,47	01 - Pessoal	4 822 181,61	24,47					
02 – Impostos indiretos	241 548,28	1,12	02 – Aq. de bens e serviços correntes	3 731 284,27	18,94					
04 – Taxas, multas e outras penalidades	150 333,13	0,70	03 – Juros e outros encargos	362 190,75	1,84					
05 – Rendimentos de propriedade	1 284 309,23	5,95	04 - Transferências correntes	1 026 924,51	5,21					
06 – Transferências correntes	8 049 195,52	37,32	05 - Subsídios	1 064 925,00	5,40					
07 – Venda de bens e serviços correntes	639 828,27	2,97	06 - Outras despesas correntes	585 800,55	2,97					
08 - Outras receitas correntes	20 362,52	0,10								
Total das receitas correntes	16 956 505,32	78,63	Total das despesas correntes	11 593 306,69	58,84					
RECEITAS DE CAPITAL:		D	PESPESAS DE CAPITAL							
09 – Venda de bens de investimento	192 118,40	0,89	07 - Aq. de bens de capital	3 766 108,36	19,12					
10 – Transferências de capital	2 295 223,73	10,64	08 - Transferências de capital	1 345 691,75	6,83					
11 – Ativos financeiros	0,00	0,00	09 - Ativos financeiros	150 000,00	0,76					
12 – Passivos financeiros	0,00	0,00	10 – Passivos financeiros	2 847 669,18	14,45					
13 - Outras receitas de capital	25 279,85	0,12	11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00					
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	4 003,03	0,01			0,00					
16 – Saldo da Gerência Anterior	2 095 371,78	9,71			0,00					
17 - Operação Extraorçamentais	0,00	0,00								
Total das receitas de capital	4 611 996,79	21,37	Total das despesas de capital	8 109 469,29	41,16					
TOTAL GERAL DA RECEITA	21 568 502,11	100,00	TOTAL GERAL DA DESPESA	19 702 775,98	100,00					



QUADRO 3

Un: (Euros)

DESVIOS ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E DESPESAS

PREVISTAS E REALIZADAS

Ano	Fina	nceiro	2013
-----	------	--------	------

	Ano Fina	nceiro 2013					
	PREVISÃ		ECUÇÃO/COBRANÇA	DIFERENÇAS ANCA			
DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	Inicial	Final	ECUÇAU/CUBKANÇA	Valor	Percentage		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)=(4)/(2		
RECEITAS CORRENTES				(1) (0) (2)	(0) (1)/(2		
Impostos diretos:							
Contribuição Autárquica/IMI	3 414 290,00	3 414 290,00	4 444 855,85	1 030 565,85	30,2		
Imposto sobre veículos/IUC	625 625,00	625 625,00	849 594,52	223 969,52	35,8		
Sisa/IMT	679 570,00	679 570,00	685 371,98	5 801,98	0,9		
Derrama	673 845,00	673 845,00	591 106,02	-82 738,98	-12,3		
Outros impostos abolidos	20,00	20,00	0,00	-20,00	-100,0		
Imposto diretos diversos	20,00	20,00	0,00	-20,00	-100,0		
Impostos indiretos	263 455,00	263 455,00	241 548,28	-21 906,72	-8,3		
Taxas, multas e outras penalidades	297 590,00	297 590,00	150 333,13	-147 256,87	-49,		
Rendimentos da propriedade	1 306 280,00	1 306 280,00	1 284 309,23	-21 970,77	-1,		
Transferências correntes:	1 300 200,00	1 300 200,00	1 201 303,23	0,00	-1		
FEF/FSM/PARTICIPAÇÃO FIXA IRS	7 287 050,00	7 287 050,00	7 287 050,00	0,00	0,0		
Outras	703 753,00	708 277,00	762 145,52	53 868,52	7,		
/enda de bens e serviços correntes	712 715,00	712 715,00	639 828,27	-72 886,73	-10,		
Outras receitas correntes	40 335,00	40 335,00	20 362,52	-19 972,48	-49,		
TOTAL							
DESPESAS CORRENTES	16 004 548,00	16 009 072,00	16 956 505,32	947 433,32	5,9		
Pessoal	4 774 678,00	5 052 848,00	4 822 181,61	-230 666,39	-4,		
Aquisição de bens e serviços	5 110 570,00	4 922 439,00	3 731 284,27	-1 191 154,73	-24,		
uros e outros encargos	522 138,00	402 953,00	362 190,75	-40 762,25	-10,		
ransferências correntes:	322 130,00	.52 353,00	332 130,13	.0 , 02,23	10,		
Para Sociedades não financeiras	4,00	4,00	0,00	-4,00	-100,		
Para a administração central	50 804,00	21 084,00	17 305,00	-3 779,00	-100,		
Para a administração local	134 431,00	120 138,00	106 201,99	-13 936,01	-11		
Para Instuições sem fins Lucrativos	538 637,00	864 042,00	841 199,03	-22 842,97	-2		
Outras			62 218,49	-15 218,51	-2, -19,		
	60 015,00	77 437,00	,				
Subsídios	1 064 926,00	1 064 926,00	1 064 925,00	-1,00	0,		
Outras despesas correntes	718 425,00	659 964,00	585 800,55	-74 163,45	-11,		
TOTAL	12 974 628,00	13 185 835,00	11 593 306,69	-1 592 528,31	-12,		
RECEITAS DE CAPITAL							
/enda de bens de investimento	3 736 080,00	1 640 708,22	192 118,40	-1 448 589,82	-88,		
Transferências de capital:							
FEF	1 504 432,00	1 504 432,00	1 504 432,00	0,00	0,		
Outras			,	-824 293,27			
Ativos Financeiros:	1 615 085,00	1 615 085,00	790 791,73	-024 293,27	-51,		
Outros	E 00	E 00	0.00	E 00	100		
assivos financeiros:	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100		
	0.00	0.00	0.00	0.00			
Empréstimos curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00			
Empréstimos a médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	015		
Outras receitas de capital	2 760,00	2 760,00	25 279,85	22 519,85	815,		
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 090,00	2 090,00	4 003,03	1 913,03	91		
Saldo da gerência anterior		2 095 371,78	2 095 371,78	0,00	0,		
Total	6 860 452,00	6 860 452,00	4 611 996,79	-2 248 455,21	-32,		
DESPESAS DE CAPITAL							
nvestimentos:							
Terrenos	312 567,00	241 116,00	206 389,13	-34 726,87	-14		
Habitações	3,00	3,00	0,00	-3,00	-100		
Edifícios	879 516,00	1 211 981,00	950 629,90	-261 351,10	-21		
Construções diversas	2 593 356,00	2 222 026,00	1 943 778,96	-278 247,04	-12		
Material de transporte	10 000,00	13 727,00	13 517,06	-209,94	-1		
Equipamento de Informática	46 789,00	14 144,00	13 382,35	-761,65	-5		
Software Informático	92 592,00	78 352,00	78 350,59	-1,41	0		
Equipamento administrativo	33 050,00	25 077,00	24 808,87	-268,13	-1		
Equipamento Básico	93 784,00	111 587,00	108 169,55	-3 417,45	-3		
Ferramentas e utensílios	5 000,00	184,00	165,87	-18,13	-9		
Artigos e objetos de valor	250,00	1,00	0,00	-1,00	-100		
Outros investimentos			44 300,91	-58 907,09			
ocação Financeira	164 270,00 376 974,00	103 208,00 382 842,00			-57 -0		
ransferências de capital:	310 314,00	JUZ U4Z,UU	382 615,17	-226,83	-0		
Para sociedades não financeiras	1 219 089,00	1 210 000 00	270 E04 40	-03U E04 E3	(1)		
Para a administração central		1 219 089,00	379 504,48	-839 584,52	-68 -100		
	5,00	5,00	0,00	-5,00 -24 163,30			
Para a administração local	738 681,00	755 834,00	731 670,70		-3 ₋		
Para Instituições sem fins lucrativos	249 269,00	291 836,00	234 516,57	-57 319,43	-19		
Outras	77 502,00	15 002,00	0,00	-15 002,00	-100		
tivos Financeiros:		2.00					
Concessão de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros	150 004,00	150 004,00	150 000,00	-4,00	0		
assivos financeiros:				0,00			
Amortização de empréstimos	2 847 670,00	2 847 670,00	2 847 669,18	-0,82	0,		
Outras despesas capital	1,00	1,00	0,00	-1,00	-100		
TOTAL	0 900 272 00	0 603 600 00	9 100 450 20	-1 57/ 210 71	10		
· VINE	9 890 372,00	9 683 689,00	8 109 469,29	-1 574 219,71	-16,		



4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são elaborados e aprovados antes do ano a que dizem respeito e pretendem demonstrar, para cada exercício, qual a previsão de toda a atividade da autarquia sendo também documentos orientadores e reguladores do desenvolvimento dessa atividade. A forma como a atividade municipal surge nos documentos previsionais está sujeita a diversas regras previsionais devidamente consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

O Orçamento reflete a estimativa anual de arrecadação de receita necessária para dar resposta à realização da despesa, quer a de funcionamento, habitualmente designada por despesa corrente, quer a que se destina a ser aplicada em obras previstas no Plano Plurianual de Investimentos. Por sua vez, as Grandes Opções do Plano são constituídas por dois documentos, designadamente:

- ✓ O Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que contempla a relação de todos os investimentos que o Executivo Camarário pretende concretizar num horizonte temporal de quatro anos e os que se encontram ainda em execução;
- ✓ O Mapa das Atividades mais Relevantes (AMR'S), que reflete a lista de apoios a conceder, discriminando-os de acordo com a sua natureza, designadamente em despesas de funcionamento e investimento, mas que inclui também a relação de todas as despesas correntes que, por força do seu impacto financeiro na estrutura organizacional da instituição, não podem deixar de ser evidenciadas. À semelhança do que acontece relativamente ao PPI, as despesas relativas às AMR'S aparecem distribuídas por tipologia e por área de intervenção.

Elaborados no estrito cumprimento das regras previsionais constantes no POCAL, os referidos documentos foram aprovados em reunião ordinária da Assembleia Municipal de 17 de dezembro de 2012 e estiveram em vigor como instrumento de gestão de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

O Orçamento Municipal de 2013 ascendeu a 22,865 milhões de euros, valor que refletia uma variação negativa de 23,75% face ao do exercício anterior, e se traduziu, em termos nominais, numa descida de 7.123.140 euros. Esta queda, de resto em linha com a tendência de anos anteriores, espelhava também as perspetivas que se anunciavam para o país, nomeadamente o clima de grande incerteza condicionado pelos constrangimentos decorrentes da crise financeira e do plano de assistência financeira a que se teve de sujeitar.

Sendo certo que o dinamismo da atividade camarária e o impacto de fatores externos imponderáveis e muito difíceis de controlar acabam sempre por criar situações inesperadas relativamente ao que consta nos documentos previsionais, existem vários mecanismos legais que facultam às autarquias a possibilidade de efetuarem correções no sentido de adequar melhor esses documentos às reais necessidades de despesa sentidas pelos serviços.



De facto, a lei permite que se efetuem alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, o que, conferindo um carácter dinâmico a estes documentos, são fundamentais para esclarecer qual a proveniência dos recursos a afetar às situações pontuais de despesa inicialmente não planeadas ou insuficientemente quantificadas em sede de aprovação inicial.

Os quadros que a seguir se apresentam mostram que no decurso de 2013 foram aprovadas e efetuadas 28 modificações ao Orçamento, das quais 5 dizem respeito revisões orçamentais e 23 a alterações orçamentais.

QUADRO 4

Modificações Orçamentais da Receita do ano de 2013

Orçam	ento Final	16 009 0	72,00	6 860 4	152,00	22 869 5	24,00
Т	OTAL	4 524,00	2 095 371,78	0,00	2 095 371,78	2 099 895,78	2 095 371,78
Rev.3	04/09/2012	4 524,00	0,00	0,00	0,00	4 524,00	0,00
Rev.1	30/04/2013	0,00	2 095 371,78	0,00	2 095 371,78	2 095 371,78	2 095 371,78
N.º	Data	Receitas Correntes	Receitas Capital	Receitas Correntes	Receitas Capital	Reforços	Diminuições
		Refor	ços	Diminu	ıições	Tota	I
Orçame	ento Inicial	16 004 5	648,00	6 860 4	152,00	22 865 0	00,00
		Receitas C	orrentes	Receitas	Capital		
							Un: (Euros)

O quadro 4 permite aferir, do lado da receita, a diferença entre o orçamento inicialmente aprovado e o orçamento corrigido à data de 31 de dezembro de 2013, variação que de resto não teve qualquer expressão pois cifrou-se em apenas 4.524 euros. Durante o ano de 2013 houve apenas a necessidade de inscrever em orçamento uma rubrica nova, inicialmente não prevista, que teve por base a aprovação de uma candidatura junto do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Por outro, lado foi preciso também incluir o montante de 2.095.371,78 euros referente ao saldo da gerência anterior, o que, sendo habitual nos termos da lei, apenas pode ser considerado nos documentos previsionais após aprovação das respetivas contas. Para não aumentar o montante do orçamento optou-se por diminuir, em igual montante, outras rubricas da receita.



QUADRO 5

Modificações Orçamentais da Despesa do ano de 2013

Un: (Euros)

		Despesa	s Correntes	Despesas (Capital		
Orçan	ento Inicial	12 974 (628,00	9 890 3	72,00	22 865 0	00,00
	_	Refor	ços	Diminu	ições	Tota	ıl
N.º	Data	Despesas Correntes	Despesas Capital	Despesas Correntes	Despesas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 1	03/01/2013	0,00	15 983,00	0,00	15 983,00	15 983,00	15 983,00
Alt. 2	08/02/2013	15 278,00	175 505,00	15 278,00	175 505,00	190 783,00	190 783,00
Alt. 3	19/03/2013	1 720,00	258 418,00	1 720,00	258 418,00	260 138,00	260 138,00
Alt. 4	02/04/2013	0,00	67 637,00	0,00	67 637,00	67 637,00	67 637,00
Alt. 5	08/04/2013	6 660,00	14 341,00	6 660,00	14 341,00	21 001,00	21 001,00
Alt. 6	23/04/2013	23 821,00	20 249,00	23 821,00	20 249,00	44 070,00	44 070,00
Rev. 1	30/04/2013	0,00	5 004,00	0,00	5 004,00	5 004,00	5 004,00
Alt. 7	07/05/2013	5 760,00	29 000,00	5 760,00	29 000,00	34 760,00	34 760,00
Alt. 8	04/06/2013	3 372,00	180 043,00	3 372,00	180 043,00	183 415,00	183 415,00
Alt. 9	04/06/2013	330,00	0,00	330,00	0,00	330,00	330,00
Alt. 10	17/06/2013	245 985,00	3 276,00	245 985,00	3 276,00	249 261,00	249 261,00
Rev. 2	28/06/2013	0,00	500 000,00	133 317,00	366 683,00	500 000,00	500 000,00
Alt. 11	15/07/2013	2 550,00	17 145,00	2 550,00	17 145,00	19 695,00	19 695,00
Alt. 12	22/07/2013	6 132,00	30 937,00	6 132,00	30 937,00	37 069,00	37 069,00
Alt. 13	06/08/2013	3 241,00	29 974,00	3 241,00	29 974,00	33 215,00	33 215,00
Alt. 14	20/08/2013	801,00	9 477,00	801,00	9 477,00	10 278,00	10 278,00
Alt. 15	30/08/2013	20 227,00	24 986,00	20 227,00	24 986,00	45 213,00	45 213,00
Rev. 3	04/09/2013	344 525,00	160 002,00	1,00	500 002,00	504 527,00	500 003,00
Alt. 16	17/09/2013	15 694,00	84 321,00	15 694,00	84 321,00	100 015,00	100 015,00
Alt. 17	15/10/2013	61 398,00	64 779,00	61 398,00	64 779,00	126 177,00	126 177,00
Rev. 4	30/10/2013	0,00	8,00	0,00	8,00	8,00	8,00
Alt. 18	05/11/2013	16 626,00	56 907,00	16 626,00	56 907,00	73 533,00	73 533,00
Alt. 19	05/11/2013	0,00	1 250,00	0,00	1 250,00	1 250,00	1 250,00
Alt. 20	05/11/2013	0,00	24 999,00	0,00	24 999,00	24 999,00	24 999,00
Alt. 21	19/11/2013	26 837,00	9 736,00	26 837,00	9 736,00	36 573,00	36 573,00
Alt. 22	16/12/2013	72 774,00	30 352,00	72 774,00	30 352,00	103 126,00	103 126,00
Rev. 5	27/12/2013	3,00	6,00	3,00	6,00	9,00	9,00
Alt. 23	31/12/2013	22 698,00	253,00	22 698,00	253,00	22 951,00	22 951,00
	TOTAL	896 432,00	1 814 588,00	685 225,00	2 021 271,00	2 711 020,00	2 706 496,00
Orçar	nento Final	13 185	835,00	9 683 6	89,00	22 869 524,00	



QUADRO 6

Modificações Orçamentais das Grandes Opções do Plano 2013

							Un: (Euros)
		PI	PI	А	MR	G	OP
Orçam	ento Inicial	4 608	151,00	6 605	743,00	11 213	894,00
N.º	DATA	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES
Alt. 1	03/01/2013	15 983,00	15 983,00	0,00	0,00	15 983,00	15 983,00
Alt. 2	08/02/2013	167 505,00	167 505,00	29 489,00	29 489,00	196 994,00	196 994,00
Alt. 3	19/03/2013	308 579,00	308 579,00	28 010,00	28 010,00	336 589,00	336 589,00
Alt. 4	02/04/2013	97 757,00	97 757,00	0,00	0,00	97 757,00	97 757,00
Alt. 5	08/04/2013	24 341,00	24 341,00	3 310,00	3 310,00	27 651,00	27 651,00
Alt. 6	23/04/2013	35 271,00	35 271,00	0,00	0,00	35 271,00	35 271,00
Rev. 1	30/04/2013	4,00	4,00	5 000,00	5 000,00	5 004,00	5 004,00
Alt. 7	07/05/2013	33 390,00	33 390,00	18 655,00	18 655,00	52 045,00	52 045,0
Alt. 8	04/06/2013	410 855,00	410 855,00	59 583,00	59 583,00	470 438,00	470 438,0
Alt. 9	04/06/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Alt. 10	17/06/2013	3 276,00	3 276,00	0,00	0,00	3 276,00	3 276,0
Rev. 2	28/06/2013	0,00	166 922,00	500 000,00	301 078,00	500 000,00	468 000,0
Alt. 11	15/07/2013	19 525,00	19 525,00	0,00	0,00	19 525,00	19 525,0
Alt. 12	22/07/2013	56 432,00	56 432,00	92,00	92,00	56 524,00	56 524,0
Alt. 13	06/08/2013	18 790,00	34 680,00	16 730,00	840,00	35 520,00	35 520,0
Alt. 14	20/08/2013	9 477,00	9 477,00	0,00	0,00	9 477,00	9 477,0
Alt. 15	30/08/2013	7 572,00	29 628,00	22 451,00	20 227,00	30 023,00	49 855,0
Rev. 3	04/09/2013	2,00	2,00	504 525,00	500 000,00	504 527,00	500 002,0
Alt. 16	17/09/2013	48 321,00	0,00	60 319,00	101 137,00	108 640,00	101 137,0
Alt. 17	15/10/2013	68 579,00	9 800,00	11 113,00	69 892,00	79 692,00	79 692,0
Rev. 4	30/10/2013	10,00	10,00	0,00	0,00	10,00	10,0
Alt. 18	05/11/2013	7 871,00	57 757,00	51 134,00	1 248,00	59 005,00	59 005,0
Alt. 19	05/11/2013	0,00	1 250,00	1 250,00	0,00	1 250,00	1 250,0
Alt. 20	05/11/2013	0,00	24 999,00	24 999,00	0,00	24 999,00	24 999,0
Alt. 21	19/11/2013	11 234,00	11 234,00	3 728,00	3 728,00	14 962,00	14 962,0
Alt. 22	16/12/2013	4 764,00	34 764,00	76 136,00	46 136,00	80 900,00	80 900,0
Rev. 5	27/12/2013	6,00	6,00	4,00	4,00	10,00	10,0
	OTAL	1 349 544,00	1 553 447,00	1 416 528,00	1 188 429,00	2 766 072,00	2 741 876,00
Orçan	nento Final	4 404	248,00	6 833	842,00	11 238	090,00

Os dois últimos quadros refletem todas as modificações orçamentais realizadas no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano durante o ano de 2013. O número 5 mostra que foi necessário reforçar o montante global das despesas correntes em 211.207,00 euros, por contrapartida da diminuição das despesas de capital. Estas, por sua vez, diminuíram face às previsões iniciais no montante de 206.683,00 euros.

Quanto ao quadro 6, este diz respeito às Grandes Opções do Plano evidenciando que o montante inicialmente previsto no Plano Plurianual de Investimentos foi diminuído em 203.903,00 euros, por contrapartida do reforço de diversas rubricas constantes do Mapa de Atividades mais Relevantes para as quais foi preciso fazer um reforço global contabilizado em 228.099,00 euros.



Os quadros seguintes, por sua vez, concretizam e dão nova perspetiva quanto à forma como as modificações orçamentais influenciaram a natureza económica das diversas rubricas da receita e da despesa, bem como os níveis que estas atingiram quando comparados com os valores inicialmente aprovados, tanto em termos absolutos, como em termos relativos.

QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

	DOTAÇÃO INI	CIAL	ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FI	NAL	VARIAÇÃO	
CAPÍTULOS	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 IMPOSTO DIRETOS	5 393 370,00	23,59%	0,00	0,00	5 393 370,00	23,58%	0,00	0,00%
02 IMPOSTOS INDIRETOS	263 455,00	1,15%	0,00	0,00	263 455,00	1,15%	0,00	0,00%
04 TAXAS, MULTAS EOUTRAS PENALIDADES	297 590,00	1,30%	0,00	0,00	297 590,00	1,30%	0,00	0,00%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 306 280,00	5,71%	0,00	0,00	1 306 280,00	5,71%	0,00	0,00%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7 990 803,00	34,95%	4 524,00	0,00	7 995 327,00	34,96%	4 524,00	0,06%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	712 715,00	3,12%	0,00	0,00	712 715,00	3,12%	0,00	0,00%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40 335,00	0,18%	0,00	0,00	40 335,00	0,18%	0,00	0,00%
RECEITAS CORRENTES	16 004 548,00	70,00%	4 524,00	0,00	16 009 072,00	70,00%	4 524,00	0,03%
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	3 736 080,00	16,34%	0,00	2 095 371,78	1 640 708,22	7,17%	-2 095 371,78	-56,08%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3 119 517,00	13,64%	0,00	0,00	3 119 517,00	13,64%	0,00	0,00%
11 ATIVOS FINANCEIROS	5,00	0,00%	0,00	0,00	5,00	0,00%	0,00	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2 760,00	0,01%	0,00	0,00	2 760,00	0,01%	0,00	0,00%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2 090,00	0,01%	0,00	0,00	2 090,00	0,01%	0,00	0,00%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00%	2 095 371,78	0,00	2 095 371,78	9,16%	2 095 371,78	
RECEITAS CAPITAL	6 860 452,00	30,00%	2 095 371,78	2 095 371,78	6 860 452,00	30,00%	0,00	0,00%
TOTAL	22 865 000,00	100,00%	2 099 895,78	2 095 371,78	22 869 524,00	100,00%	4 524,00	0,02%

QUADRO 8

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INI	CIAL	ALTERAÇÕES	E REVISÕES	DOTAÇÃO FI	NAL	VARIAÇ	ÃO
CAPITULOS	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 PESSOAL	4 774 678,00	20,88%	318 652,00	40 482,00	5 052 848,00	22,09%	278 170,00	5,83%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 110 570,00	22,35%	166 887,00	355 018,00	4 922 439,00	21,52%	-188 131,00	-3,68%
D3 JUROS E OUTROS ENCARGOS	522 138,00	2,28%	0,00	119 185,00	402 953,00	1,76%	-119 185,00	-22,83%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	783 891,00	3,43%	409 153,00	110 339,00	1 082 705,00	4,73%	298 814,00	38,12%
D5 SUBSÍDIOS	1 064 926,00	4,66%	0,00	0,00	1 064 926,00	4,66%	0,00	0,00%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	718 425,00	3,14%	1 740,00	60 201,00	659 964,00	2,89%	-58 461,00	-8,14%
DESPESAS CORRENTES	12 974 628,00	56,74%	896 432,00	685 225,00	13 185 835,00	57,66%	211 207,00	1,63%
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	4 608 151,00	20,15%	930 897,00	1 134 800,00	4 404 248,00	19,26%	-203 903,00	-4,42%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 284 546,00	9,99%	383 691,00	386 471,00	2 281 766,00	9,98%	-2 780,00	-0,12%
09 ATIVOS FINANCEIROS	150 004,00	0,66%	500 000,00	500 000,00	150 004,00	0,66%	0,00	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	2 847 670,00	12,45%	0,00	0,00	2 847 670,00	12,45%	0,00	0,00%
11 OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1,00	0,00%	0,00	0,00	1,00	0,00%	0,00	0,00%
DESPESAS CAPITAL	9 890 372,00	43,26%	1 814 588,00	2 021 271,00	9 683 689,00	42,34%	-206 683,00	-2,09%
TOTAL	22 865 000,00	100,00%	2 711 020,00	2 706 496,00	22 869 524,00	100,00%	4 524,00	0.02%

Do lado da receita, conforme oportunamente referido, o orçamento inicialmente previsto foi aumentado em 4.524 euros, tendo-se também feito refletir o saldo da gerência anterior, no valor de 2.095.371,78 euros, o que permitiu diminuir em 56,08% a rubrica "Venda de Bens de Investimento".



Relatório de Gestão 13

Do lado da despesa corrente, considerando os reforços e diminuições, é possível observar variações positivas nos capítulos "Pessoal" (5,83%), "Transferências Correntes" (38,12%) e variações negativas na "Aquisição de Bens e Serviços Correntes" (-3,68%), "Juros e Outros Encargos" (- 22,83%) e "Outras Despesas Correntes" (-8,14%).

Também as alterações e revisões representaram, para as despesas de capital, variações negativas, com reduções aos montantes inicialmente previstos para "Aquisição de Bens de Investimento" (-4,42%) e "Transferências de Capital" (- 0,12%).



4.1.2 - Execução Orçamental da Receita

Os mapas que surgem a seguir apresentam elementos que permitem avaliar, sob diferentes prismas, o comportamento dos níveis de execução da receita ao longo de 2013.

Da leitura do quadro 9 resulta que o ano encerrou com um montante de 21.568.502,11 euros de receitas cobradas, o que traduz um aumento de 621.844,13 euros relativamente ao ano anterior. Se ao valor globalmente arrecadado for expurgado o montante relativo ao saldo da gerência anterior, verificamos que houve, ainda assim, um aumento efetivo da receita arrecadada pelo Município. Trata-se de um aumento que, apesar de menos expressivo do que em 2012, tem significado pois cifrou-se em 62.566,38 euros.

Neste contexto, é de assinalar ainda que não foi contraído nenhum empréstimo no decurso do exercício em apreço, tal como é de sublinhar, relativamente a este ponto, o crescimento do nível de disponibilidades imediatas quando comparado com o montante apurado no ano anterior, que foi de 1.536.094,03 euros, contra os 2.095.371,78 euros conseguidos em 2013. Este aumento ganha especial expressão quando comparado com o crescimento das receitas cobradas, refletindo uma "poupança", sintomática da boa gestão das disponibilidades financeiras do Município durante o ano de 2013. Comparando os exercícios de 2012 e 2013, verifica-se uma evolução de 36,41%, o que revela claramente o acerto da política financeira da autarquia, traduzida na aplicação dos excedentes gerados apenas e só quando há situações relevantes e necessárias que o justificam.



QUADRO 9

RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS

					(valores	em euros)
DESIGNAÇÃO	2011		2012		2013	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Diretos	5 406 260,97	25,98	5 637 509,21	26,91	6 570 928,37	30,47
Impostos Indiretos	236 767,34	1,14	268 675,03	1,28	241 548,28	1,12
Taxas, multas e outras penalidades	361 619,93	1,74	225 095,34	1,08	150 333,13	0,70
Rendimentos de propriedade	1 112 911,14	5,35	1 302 933,94	6,22	1 284 309,23	5,95
Transferências Correntes	6 845 554,84	32,89	6 483 049,78	30,95	8 049 195,52	37,32
Venda de Bens e Serviços Correntes	825 063,77	3,96	699 836,26	3,34	639 828,27	2,97
Outras Receitas Correntes	45 965,60	0,22	132 399,97	0,63	20 362,52	0,09
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	14 834 143,59	71,28	14 749 499,53	70,41	16 956 505,32	78,62
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	87 415,52	0,42	579 375,00	2,77	192 118,40	0,89
Transferências de Capital	4 068 661,48	19,55	4 045 371,37	19,32	2 295 223,73	10,64
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	1 700 000,00	8,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	1 971,52	0,01	29 549,35	0,14	25 279,85	0,12
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 868,50	0,01	6 768,70	0,03	4 003,03	0,02
Saldo da Gerência Anterior	117 808,81	0,56	1 536 094,03	7,33	2 095 371,78	9,71
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	5 977 725,83	28,72	6 197 158,45	29,59	4 611 996,79	21,38
TOTAL GERAL DA RECEITA	20 811 869,42	100,00	20 946 657,98	100,00	21 568 502,11	100,00
Receitas totais cobradas sem influência do	s passivos financeir	os				
Passivos Financeiros	1 700 000,00	8,17	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS	4 277 725,83	22,38	6 197 158,45	29,59	4 611 996,79	21,38
TOTAL GERAL DA RECEITA SEM PASSIVOS FINANCEIROS	19 111 869,42		20 946 657,98		21 568 502,11	



QUADRO 10

VARIAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS AO LONGO DOS ANOS

DESIGNAÇÃO	2011	2012		2013			
DESIGNAÇÃO	VALOR	VALOR	<u></u> %	VALOR	△ %		
RECEITAS CORRENTES							
Impostos Diretos:							
Contribuição Autárquica/IMI	3 360 661,05	3 621 150,87	7,8	4 444 855,85	22,7		
Impostos Sobre Veículos/ IUC	595 394,51	694 782,82	16,7	849 594,52	22,3		
Sisa/IMT	714 140,90	655 295,88	-8,2	685 371,98	4,6		
Derrama	736 064,51	666 279,64	-9,5	591 106,02	-11,3		
Impostos de Mais-Valias	0,00	0,00		0,00			
Outros	0,00	0,00		0,00			
Impostos Indiretos	236 767,34	268 675,03	13,5	241 548,28	-10,1		
Taxas, multas e outras penalidades	361 619,93	225 095,34	-37,8	150 333,13	-33,2		
Rendimentos de propriedade	1 112 911,14	1 302 933,94	17,1	1 284 309,23	-1,4		
Transferências Correntes:							
Transferências do Estado	6 832 295,82	6 480 637,87	-5,1	8 016 379,25	23,7		
Outras	13 259,02	2 411,91	-81,8	32 816,27	1 260,6		
Venda de Bens e serviços correntes	825 063,77	699 836,26	-15,2	639 828,27	-8,6		
Outras Receitas Correntes	45 965,60	132 399,97	188,0	20 362,52	-84,6		
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	14 834 143,59	14 749 499,53	-0,6	16 956 505,32	15,0		
RECEITA DE CAPITAL							
Venda de Bens de Investimento	87 415,52	579 375,00	562,8	192 118,40	-66,8		
Transferências de Capital:							
Transferências do Estado	3 196 013,00	3 008 864,00	-5,9	1 504 432,00	-50,0		
Outras	872 648,48	1 036 507,37	18,8	790 791,73	-23,7		
Ativos Financeiros	0,00	0,00		0,00			
Passivos Financeiros	1 700 000,00	0,00	-100,0	0,00			
Outras Receitas de Capital	1 971,52	29 549,35	1 398,8	25 279,85	-14,4		
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 868,50	6 768,70	262,3	4 003,03	-40,9		
Saldo da Gerência Anterior	117 808,81	1 536 094,03	1 203,9	2 095 371,78	36,4		
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	5 977 725,83	6 197 158,45	3,7	4 611 996,79	-25,6		
TOTAL GERAL DA RECEITA	20 811 869,42	20 946 657,98	0,6	21 568 502,11	3,0		
Receitas totais cobradas sem influência do:	s passivos financ	eiros					
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4 277 725,83	6 197 158,45	44,9	4 611 996,79	-25,6		

RECEITAS CORRENTES

O quadro 10 revela uma variação positiva de 15 % no total das receitas correntes cobradas, face ao ano anterior, invertendo assim a tendência de diminuição, ainda que ligeira, verificada nesse ano.

Quanto aos "Impostos Diretos" cobrados, estes tiveram um crescimento significativo no decurso do exercício de 2013, conforme se explica na análise que se segue.

As receitas arrecadadas com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresentam uma variação ascendente de 22,7 % quando comparada com o ano de 2012, ou seja, 823.704,98 euros em termos nominais. Este aumento resulta essencialmente da reavaliação de imóveis concretizada





pela Autoridade Tributária nos dois últimos anos, processo que abrangeu todo o universo de prédios que ainda não tinham o seu valor patrimonial tributário (VPT) atualizado à luz das regras do Código do IMI.

A referida avaliação geral de imóveis veio atualizar os valores patrimoniais tributários de imóveis que há muito não eram reavaliados, o que acontecia com um número muito significativo, em virtude das limitações da anterior legislação neste domínio. Noutra perspetiva de análise também se pode concluir que a receita arrecadada com este imposto superou o valor inicialmente estimado em orçamento no montante de 1.030.565,85 euros, ou seja, em 30,2%, conforme consta do quadro 3.

O Imposto sobre veículos (IUC) apresenta igualmente uma variação positiva de 22,3% quando comparado com o seu desempenho de 2012. Relativamente ao montante previsto pelo Município, em orçamento, verifica-se também ter havido um acréscimo de 223.969,52 euros, que o mesmo é dizer 35,8% face ao orçamentado.

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) apresenta também um acréscimo de 4,6% para o mesmo período, o que significa, em termos nominais, um incremente de 30.076,10 euros.

Em sentido contrário andou a Derrama, taxa municipal que incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e que em 2013 teve um desempenho negativo face ao ano anterior, traduzido num decréscimo de 11,3% na receita arrecadada. Esta situação já tinha sido prevista e referida no Relatório de Gestão de 2012 e na prática ela é resultado da aplicação de uma taxa reduzida de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapassasse os 150.000,00 euros, nos termos de uma deliberação aprovada, ao abrigo da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sessão da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2012 e no plenário da Assembleia Municipal de 28 de setembro do mesmo ano.

Numa primeira leitura, o decréscimo de receita arrecadada por via da cobrança do referido imposto municipal poderia ter a ver com a desaceleração da atividade económica e o seu reflexo nos resultados das empresas do concelho, mas também com o facto de o Município ter começado a aplicar a taxa reduzida de 1% aos agentes económicos com um volume de negócios inferior a 150 mil euros. No entanto, a verdade é que, fruto de um regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal, aprovado pelo Decreto-lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, foram cobrados valores significativos de derrama relativos a 2011 e 2012 que não têm reflexo na presente prestação de contas e que só o terão no exercício de 2014.



Esta informação, de extrema pertinência, decorre da nova Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que veio revogar a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), designadamente no que diz respeito à alínea d), do n.º 1 do artigo n.º 19, que obriga a Autoridade Tributária a comunicar de forma desagregada, por período de tributação, os montantes de impostos a arrecadar pelos Municípios.

Nos termos dessa nova imposição legal, de futuro será viável fazer corresponder o montante da receita cobrada em função do período de liquidação a que cada imposto diz respeito e, portanto, quantificar o montante exato do imposto cobrado por ano da sua liquidação, o que, não tendo sido possível relativamente a 2013, não permite avaliar se a desaceleração da atividade económica e o abrandamento da atividade das empresas do concelho teve impacto no imposto cobrado pelo Município nesse ano.

Aqui chegados, faz sentido referir ainda que seria muito útil que a Autoridade Tributária fornecesse a cada Município o montante total liquidado em cada exercício, sobretudo no que ao IMI diz respeito. Esta prática permitiria, por um lado, estimar de forma fiável o volume de cobranças a arrecadar em cada ano e, por outro lado, ter uma perceção real do volume de imposto por cobrar. Por se entender legítimo, também se considera pertinente que a Autoridade Tributária pudesse facultar a relação detalhada dos contribuintes com montantes em dívida, seja de IMI, de IUC ou de Derrama.

Ao invés dos impostos diretos verifica-se que os impostos indiretos e as taxas multas e outras penalidades sofreram uma quebra de 10,1% e de 33,2%, respetivamente, face aos montantes arrecadados em 2012. Apesar de estas rubricas não serem determinantes no peso do total das receitas da autarquia - representam apenas 1,82% - o certo é que elas acabam por refletir de algum modo o dinamismo do tecido empresarial do concelho, pelo que aquele decréscimo indica algum abrandamento a este nível. Em todo o caso, há outros fatores que contribuíram para tal decréscimo no volume de receitas, tanto no domínio dos mercados e feiras, como no licenciamento de publicidade e ocupação da via pública.

No que respeita à construção civil, é bem evidente a mudança de paradigma que o setor tem vindo a registar, tendo-se tornado muito mais contido e criterioso nos investimentos, processo que sendo estrutural, não alimenta qualquer expectativa de regresso aos elevados ritmos de crescimento registados ao longo das duas últimas décadas.

Por outro lado, em 2013, os rendimentos de propriedade constituíram 5,95% das receitas totais da autarquia, observando-se também aqui uma variação negativa de 1,4% face ao ano anterior. Trata-se de uma redução pouco significativa que encontra explicação no facto de os depósitos a prazo da instituição estarem a ser remunerados a uma taxa substancialmente inferior à de anos anteriores. As receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes sofreram igualmente um decréscimo de 8,6 %, em relação a 2012.



Finalmente, uma referência à rubrica intitulada por "outras receitas correntes", que apesar de em 2013 quase não ter expressão no volume global (0,1%), justifica uma explicação relativamente à variação negativa de 84,6% face ao exercício anterior. É que este decréscimo tem a ver essencialmente com o grande incremento registado por esta rubrica em 2012, fruto de um donativo pontual da EDP – Renováveis Portugal, SA concedido à autarquia ao abrigo do estatuto dos benefícios fiscais, situação que não se repetiu em 2013.

Em contraponto à diminuição verificada nas vertentes anteriormente mencionadas, a rubrica de "transferências correntes" evoluiu em sentido ascendente, sendo no domínio das receitas correntes a que mais contribuiu para o valor obtido em 2013, com 37,32% do total. Esta percentagem decorre em grande medida da variação positiva de 23,7 % em relação aos montantes arrecadados em 2012, ou seja, 1.535.741,38 euros em termos nominais.

Este valor resulta sobretudo do aumento da participação do Município nas receitas do Estado, mas trata-se de um aumento aparente uma vez que contrariamente ao que se quer fazer crer as transferências do FEF não aumentaram, antes se mantiveram ao nível de 2012. De resto, na vertente das transferências de capital houve um corte de 50% face nos valores de 2012 o que em termos nominais significa um decréscimo de 1.504.432,00 euros face ao ano anterior. A justificação para o sucedido é muito simples, o aumento verificado ao nível das transferências correntes foi compensado, em igual montante, na redução das transferências de capital, o que na prática significa dizer que o Estado não transferiu, em 2013, nem mais um cêntimo para a Autarquias Locais. O que fez foi simples: distribuiu de forma diferente os montantes dessas transferências, ou seja, mais para receitas correntes e menos para receitas de capital.

No cômputo geral poderemos afirmar que os decréscimos verificados em termos das receitas correntes arrecadadas pela Autarquia foram mais que compensados pelo acréscimo de receitas provenientes dos "Impostos Diretos" e das "Transferências Correntes".

RECEITAS DE CAPITAL

Relativamente às receitas de capital de 2013, a diminuição de 25,6%, considerando o valor agregado de todas as suas componentes, não pode deixar de ser entendida como bastante significativa. Na rubrica de "venda de bens de investimento", o decréscimo de 66,8% em relação a 2012 mostra que o Município não cede à tentação de alienar património, apesar da grave crise económica que o país atravessa e de esse ser um recurso para encaixar receita de forma imediata.

Conforme oportunamente referenciado no anterior capítulo, a diminuição das transferências relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) traduz apenas o desvio de uma parte desta verba para receitas correntes, ou seja, o decréscimo nominal de 1 504 432,00 euros em relação ao ano anterior aparece refletido como aumento, em idêntica proporção, na rubrica de transferências correntes.



No que diz respeito às demais rubricas que também fazem parte integrante das transferências de capital, verifica-se que, expurgado o efeito do FEF, houve um desvio negativo muito considerável nesta componente face à estimativa inicialmente avançada em sede de projeções do Orçamento para 2013, desvio esse que ascende a menos 824 293,27 euros do valor previsto e não recebido (vide quadro n.º 3). Tal desvio deve-se apenas à circunstância de ter havido em 2012 uma antecipação de receitas cuja arrecadação só estava prevista para o ano seguinte. O ano de 2013 encerra assim com 299.254,54 euros por receber relativamente a candidaturas aprovadas no âmbito do QREN-Mais Centro que estão em fase de conclusão, concretamente algumas verbas residuais, a maior das quais diz respeito à obra do Centro Educativo de Cadima.

Durante o ano de 2012, as prioridades do QREN não permitiram o enquadramento dos investimentos previstos pelo Município de Cantanhede, pelo que não foi possível submeter ao Mais Centro nenhuma candidatura para comparticipação do FEDER, situação que, em grande medida, também justifica que tivesse havido em 2013 uma diminuição das receitas de capital proveniente por via desse tipo de financiamentos. Não obstante, durante o ano foram submetidos, ainda ao Quadro Estratégico de Referência Nacional 2007-2013, três projetos, designadamente os seguintes:

Fevereiro de 2013: candidatura para a execução do "Centro Interpretativo da Arte Xávega", Eixo 9 – Coesão Local e Urbana, Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local, tendo em vista a recuperação do edifício do antigo posto da GNR, na Praia da Tocha. A intervenção destinase a melhorar as condições em que a força de segurança desenvolve a sua atividade, mas também para criar um espaço vocacionado para as dinâmicas comunitárias, nomeadamente através da criação de um núcleo museológico. O projeto representava um investimento total de 207.861,94 euros com uma comparticipação de FEDER de 85% do valor elegível, no valor de 160.363,70 euros, mas entretanto ainda não avançou devido a questões que se prendem com a interpretação nacional das diretivas comunitárias para a tipologia de operações que deveriam ser apoiadas. Apesar deste contratempo, a candidatura continuou em carteira e foi submetida em 2014 ainda ao abrigo do referido Quadro Estratégico de Referência Nacional em aviso que decorreu até ao final do mês de março de 2014, estando a obra em fase de execução.

Julho de 2013: candidatura para a Reabilitação da Unidade de Saúde Familiar "AS GÂNDRAS" submetida ao Mais Centro, Eixo 8 – Valorização do Espaço Regional, Regulamento Específico da Saúde, já aprovada e cuja obra se encontra a decorrer. Trata-se de um investimento total de 337.305,00 euros, dos quais 335.947,00 euros são elegíveis para uma taxa de comparticipação comunitária de 85%, o que representa uma receita de capital de 285.554,95 euros mas que apenas terá reflexos financeiros no ano económico de 2014. Embora a Saúde seja uma área em que a Autarquia não tem responsabilidades diretas, o Município de Cantanhede investiu muito neste processo, em articulação com a Administração Regional de Saúde e a Casa do Povo de Febres, que entretanto doou definitivamente as instalações para se aproveitar a oportunidade de enquadrar o financiamento comunitário à obra.



Outubro de 2013: candidatura para construção do Centro Escolar de Cantanhede, ao abrigo do Concurso do Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar. Equipamento educativo fundamental ao prosseguimento da reorganização e valorização da rede escolar representa um investimento total de 2.150.748,13 euros, dos quais 2.128.633,84 euros foram considerados elegíveis de acordo com a notificação da decisão recebida pelo Município à data de elaboração da presente prestação de contas. Sendo a taxa de comparticipação de 85% prevê-se uma arrecadação do montante de 1.809.338,76 euros, a título de reembolso da despesa a efetuar, mas também aqui o impacto financeiro só se dará a partir do ano de 2014, depois do início da obra.

A este propósito faz sentido sublinhar que o reembolso das comparticipações do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional apenas ocorre numa fase posterior ao efetivo pagamento do investimento, muitas vezes num período de tempo bastante dilatado, pelo que o Município tem que garantir a capacidade financeira para honrar os compromissos assumidos e assegurando a boa execução dos investimentos, em estrito cumprimento da legislação em vigor.

Noutros programas comunitários foram também submetidas as seguintes candidaturas, a saber:

Maio de 2013: candidatura para a Remodelação das Antigas Instalações do GTL – Gabinete Técnico Local de Ançã ao PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural – Eixo 3, Medida 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida, Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural. Aprovado em outubro de 2013, no âmbito de um processo sujeito a avaliação pela Ad Elo – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, a intervenção decorrerá durante o ano de 2014. Contemplando a criação de condições para a instalação de um Centro Interpretativo da Água, o investimento total é de 23.595,60 euros e o Município obterá uma comparticipação de 13.356,00 euros.

Outubro de 2013: candidatura para a Recuperação/reabilitação dos Moinhos Entre - Águas – Porto Sobreiro/Taboeira ao PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural – Eixo 3, Medida 3.2 - Melhoria da Qualidade de Vida, Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural, cuja aprovação decorreu igualmente no âmbito de um processo com responsabilidade de análise da Ad Elo. O projeto representa um investimento total de 92.391,30 euros, sendo considerado elegível o montante de 87.161,60 euros, dos quais o IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas reembolsará 52.296,96 euros.

Dezembro de 2013: duas candidaturas ao PROMAR – Programa Operacional das Pescas 2007-2013, Ação 4.1 – Reforço da competitividade das zonas de pesca, para obtenção de financiamento comunitário para os projetos "Recuperação de dois módulos de apoio à Arte Xávega e execução de cobertura" e "Centro Interpretativo da Arte Xávega", cujo investimento ascende a 9.222,00 euros e a 43.037,35 euros, respetivamente.

(Ilmiouros)



O encerramento do Quadro Estratégico de Referência Nacional 2007-2013 veio reduzir drasticamente as possibilidades de obtenção de receita de capital pela via do financiamento comunitário, situação que deverá inverter-se no decurso da execução orçamental de 2014, mas que teve impacto na de 2013, o que, aliado ao facto de o Município insistir em não alienar património, explica o essencial do desvio negativo de 32,8% obtido no volume global das receitas de capital (vide quadro n.º 3).

QUADRO 11
Principais Fontes de Financiamento do Município

						(Un:euros
DESCRIÇÃO	2011		2012		2013	3
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Transferências Correntes	6 845 554,84	32,89%	6 483 049,78	30,95%	8 049 195,52	37,32%
FGM/FCM/FBM - FEF/FSM/IRS	6 058 076,00		5 782 618,00		7 287 050,00	
Fundos Comunitários	7 225,04		50 345,36		29 062,67	
Contratos Programa	720 110,40		569 903,43		675 893,55	
Outras	60 143,40		80 182,99		57 189,30	
Transferências de Capital	4 068 661,48	19,55%	4 045 371,37	19,31%	2 295 223,73	10,64%
FGM/FCM/FBM - FEF	3 196 013,00		3 008 864,00		1 504 432,00	
Fundos Comunitários	825 433,40		1 026 074,00		785 382,30	
Contratos Programa	0,00		0,00		0,00	
Outras	47 215,08		10 433,37		5 409,43	
Receitas Próprias	8 077 975,79	38,81%	8 875 374,10	42,37%	9 124 708,05	42,31%
Empréstimos bancários	1 700 000,00	8,17%	0,00	0,00%	0,00	0,00%



No quadro n.º 11 constam as principais fontes de financiamento da autarquia nos últimos três anos. Como se constata, houve um aumento absoluto das verbas geradas autonomamente ao longo desse período, tendo esta rubrica sofrido um incremento de 249.333,95 euros em relação a 2012. Obtidas sem qualquer tipo de recurso a financiamento exterior, as receitas próprias representam 42,31% das receitas totais do Município e garantem um reforço do grau de independência da organização face a fatores externos. O referido aumento teve impacto significativo no grau de autonomia financeira da entidade, o que permitiu contrabalançar o desvio negativo de 184.001,90 euros verificado no montante global das receitas provenientes de





transferências correntes e de capital. De facto, por aqui se percebe que o aumento de receita, quando comparado com o do ano anterior, representa a muito modesta verba de 65.332,05 euros.

Os principais fatores que estiveram na origem da estagnação do volume de receitas da autarquia têm a ver, fundamentalmente, com a impossibilidade de o Município poder submeter em 2013 as candidaturas que já tinha em carteira aos fundos comunitários bem como a manutenção do congelamento das transferências referentes à percentagem devida dos impostos cobrados pela Administração Central.

QUADRO 12
RESUMO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

											Un: (Euros
		ORCAMENTO		2012	TAXA DE E	VECUCÃO	ORCAMENTO		2013	TAXA DE E	VECUÇÃO
CÓD.	DESIGNAÇÃO	CORRIGIDO	LIQUIDADA	COBRADA	LIQUIDADA		CORRIGIDO	LIQUIDADA	COBRADA	LIQUIDADA	
		A	В	С	B/A	C/A	A	В	С	B/A	C/A
	RECEITA CORRENTE				-/	-,					
01 Impos	itos Diretos	5 402 704,00	5 637 509,21	5 637 509,21	104,35	104,35	5 393 370,00	6 570 928,37	6 570 928,37	121,83	121,83
02 Impos	itos Indiretos	324 162,00	258 868,56	268 675,03	79,86	82,88	263 455,00	231 310,10	241 548,28	87,80	91,68
04 Taxas	, Multas e outras penalidades	467 093,00	225 095,34	225 095,34	48,19	48,19	297 590,00	150 439,86	150 333,13	50,55	50,5
05 Rendir	mentos de Propriedade	1 348 935,00	1 302 933,94	1 302 933,94	96,59	96,59	1 306 280,00	1 292 014,20	1 284 309,23	98,91	98,3
06 Transf	erências Correntes	6 826 293,00	6 627 620,27	6 483 049,78	97,09	94,97	7 995 327,00	7 987 216,37	8 049 195,52	99,90	100,6
07 Venda	de Bens e Serviços Correntes	1 054 095,00	722 342,23	699 836,26	68,53	66,39	712 715,00	634 279,00	639 828,27	88,99	89,77
08 Outras	s Receitas Correntes	52 628,00	115 046,74	132 399,97	218,60	251,58	40 335,00	22 270,03	20 362,52	55,21	50,48
	TOTAL	15 475 910,00	14 889 416,29	14 749 499,53	96,21	95,31	16 009 072,00	16 888 457,93	16 956 505,32	105,49	105,92
	RECEITAS DE CAPITAL										
09 Venda	de Bens de Investimento	6 796 954,97	472 875,00	579 375,00	6,96	8,52	1 640 708,22	298 618,40	192 118,40	18,20	11,7
10 Transf	ferências de Capital	6 206 446,00	3 981 773,29	4 045 371,37	64,16	65,18	3 119 517,00	2 184 050,29	2 295 223,73	70,01	73,5
11 Ativos	Financeiros	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Passiv	ros Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13 Outras	s Receitas de Capital	2 220,00	29 549,35	29 549,35	1 331,05	1 331,05	2 760,00	25 279,85	25 279,85	915,94	915,9
тот	AL RECEITAS DE CAPITAL	13 005 625,97	4 484 197,64	4 654 295,72	34,48	35,79	4 762 990,22	2 507 948,54	2 512 621,98	52,65	52,75
15 REPOS	GIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENT	5 000,00	9 759,43	6 768,70	195,19	135,37	2 090,00	15 363,95	4 003,03	735,12	191,5
16 SALDO	O GERÊNCIA ANTERIOR	1 536 094,03	1 536 094,03	1 536 094,03	100,00	100,00	2 095 371,78	2 095 371,78	2 095 371,78	100,00	100,0
17 OPERA	AÇÕES EXTRA -ORÇAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL	30 022 630.00	20 919 467.39	20 946 657.98	69.68	69.77	22 869 524.00	21 507 142.20	21 568 502.11	94.04	94.31

O quadro n.º 12 mostra como evoluiu a execução da receita ao longo do ano de 2013 em relação aos níveis de execução de 2012. Para analisar convenientemente esta realidade convém ter também presente o quadro n.º 3, uma vez que deste modo é mais fácil fazer o exame dos desvios verificados entre a execução orçamental corrigida e os níveis de execução efetivos durante o período sujeito a análise, tendo por base a natureza económica.

O referido quadro descreve as várias fases de execução da receita, separando os níveis de receita liquidada dos níveis de receita cobrada. A receita corrente liquidada alcançou em 2013 uma taxa de execução de 105,49%, superior à de 2012, que se situou nos 96,21%. Ao nível da receita efetivamente cobrada, a taxa situou-se nos 105,92%, igualmente superior ao valor de 2012, que foi de 95,31%. O comportamento destas variáveis reflete a extrema fiabilidade dos documentos previsionais que conseguiram ser mais modestos na previsão das receitas que se estimavam arrecadar para 2013. O motivo pelo qual as taxas de execução da receita cobrada são superiores às taxas da receita liquidada tem a ver com o facto de o montante das receitas cobradas incorporarem também a cobrança de receitas liquidadas em anos anteriores. A este respeito,



pode-se ainda aferir pela análise do quadro n.º 3 que foram cobrados mais 947.433,32 euros, 5,9% acima das previsões iniciais.

No que concerne à execução das receitas de capital, a cobrança efetiva foi bastante mais baixa da que estava estimada, atingindo ainda assim uma taxa de execução de 52,75% contra os 35,79% efetivamente cobrados em 2012. Estes níveis também têm a particularidade de mostrar que não foi necessário o recurso ao endividamento por conta de "Passivos Financeiros" tal como não foi preciso proceder à alienação do património que consta nos documentos previsionais de 2013.

Por outro lado, o desvio verificado está também relacionado com algum atraso nas transferências de verbas oriundas dos fundos comunitários a que a autarquia tem direito em função dos investimentos em infraestruturas no âmbito de candidaturas aprovadas pelo QREN, como de resto já foi anteriormente explicado. A este nível, o valor em dívida ascendia, em 31 de dezembro de 2013, a 299.254,54 euros, valor relativamente ao qual o Município não teve outra alternativa se não substituir-se ao IFDR antecipando os pagamentos aos empreiteiros.

Reportando ainda ao quadro n.º 12, este indica que o ano financeiro de 2013 encerrou com uma execução da receita cobrada de 94,31%, taxa muito superior aos 69,77% registados em 2012. Este indicador permite concluir que o Município de Cantanhede conseguiu, pela primeira vez, adequar verdadeiramente os seus instrumentos previsionais ao desempenho efetivamente verificado em 2013, não deixando aqui margem para quaisquer dúvidas que este tipo de gestão enriquecerá não só o reporte anual de informação mas também a manutenção do equilíbrio das contas municipais.

			QUADRO 1	13				
		DÍVIDAS DE TEI	RCEIROS				ANO FINANCEI	RO DE 2013
DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDA	s	Dívida apurada em 31/12/2011	Dívida apurada em 31/12/2012	Diminuição da dívida anterior	Transferênica da dívida para cobrança duvidosa	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2013	Observações
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:								
	SOMA DE I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:								
1. Clientes c/c								
1.1. Clientes c/c		38 689,27	46 778,74	38 060,35	11 536,92	45 029,62	42 211,09	
1.2. Clientes cobrança duvidosa		56 823,76	124 709,19	24 831,03	0,00	26 550,58	126 428,74	
	SOMA II - 1	95 513,03	171 487,93	62 891,38	11 536,92	71 580,20	168 639,83	
2. Contribuintes e Utentes c/c								
2.1. Contribuintes C/C		68 960,18	20 544,87	20 403,29	63,00	11 455,47	11 534,05	
2.2. Utentes c/c		48 254,81	24 881,92	10 670,73	14 210,81	24 602,39	24 602,77	
	SOMA II - 2	117 214,99	45 426,79	31 074,02	14 273,81	36 057,86	36 136,82	
3. Fornecedores de imobilizado								
3.1 Empreiteiros c/c		0,00	2 990,73	2 990,73	0,00	14 351,65	14 351,65	
	SOMA III - 3	0,00	2 990,73	2 990,73	0,00	14 351,65	14 351,65	
4. Outros devedores								
4.1. Outros devedores (Estado e Fundos Como	unitários)	582 613,21	612 133,22	497 951,76	0,00	185 073,08	378 696,21	
4.3. Devedores e credores por operações de p	ermutas	14 293,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.2. Devedores por encargos suportados pelo	Município	18 338,41	4 132,73	3 595,04	739,85	7 511,06	7 308,90	
	SOMA IV - 4	615 244,62	616 265,95	501 546,80	739,85	192 584,14	386 005,11	
	SOMA DE II	827 972,64	836 171,40	595 512,20	26 550,58	300 222,20	605 133,41	
III - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:								
4.3. Adiantamento por conta de vendas	SOMA DE III	0,00	-106 500,00		0,00	0,00		
	TOTAL GERAL	827 972,64	729 671,40		26 550,58	300 222,20		
					/			

Relatório de Gestão 13



O quadro n.º 13 decompõe, por tipologia de clientes, o montante das quantias liquidadas e não cobradas, algumas com uma antiguidade superior a um ano, mas na sua grande maioria liquidadas durante o exercício sujeito a apreciação, onde apenas importa realçar as seguintes:

- Fornecimentos de refeições escolares aos alunos do 1.º Ciclo de Ensino Básico e Jardim-deinfância da rede pública e do prolongamento de horário pela frequência de estabelecimentos de ensino público pré-escolar;
- Utilização de infraestruturas municipais;
- Compensações de encargos de funcionamento suportados pelo Município pela cedência ou utilização de recursos humanos ou equipamentos municipais;
- Taxas diversas; e
- Recebimentos auferidos a título de adiantamento obtidos por força da alienação de imóveis, se aplicável.

O montante em dívida à Autarquia pela prestação dos serviços antes enunciados totalizava, no final de 2013, 605.133,41 euros, menos 231.037,99 euros que no ano anterior. Entretanto, durante o ano a que reporta o presente Relatório de Gestão, foi possível arrecadar 595.512,20 euros (71,22%) dos 836.171,40 euros que o Município tinha a receber em 31 de dezembro se 2012.

Numa análise exaustiva à composição das dívidas de terceiros para com o Município, conclui-se que o montante das dívidas em cobrança duvidosa atingiu os 126.428,74 euros no final de 2013, contra os 124.709,19 euros de 2012, pelo que devem ser intensificados os procedimentos necessários para viabilizar a arrecadação dessas receitas.

Conforme decorre do n.º 15 da Lei n.º 8, de 21 de fevereiro de 2012, vulgo Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, e da respetiva legislação complementar, as autarquias locais são obrigadas a identificar todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, bem como a publicitá-los e a fazer constar a respetiva listagem nos documentos de prestação de contas. Apesar de não resultar claro da referida legislação qual a data em que esta listagem deverá ser apresentada, o Município de Cantanhede opta por a fazer constar anualmente como parte integrante do Relatório de Gestão, apresentando-a por tipologias de dívidas ou grupos de clientes, numa relação exaustiva de todos os devedores cujas dívidas se encontravam vencidas à data de 31 de dezembro de 2013.

O montante a reportar para o mapa dos recebimentos em atraso foi inferior ao de 2012 em 11.465,63 euros. Em 2012, o valor reportado foi de 182.192,38 euros, enquanto, em 2013, o mapa totalizou 170.726,75 euros.

Esta listagem não é forçosamente coincidente com os valores apresentados no quadro n.º 13, porque embora este se reporte à mesma realidade o montante total das dívidas aí inscritas ascende a 208.303,26 euros, valor que corresponde às dívidas vencidas e não vencidas à data de 31 de dezembro de 2013, o mapa anterior reflete apenas as dívidas vencidas à mesma data. Portanto, a

Relatório de Gestão 13



diferença de 37.576,51 euros entre os dois mapas corresponde aos montantes das dívidas que não se encontravam ainda vencidas à data do fecho do ano.

Relativamente à utilização de "Terrados em Mercados e Feiras", em 2013 o Município conseguiu arrecadar 11.876,15 euros dos valores por cobrar em 31 de dezembro de 2012, tendo entretanto sido anulado o montante de 366,66 euros. Neste capítulo, o ano de 2013 terminou com dívidas por cobrar no valor de 11.018,70 euros.

Pela "Ocupação da Via Pública", dos 3.589,45 euros em dívida no final de 2012 o Município conseguiu apenas cobrar 58,49 euros em 2013, ano em que não se registou qualquer aumento da dívida à Autarquia neste domínio, pois os 3.139,47 euros inscritos referem-se exclusivamente a dívidas de anos anteriores.

No âmbito das "Taxas de Publicidade", o valor de 28.274,94 euros no mapa de recebimentos em atraso, também representa dívida de anos anteriores, que em todo o caso registou um montante inferior ao registado em 2012, cujo valor que ascendia a 39.595,80 euros. Ainda assim foi possível arrecadar 9.339,69 euros referentes ao pagamento de dívidas de anos anteriores, ao mesmo tempo que se procedeu à anulação de 1.981,18 euros.

Pelo Fornecimento de refeições escolares aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo de Ensino Básico e Jardim-de-infância da rede pública, incluindo o prolongamento de horário, o Município tem a receber 94.380,99 euros, mais 8.322,82 euros que no final do ano de 2012, sendo que 31.591,06 euros se referem a anos anteriores. À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, o Município tem adotado algumas medidas para facilitar o pagamento de dívidas em atraso aos agregados familiares em situação de fragilidade económica. Das diligências efetuadas junto dos respetivos devedores, incluindo a possibilidade de pagamentos a prestações, foi possível arrecadar 54.354,69 euros dos 86.058,17 euros em dívida no final de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 as dívidas pela prestação desse serviço ascendiam a 94.380,99 euros, mas só 56.804,59 euros respeitam a dívidas de terceiros vencidas (constante do mapa dos recebimentos em atraso) estando 43.073,19 euros contabilizados como sendo de cobrança duvidosa. Como o Município tem que reportar as dívidas de terceiros vencidas até 31 de dezembro de 2013, muitos devedores poderão já ter entretanto regularizado a sua situação até à data de apresentação do presente relatório.

Pela utilização de infraestruturas municipais, nomeadamente o Pavilhão "Marialvas" e as Piscinas Municipais, estão por cobrar 48.689,90 euros, sendo que 7.775,08 euros dizem respeito a 2013, enquanto os restantes 40.914,82 euros são de cobrança duvidosa. Apesar de se tratar de dívidas com alguma antiguidade, incorridas por certas coletividades do concelho, elas estão a ser pagas segundo as suas disponibilidades de tesouraria e mediante planos de pagamento devidamente acordados entre ambas as partes.

Há ainda situações diversas que traduzem dívidas de reduzido valor para com a Autarquia e que na globalidade representam o montante de 22.799,15 euros.



Os montantes reconhecidos como dívidas de terceiros, nomeadamente as relacionadas com candidaturas submetidas e aprovadas ao abrigo do Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do QREN, ascendiam a 299.254,54 euros em 31 de dezembro de 2013 e referem-se aos contratos de financiamento de empreitadas como o Parque Urbano da Quinta de S. Mateus, a ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC 1 Tocha: Passagem Inferior e Parcela 320, o Centro Educativo de Ançã, o Centro Educativo de Cadima e a Requalificação Urbana das Ruas da Azinhaga e do Calvário - Murtede.

QUADRO 14

MAPA DE CANDIDATURAS

Obra	Executor	Investimento Total	Investimento Elegivel	Não elegível	Taxa de Compaticipação	Comparticipação	Executado	Por executar
Centro Escolar de Cantanhede	Município de Cantanhede	2 150 748.13	2 128 633,84	22 114.29		1 809 338.76	0.00	2 150 748.13
Unidade de Saúde Familiar "As Gândras"	Município de Cantanhede	337 305,00	335 947,00	1 358,00	85,00%	285 554,95	0,00	337 305,00
Subtotal 2014		2 488 053,13	2 464 580,84	23 472,29		2 094 893,71	0,00	2 488 053,13
Colocação de piso sintético no Parque Desportivo do Fujanco - Rodelo	Município de Cantanhede	253 360,77	253 360,77	0,00	85,00%	215 356,65	0,00	253 360,77
Centro Interpretativo da Arte Xávega	Município de Cantanhede	207 861,94	188 663,18	19 198,76	85,00%	160 363,70	0,00	207 861,94
Parque desportivo de Febres por empreitada - Balneários (acabamentos)	Município de Cantanhede	281 842,68	281 842,68	0,00	85,00%	239 566,28	0,00	281 842,68
Infraestruturas de telecomunicações e de energia eletrica do Parque Desportivo de Febres	Município de Cantanhede	23 556,72	23 556,72	0,00	85,00%	20 023,21	23 556,72	0,00
Parque Desportivo de Febres	Município de Cantanhede	2 598 704,55	2 598 704,55	0,00	85,00%	2 208 898,87	525 258,36	2 073 446,19
Muro de vedação do Campo de Treinos do Prque Desportivo de Febres	Município de Cantanhede	19 233,36	19 233,36	0,00	85,00%	16 348,36	19 233,36	0,00
Parque Desportivo de Febres - Balneários (acabamentos)	Município de Cantanhede	281 842,68	281 842,68	0,00	85,00%	239 566,28	0,00	281 842,68
Conservar e partilhar memórias coletivas do Concelho de Cantanhede	Município de Cantanhede	15 275,17	15 275,17	0,00	100,00%	15 000,00	0,00	15 275,17
Remodelação das Antigas Instalações do GTL - Gabinete Técnico Local de Ançã	Município de Cantanhede	23 595,60	22 260,00	1 335,60	60,00%	13 356,00	0,00	23 595,60
Recuperação/reabilitação dos Moinhos Entre - Águas - Porto Sobreiro	Município de Cantanhede	92 391,30	87 161,60	5 229,70	60,00%	52 296,96	0,00	92 391,30
Recuperação de dois módulos de apoio á Arte Xávega esecução da cobertura	Município de Cantanhede	9 222,00	8 700,00	522,00	60,00%	5 220,00	0,00	9 222,00
Centro Interpretativo da Arte Xávega - equipamentos	Município de Cantanhede	43 037,35	40 601,27	2 436,08	60,00%	24 360,76	0,00	43 037,35
Subtotal 2014		3 849 924,12	3 662 479,11	19 198,76		3 115 123,35	568 048,44	3 137 225,03



QUADRO 15

DÍVIDA DE TERCEIROS POR COBRAR A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	DESIGNAÇÃO	DÍVIDA DE TERCEIROS 2011	DÍVIDA DE TERCEIROS 2012	Un: (Euros) DÍVIDA DE TERCEIROS 2013
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	70 973,31	55 835,07	42 857,56
02020601	Mercados e feiras	2 084,83	12 305,81	11 018,70
02020603	Ocupação da via pública	5 080,66	3 589,45	3 139,47
02020605	Publicidade	63 162,59	39 595,81	28 274,94
0202069903	Serviço metrológico	645,23	344,00	424,45
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	0,00	0,00	106,73
040201	Juros de mora	0,00	0,00	106,73
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	0,00	0,00	7 704,97
051004	Edificios	0,00	0,00	7 704,97
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	144 570,49	79 441,67
0603019901	Acordo Coop. Lei 5/97 e D.L. 147/97-Ensino pré-escolar	0,00	102 976,70	61 120,95
0603019906	Transportes Escolares	0,00	0,00	1 500,00
0603019909	Com. Prog. Gen. Fornecimento Refeições Escola 1 CEB	0,00	29 300,67	0,00
0603019999	Outras	0,00	0,00	16 820,72
06030601	Mais Centro - Comparticipação FEDER - QREN	0,00	12 293,12	0,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	133 670,52	156 176,49	150 514,80
70106	Produtos agrícolas e pecuários	0,00	11 377,50	0,00
70107	Produtos alimentares e bebidas	63 828,43	67 647,79	74 415,24
70108	Mercadorias	1 740,11	1 740,11	1 740,11
702080402	Piscinas	22 058,40	19 958,40	14 958,40
702080405	Pavilhão Clube de Futebol "Os Marialvas"	28 229,87	31 364,52	33 731,50
702090302	Transportes escolares	0,00	5 677,79	5 677,79
7020909	Canídeos e gatídeos	0,00	0,00	26,01
7020998	Prolongamento de horário	17 813,71	18 410,38	19 965,75
)8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	26 350,90	8 997,67	10 854,32
8019902	Indem. estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut. local	221,64	0,00	0,00
801999901	Compensação enc. sup. Município c/desp. de instalações	0,00	0,00	149,85
801999902	Compensação encargos sup. Município c/ desp. pessoal	10 179,05	8 086,31	6 651,75
801999905	Gratificação proveniente de máquinas automáticas	11 675,05	911,36	424,22
801999999	Diversas	4 275,16	0,00	3 628,50
19	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	-106 500,00	0,00
90210	Familias	0,00	-106 500,00	0,00
.00307	Estado - Part. comunitária projetos cofinanciados	582 613,21	467 562,73	299 254,54
.0030708	Mais Centro - Comparticipação FEDER - QREN	582 613,21	467 562,73	299 254,54
.5	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0,00	2 990,73	14 351,65
50101	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	2 990,73	14 351,65
	SUB-TOTAL	813 607,94	729 633,18	605 086,24
	TOTAL	813 607,94	729 633,18	605 086,24

O quadro n.º 15 mostra as dívidas de terceiros por cobrar no final do ano de 2013 e nos dois anos anteriores, proporcionando uma perspetiva geral da sua evolução. Importa realçar que o montante da dívida de terceiros tem vindo a diminuir ao longo desses três anos, mas continua a ter o valor significativo de 605.086,24 euros. Contabilizado em 31 de dezembro de 2013, este montante liquidado e não cobrado é de tal modo expressivo que continua a ser uma preocupação para o Município, pelo que continuará a ser monitorizado em permanência, sendo certo que a verba de maior relevo diz respeito ao montante de 299.254,54 euros a receber do QREN pela comparticipação financeira de obras, algumas delas integralmente executadas.

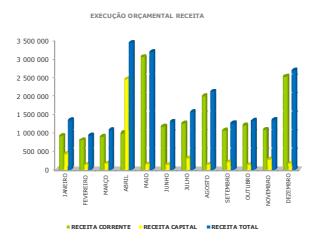


Como se depreende, a cobrança da dívida de terceiros teria sido muito útil para os cofres da instituição, sobretudo pelo seu impacto muito positivo no serviço da dívida de curto prazo, se bem que as contas de 2013 foram encerradas no estrito cumprimento de todos os prazos de pagamentos negociados com fornecedores e empreiteiros.

QUADRO 16

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA RECEITA COBRADA LÍQUIDA

ANO 2013	RECEITA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	RECEITA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	RECEITA TOTAL	VALOR ACUMULADO
JANEIRO	915 783,35	915 783,35	422 321,98	422 321,98	1 338 105,33	1 338 105,33
FEVEREIRO	801 107,67	1 716 891,02	127 879,65	550 201,63	928 987,32	2 267 092,65
MARÇO	896 535,59	2 613 426,61	162 028,62	712 230,25	1 058 564,21	3 325 656,86
ABRIL	984 774,81	3 598 201,42	2 439 458,97	3 151 689,22	3 424 233,78	6 749 890,64
MAIO	3 043 941,09	6 642 142,51	137 912,71	3 289 601,93	3 181 853,80	9 931 744,44
JUNHO	1 166 188,03	7 808 330,54	125 443,02	3 415 044,95	1 291 631,05	11 223 375,49
JULHO	1 252 230,76	9 060 561,30	303 564,37	3 718 609,32	1 555 795,13	12 779 170,62
AGOSTO	1 980 948,27	11 041 509,57	126 700,71	3 845 310,03	2 107 648,98	14 886 819,60
SETEMBRO	1 049 768,37	12 091 277,94	205 967,61	4 051 277,64	1 255 735,98	16 142 555,58
OUTUBRO	1 200 742,36	13 292 020,30	125 369,00	4 176 646,64	1 326 111,36	17 468 666,94
NOVEMBRO	1 068 826,59	14 360 846,89	274 322,21	4 450 968,85	1 343 148,80	18 811 815,74
DEZEMBRO	2 515 298,61	16 876 145,50	161 027,94	4 611 996,79	2 676 326,55	21 488 142,29
	16 876 145,50		4 611 996,79		21 488 142,29	





A forma como os influxos de receita se comportam ao longo dos meses do ano é um indicador de extrema importância como instrumento orientador da gestão financeira da tesouraria de qualquer organização. É que a identificação dos períodos em que se regista a maior entrada de fundos possibilita um melhor planeamento dos pagamentos fazendo-os convergir nas alturas em que há maior disponibilidade de tesouraria. É neste contexto que se afigura particularmente útil o quadro n.º 16, onde consta a execução orçamental da receita em cada mês do ano de 2013.

Ao dividir a receita cobrada líquida pelos meses do ano o quadro n.º 16 mostra que o fluxo mensal não é regular nem tão pouco se poderá extrapolar com idênticos quadros apresentados em anos anteriores, pois, por força da lei, os meses em que esse fluxo é mais acentuado são aqueles em que se recebe o IMI os quais, por força da lei, foram alterados. De facto, em virtude do processo de reavaliação de imóveis, foram alterados os prazos de pagamento do IMI, que passou a poder ser efetuado em três prestações, o que, por sua vez, teve reflexos na evolução do processo de cobrança nos cofres da autarquia. Assim, devido à alteração nos períodos de cobrança, que passaram de maio e novembro para maio, agosto e dezembro, é nestes meses que a partir de agora se irão registar maiores influxos.

Explicada a razão por que as maiores transferências ao nível das cobranças de natureza corrente – apresentadas por ordem decrescente – ocorreram em maio, dezembro e agosto, percebe-se facilmente que a receita corrente arrecadada nestes três meses do ano corresponda a 44,68 % do total de 2013 nesta rubrica.

Ao nível das receitas de capital, há a destacar unicamente o mês de abril, que, para além das receitas normais cobradas em cada mês, reflete também o saldo da gerência anterior. Nas receitas correntes o desempenho foi bem mais regular, sendo de referir apenas, por ordem decrescente, os meses de maio, dezembro e agosto.



4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa

A despesa pública consiste na aplicação de recursos da Autarquia no pagamento de serviços e investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos, tendo como principal objetivo a promoção do desenvolvimento económico-social e a coesão territorial. Abrange também, naturalmente, os custos da estrutura administrativa e comercial da instituição, os quais são absolutamente necessários para garantir a obtenção de receitas e desencadear as ações necessárias à prossecução dos objetivos enunciados.

A despesa pública autárquica assume duas modalidades, designadamente a corrente e a de capital. Na despesa corrente incluem-se todas as despesas parcelares efetuadas de forma contínua para funcionamento e manutenção da instituição. São permanentes e por isso não podem ser interrompidas em nenhuma circunstância, sob pena de graves prejuízos, tanto para o Município, na medida em que pode reverter na contraprestação em bens e serviços necessários ao seu bom e regular funcionamento, como para a comunidade em geral, uma vez que esta não pode ser sujeita à falta, total ou parcial, dos serviços públicos que nos termos da lei têm que estar disponíveis para sua utilização efetiva ou potencial.

Quanto à despesa de capital (investimento), esta é por natureza descontínua, ou seja, decorre durante certos períodos, e é através dela que a Autarquia executa infraestruturas e equipamentos coletivos, promove a coesão territorial, fomenta atividades, expande os seus serviços públicos e gera mais bem-estar social. Como se depreende, toda a despesa de capital tende a culminar, logo que esteja concluída, em acréscimo da despesa corrente.

A divisão das despesas em correntes e de capital permite avaliar as consequências a esse nível e o respetivo impacto económico, nomeadamente porque as primeiras dão a dimensão do consumo autárquico e a comparação com as segundas permite mensurar os níveis de poupança pública da instituição.

O termo poupança neste contexto não deve ser interpretado com o mesmo significado que se aplica à poupança privada, que normalmente se restringe à economia de recursos. A poupança pública tem essencialmente a ver com o valor disponibilizado para aplicar em bens de investimento em contraponto com a despesa corrente.

Assim, a designada poupança autárquica resulta da diferença entre as suas receitas e as suas despesas correntes, a qual, quando é positiva ("Superávit Corrente") destina-se naturalmente a ser canalizada para despesas de capital (investimento). Uma hipotética situação de poupança negativa, não permitida por lei, teria como resultado a redução dos níveis de consumo da Autarquia e, como tal, consequências negativas ao nível da economia do território, contribuindo para a diminuição do produto interno bruto do país.



Tendo como referência os pressupostos do exercício de prestação de contas antes referidos, os quadros que a seguir se apresentam visam precisamente analisar separadamente a despesa corrente e a despesa de capital do Município, tanto nos seus valores globais como na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, comparando os resultados obtidos com os alcançados nos anos anteriores e, por último, medindo e justificando os níveis de poupança alcançados.

QUADRO 17

EVOLUÇÃO DA DESPESA

	2011		2012		2013	
DESIGNAÇÃO	2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	5 358 421,86	27,80	4 650 407,17	24,67	4 822 181,61	24,4
Bens duradouros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Bens não duradouros	1 069 006,83	5,55	1 196 209,93	6,35	1 018 303,17	5,1
Aquisição de serviços	2 836 515,28	14,72	3 204 525,50	17,00	2 712 981,10	13,7
Encargos financeiros	824 136,05	4,28	652 257,38	3,46	362 190,75	1,8
Transferências correntes:						
Para as Freguesias	109 475,06	0,57	79 317,60	0,42	106 201,99	0,5
Outras	372 732,02	1,93	465 957,41	2,47	920 722,52	4,6
Subsídios	666 385,00	3,46	703 285,00	3,73	1 064 925,00	5,4
Outras despesas correntes	602 794,53	3,13	675 933,34	3,59	585 800,55	2,9
Total da despesa Corrente	11 839 466,63	61,42	11 627 893,33	61,68	11 593 306,69	58,8
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos:						
Terrenos e recursos naturais	103 352,19	0,54	109 513,65	0,58	206 389,13	1,0
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outros edifícios	1 298 870,56	6,74	994 426,19	5,28	950 629,90	4,8
Construções diversas	1 472 667,50	7,64	1 560 857,08	8,28	1 943 778,96	9,8
Material de transporte	9 966,69	0,05	2 383,67	0,01	13 517,06	0,0
Maquinaria e equipamento	442 398,12	2,30	391 552,60	2,08	242 462,54	1,2
Outros	500,00	0,00	26 860,10	0,14	26 715,60	0,1
Locação Financeira	198 426,01	1,03	369 011,99	1,96	382 615,17	1,9
Transferências de capital:						
Para as Freguesias	627 233,40	3,25	579 621,86	3,07	731 670,70	3,7
Outras	844 111,52	4,38	1 178 950,81	6,25	614 021,05	3,1
Ativos Financeiros:						
Concessão de empréstimos						
Outros	675 500,00	3,50	300 000,00	1,59	150 000,00	0,7
Passivos financeiros:						
Amortização de empréstimos	1 763 282,77	9,15	1 710 214,92	9,07	2 847 669,18	14,4
Outros						
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Total da despesa de Capital	7 436 308,76	38,58	7 223 392,87	38,32	8 109 469,29	41,1
TOTAL DA DESPESA						



QUADRO 18

VARIAÇÃO DA DESPESA AO LONGO DOS ANOS

				Un: (Euros)			
DESIGNAÇÃO	2011	2012		2013			
	Valor	Valor	\triangle	Valor	\triangle		
DESPESAS CORRENTES							
Pessoal	5 358 421,86	4 650 407,17	-13,21	4 822 181,61	3,69		
Bens duradouros							
Bens não duradouros	1 069 006,83	1 196 209,93	11,90	1 018 303,17	-14,87		
Aquisição de serviços	2 836 515,28	3 204 525,50	12,97	2 712 981,10	-15,34		
Encargos financeiros	824 136,05	652 257,38	-20,86	362 190,75	-44,47		
Transferências correntes:							
Para as Freguesias	109 475,06	79 317,60	-27,55	106 201,99	33,89		
Outras	372 732,02	465 957,41	25,01	920 722,52	97,60		
Subsídios	666 385,00	703 285,00	5,54	1 064 925,00	51,42		
Outras despesas correntes	602 794,53	675 933,34	12,13	585 800,55	-13,33		
Total da despesa Corrente	11 839 466,63	11 627 893,33	-1,79	11 593 306,69	-0,30		
DESPESAS DE CAPITAL							
Investimentos:							
Terrenos e recursos naturais	103 352,19	109 513,65	5,96	206 389,13	88,46		
Habitação	0,00	0,00		0,00			
Outros edifícios	1 298 870,56	994 426,19	-23,44	950 629,90	-4,40		
Construções diversas	1 472 667,50	1 560 857,08	5,99	1 943 778,96	24,53		
Material de transporte	9 966,69	2 383,67	-76,08	13 517,06	467,07		
Maquinaria e equipamento	442 398,12	391 552,60	-11,49	242 462,54	-38,08		
Outros	500,00	26 860,10	5272,02	26 715,60	-0,54		
Locação Financeira	198 426,01	369 011,99	85,97	382 615,17	3,69		
Transferências de capital:							
Para as Freguesias	627 233,40	579 621,86	-7,59	731 670,70	26,23		
Outras	844 111,52	1 178 950,81	39,67	614 021,05	-47,92		
Ativos Financeiros:							
Concessão de empréstimos							
Outros	675 500,00	300 000,00	-55,59	150 000,00	-50,00		
Passivos financeiros:							
Amortização de empréstimos	1 763 282,77	1 710 214,92	-3,01	2 847 669,18	66,51		
Outros							
Outras despesas de capital	0,00	0,00		0,00			
Total da despesa de Capital	7 436 308,76	7 223 392,87	-2,86	8 109 469,29	12,27		
TOTAL DA DESPESA							

O desempenho da despesa, conforme referido, varia na razão direta do volume global da receita arrecadada durante o ano, transitando de um exercício para o outro, quanto muito, o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, as quais atingiram, em 2013, o montante de 1.865.726,13 euros. Este valor resume assim o montante das receitas que não precisaram de ser aplicados durante o exercício, o que demonstra o extremo rigor e o controlo apertado com que os recursos da autarquia foram geridos, precavendo os gastos não em função das disponibilidades mas sim em função do estritamente necessário.

No ano sujeito a análise, conclui-se que a execução orçamental da despesa ascendeu ao montante global de 19.702.775,98 euros, ou seja, mais 851.489,78 euros do que em 2012,

Relatório de Gestão 13



traduzindo uma variação positiva de 4,52%. Esta subida decorre sobretudo do processo de amortização do serviço da dívida suportado pela Autarquia. Só com esta rubrica da despesa houve um esforço acrescido de 1.137.454,26 euros, quando comparado com o montante pago em 2012.

Sendo evidente o esforço do Município em tornar cada vez mais assertiva a afetação dos recursos disponíveis aos níveis de despesa considerados necessários, não deixaram de haver oscilações positivas em algumas rubricas da despesa, mas estas foram largamente compensadas pela diminuição de outras. A diminuição real de 0,3% da despesa corrente demonstra o esforço na contenção a este nível, enquanto o aumento de 12,27% reflete a prioridade dada ao investimento, além de não ser sinónimo de uma diminuição das disponibilidades imediatas de tesouraria na mesma proporção.

DESPESAS CORRENTES

A leitura do comportamento da despesa corrente mostra que esta ascendeu a 11.593.306,69 euros e que representa 58,84% do total da despesa, valores ligeiramente inferiores aos registados em 2012, mas ainda assim sintomáticos da continuidade que tem sido dada à contenção a este nível, o que adquire especial significado na conjuntura de crise que se tem vivido.

O quadro n.º 21 demonstra, por sua vez, que os níveis de despesa realizada totalizaram os 90,31%, enquanto a despesa paga se situou nos 87,92%, sendo que estas percentagens foram obtidas em função dos valores corrigidos dos documentos previsionais. O que estes indicadores evidenciam claramente é que Autarquia não realizou despesa para a qual não tivesse cobertura financeira, condição chave para o equilíbrio financeiro de qualquer entidade.

A análise ao comportamento das despesas efetuadas ao longo do exercício de 2013 é efetuada, sempre que possível, segundo a sua tipologia. Seguindo a mesma orientação de exercícios anteriores, foi acautelada a existência de um capítulo específico para uma avaliação mais detalhada ao serviço da dívida do Município quanto à forma como ela se distribui em função desta categoria da despesa.

Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, evidenciam que o Município desenvolveu uma assinalável atividade para cumprir com as suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas de carácter residual.

Como decorre da análise ao quadro n.º 17, o somatório das despesas de funcionamento do Município totalizou 9.139.266,43 euros em 2013, traduzido num decréscimo bastante significativo de 6,04% relativamente ao valor observado em 2012, que foi de 9.727.075,94 euros. No exercício a que se refere o presente relatório de gestão, as despesas de funcionamento têm um





peso relativo de 46,39% na despesa global (corrente e de capital), representando 78,83% quando circunscritas à despesa corrente.

Apesar de continuar a ser significativo, o peso das despesas de funcionamento tem vindo a seguir uma trajetória descendente ano após ano, tanto em função da despesa corrente como ao nível da estrutura global de realização de despesas.

Pessoal

As despesas com o pessoal registaram um peso relativo de 41,59% no total das despesas correntes e de 24,47% quando comparadas com a estrutura global de custos pagos pelo Município em 2013. A este nível, foi contabilizado um valor na ordem dos 4,8 milhões de euros, mais 172 mil euros que em 2012, aumento que tem a ver, essencialmente, com o efeito de duas variáveis: a primeira diz respeito ao facto de ter sido possível avançar com o pagamento do subsídio de férias, o qual tinha sido "congelado" pela aplicação das normas restritivas impostas no Orçamento de Estado desse ano aos funcionários públicos; a segunda deve-se ao aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social, pois as taxas passaram de 15% e 17,2%, respetivamente, para 20% e 18,6% incidindo sobre os rendimentos tributáveis. Descontando o efeito das duas variáveis antes enunciadas, o Município conseguiu na realidade reduzir a massa salarial. É que elas, por si só, representam um aumento real de 459.562,76 euros em relação a 2012, pelo que o acréscimo de 172 mil euros nas despesas com o pessoal em 2013 não pode deixar de ter um valor muito relativo, tanto mais que a Autarquia continuou a restringilas fortemente, nomeadamente através de medidas como a cessação de diversos contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a aposentação de vários trabalhadores, não promovendo a sua substituição, bem como a manutenção dos salários ao nível de 2011.

Posto isto, é de sublinhar ainda que, em 2013, o Município procedeu ao pagamento extraordinário de 21.234,77 euros no sentido de regularizar as contribuições para a segurança social, devido a um enquadramento incorreto da aplicação de taxas relativas a 2009, ano em que entrou em vigor o novo regime de contrato de trabalho em funções públicas.

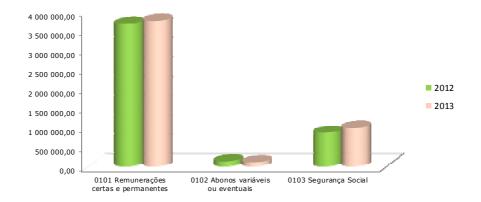
A última nota nesta rúbrica é para dizer que 52,76% dos gastos realizados em despesas de funcionamento se destinaram, exclusivamente, a fazer face aos encargos anuais com despesas de pessoal, ficando o remanescente para despesas diversas com a aquisição de bens e serviços e outras despesas de carácter residual.

Relatório de Gestão 13

Quadro 19

Quadro com a Discriminação das Despesas com Pessoal

Discriminação de Tipo da Despesa	2012	2013	Peso	Variação	
	Valores Pagos	Valores Pagos	%	Valor Absoluto	\triangle
0101 Remunerações certas e permanentes					
Titulares órgãos de soberania e menb. órgãos autárquicos	92 825,52	92 826,50	1,92	0,98	0,00
Pessoal dos Quadros - Regime contrato individual de trabalho	2 458 439,94	2 475 950,49	51,35	17 510,55	0,71
Pessoal contratado a termo	395 421,63	232 382,45	4,82	-163 039,18	-41,23
Pessoal em qualquer outra situação	114 241,62	101 157,74	2,10	-13 083,88	-11,45
Representação	52 522,29	48 012,99	1,00	-4 509,30	-8,59
Subsídio de refeição	267 225,14	239 333,50	4,96	-27 891,64	-10,44
Subsídio Férias e de Natal	206 656,42	509 863,05	10,57	303 206,63	146,72
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	80 971,14	43 810,42	0,91	-37 160,72	-45,89
SUB-TOTAL:	3 668 303,70	3 743 337,14	77,63	75 033,44	2,05
0102 Abonos variáveis ou eventuais					
Horas extraordinárias	27 720,54	23 276,92	0,48	-4 443,62	-16,03
Ajudas de custo	38 935,40	40 685,39	0,85	1 749,99	4,49
Abono para falhas	3 106,44	3 106,44	0,06	0,00	0,00
Indemnizações por cessação de funções	34 500,25	14 840,40	0,31	-19 659,85	-56,98
Outros suplementos e prémios	18 617,09	14 631,22	0,30	-3 985,87	-21,41
SUB-TOTAL:	122 879,72	96 540,37	2,00	-26 339,35	-21,44
0103 Segurança Social					
Encargos com a saúde	41 124,60	36 763,08	0,76	-4 361,52	-10,61
Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídio familiar a criança e jovens	16 457,50	14 771,81	0,31	-1 685,69	-10,24
Outras prestações familiares	4 919,40	2 709,22	0,06	-2 210,18	-44,93
Contribuições para a Segurança Social	731 545,29	887 901,42	18,41	156 356,13	21,37
Outras pensões	11 025,76	7 549,84	0,15	-3 475,92	-31,53
Seguros	36 428,36	26 949,93	0,56	-9 478,43	-26,02
Outras despesas de segurança social	17 722,84	5 658,80	0,12	-12 064,04	-68,07
SUB-TOTAL:	859 223,75	982 304,10	20,37	123 080,35	14,32
TOTAL DAS DESPESAS C/ PESSOAL	4 650 407,17	4 822 181,61	100,00	171 774,44	3,69
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	9 727 075,94	9 139 266,43		-587 809,51	-6,04
PESO DAS DESP. C/ PESSOAL NAS D. FUNCIONAMENTO	47,81	52,76			





Aquisição de bens e serviços

Quadro 20

Quadro com a Discriminação da Aquisição de Bens e Serviços

Discriminação de Tipo da Despesa	2012		2013		Peso	Variaçã	io
	Valores Pagos	EANP 2012	Valores Pagos	EANP 2013	%	Valor Absoluto	\triangle
0201 Aquisição de Bens:							
Matérias-primas e subsidiárias	2 990,37	0,00	834,27	0,00	0,02	-2 156,10	-72,10
Combustíveis e lubrificantes	393 777,74	77 418,07	360 844,63	117 268,38	9,67	-32 933,11	-8,36
Munições, explosivos e artifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Limpeza e higiene	8 167,56	92,80	9 256,62	0,00	0,25	1 089,06	13,33
Alimentação- Refeições Confeccionadas	685 088,20	118 342,85	537 153,67	157 690,99	14,40	-147 934,53	-21,59
Alimentação- Géneros para confeccionar	1 800,50	0,00	1 033,66	53,22	0,03	-766,84	-42,59
Vestuário e artigos pessoais	1 843,54	0,00	3 119,47	1 733,58	0,08	1 275,93	69,21
Material de escritório	30 535,20	1 738,50	28 430,33	1 675,31	0,76	-2 104,87	-6,89
Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos vendidos nas farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Material de consumo clínico	1 175,84	0,00	793,57	0,00	0,02	-382,27	-32,51
Aquisição de pneus	0,00	0,00	25,38	0,00	0,00	25,38	,
Material de transporte - peças	5 573,99	7,66	6 628,14	0,00	0.17	1 054,15	18,91
Outro material - peças	20 546,20	438,11	27 666,26	1 260,85	0,74	7 120,06	34,65
Prémios, condecorações e ofertas	14 634,65	1 989,23	12 592,61	3 113,30	0.34	-2 042.04	-13.95
Mercadorias para venda	121,72	0,00	229,41	0,00	0,01	107,69	88,47
Ferramentas e utensílios	1 388,60	0,00	1 388,04	0,00	0,01	-0,56	-0,04
Livros e documentação técnica	884,50	408,00	1 488,98	24,99	0,04	604,48	68,34
Artigos honoríficos e de decoração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	00,54
•		•		•	0,00		10.25
Material de educação, cultura e recreio Outros bens	11 835,35 15 845,97	801,74 13 553,05	9 663,32 17 154,81	1 119,35 7 774,19	0,26	-2 172,03 1 308,84	-18,35 8,26
	•				· ·		
SUB-TOTAL: 0202 Aquisição de Serviços:	1 196 209,93	214 790,01	1 018 303,17	291 714,16	27,29	-177 906,76	-14,87
Encargos das instalações	542 247,71	85 101,59	528 192,06	106 910,63	14,16	-14 055,65	-2,59
Limpeza e higiene	729,10	0,00	2 120,22	0,00	0,06	1 391,12	190,80
Conservação de bens	99 692,18	5 461,59	96 675,73	6 235,20	2,59	-3 016,45	-3,03
Locação de edifícios	46 001,08	552,00	24 166,08	6 180,87	0,65	-21 835,00	-47,47
Locação de material de informática	0,00	0,00	492,00	49,20	0.01	492,00	47,47
Locação de outros bens	17 480,78	0,00	12 982,78	307,50	0,35	-4 498,00	-25,73
Comunicações	113 839,76	8 892,88	91 087,77	14 993,95	2,44	-22 751,99	-19,99
Transportes	585 082,06	72 819,43	401 810,84	196 028,64	10,77	-183 271,22	-31,32
Representação dos serviços	600,00	0,00	1 835,00	0,00	0,05	1 235,00	205,83
	•	•		•	,		
Seguros Deslocações e estadas	133 477,27 298,58	324,16 0,00	20 899,23	37 585,82 0.00	0,56 0.00	-112 578,04 -298,58	-84,34 -100,00
•	•	•	.,	.,	.,		
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	47 324,71	6 240,49	35 650,41 791.40	4 800,65	0,95	-11 674,30	-24,67
Formação	1 850,00	73,80		0,00	0,02	-1 058,60	-57,22
Seminários, exposições e similares	18 302,40	0,00	0,00	0,00	0,00	-18 302,40	-100,00
Publicidade	24 616,83	13 101,35	32 231,84	4 388,82	0,86	7 615,01	30,93
Vigilância e segurança	863,40	127,46	752,16	0,00	0,02	-111,24	-12,88
Assistência técnica	45 245,37	9 139,53	48 695,94	8 007,18	1,31	3 450,57	7,63
Outros trabalhos especializados	362 739,85	35 141,75	363 420,40	32 482,22	9,74	680,55	0,19
Encargos de cobrança de receitas	293 695,76	0,00	148 568,17	0,00	3,98	-145 127,59	-49,41
Outros serviços	870 438,66	18 924,56	902 609,07	3 858,96	24,19	32 170,41	3,70
SUB-TOTAL:	3 204 525,50	255 900,59	2 712 981,10	421 829,64	72,71	-491 544,40	-15,34
TOTAL DAS DESPESAS C/AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS TOTAL DAS DESPESAS DE	4 400 735,43	470 690,60	3 731 284,27	713 543,80	100,00	-669 451,16	-15,21
FUNCIONAMENTO	9 727 075,94		9 139 266,43			-587 809,51	-6,04
PESO DAS DESP. C/ AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS D. FUNCIONAMENTO	45,24		40,83				

No quadro n.º 20 figuram os montantes pagos pela Autarquia em 2013 para a aquisição de bens e serviços, cujo valor global se situou nos 3.731.284,27 euros. Comparativamente ao ano anterior, esta despesa desceu 15,21%, ou seja, 669.451,16 euros em termos absolutos, excelente indicador de como, também a este nível, houve um rigoroso controlo na utilização dos recursos financeiros da instituição.

Também no quadro n.º 20 se pode ver que irão transitar 713.543,80 euros para a execução orçamental de 2014, dos quais apenas 235.492,33 euros dizem respeito a dívidas de 2013 que, à data do encerramento destas contas, não se encontravam vencidas. O remanescente, ou seja,

Relatório de Gestão 13



478.0561,47 euros, representam a soma de compromissos assumidos, mas que, à data da transição do ano, ainda não se encontravam satisfeitos por parte das diversas entidades fornecedoras.

No que tem a ver com a aquisição de bens, foram efetuados pagamentos no montante global de 1.018.303,17 euros, merecendo especial destaque os valores despendidos com "Alimentação – Refeições Confecionadas", num total de 537.153,67 euros, ou seja, 52,75% dos gastos totais nesta componente da despesa, seguindo-se o fornecimento de "Combustíveis e Lubrificantes", com 360.844,63 euros, menos 8,36% face a 2012. Somadas, as duas rubricas representam 88,19% dos valores pagos em 2013, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual.

Na componente "Aquisição de Serviços", com gastos totais na ordem dos 2.712.981,10 euros, a rubrica que mais se destaca é "Outros Serviços", cuja incidência é de 33,27% no valor global despendido com este membro do Orçamento. De resto, a rubrica "Outros Serviços" inclui os encargos com a energia consumida na iluminação pública, os quais ascenderam a 863.443,01 euros, representando a quase totalidade da despesa realizada nesse âmbito.

Seguem-se depois os "Encargos das Instalações", com os quais foram gastos 528.192,06 euros, valor ligeiramente inferior ao de 2012, mas que, ainda assim, corresponde a 19,47% do montante pago em 2013 com a aquisição de serviços.

A rubrica de "Transportes" encerrou o ano com quantias pagas na ordem dos 402 mil euros, incluindo os gastos com os transportes escolares. Dos 196.028,84 euros relativos a encargos assumidos e não pagos, 74.305,18 euros dizem respeito a faturação em dívida que não foi paga por facto imputável ao credor. Esta situação havia sido já referida no relatório de gestão de 2012, dando conta da morosidade na receção da faturação, pois as faturas são primeiramente enviadas às escolas para serem conferidas, e acreditava-se que ficaria entretanto resolvida, mas a verdade é que voltou a suceder o mesmo em 2013. Em todo o caso, este foi um ano atípico pelas inúmeras divergências na faturação, nomeadamente faturas extraviadas e incorretamente emitidas. Para resolver definitivamente a questão, todas as empresas transportadoras foram notificadas a remeterem rapidamente a faturação ao Município, que se encarregará de proceder à sua conferência com cada escola. É de esperar, portanto, que a situação volte à normalidade em 2014, mas antevê-se que a Autarquia tenha de suportar alguns encargos acrescidos, como de resto se conclui do montante de encargos assumidos e não pagos que irão transitar para esse exercício.

Os gastos efetuados com a rubrica intitulada por "Outros Trabalhos Especializados" totalizaram 363.420,40 euros. Nesta rubrica contabilizam-se os pagamentos de serviços relacionados com docência e ocupação dos tempos livres, bem como dos serviços de suporte e acompanhamento técnico adjudicados a terceiros, os quais tiveram um custo global de 219.620,27 euros.

Finalmente, as despesas com "Encargos de Cobrança de Receita" foram de 148.568,17 euros, menos 145.127,59 euros que em 2012. Refletindo os gastos com os encargos pagos à Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, estes encargos diminuíram em relação a 2012 devido ao facto de ter sido entretanto concluído o processo de avaliação geral de



prédios urbanos. Recorde-se que, em 2012, fruto da publicação da portaria n.º 106/2012, de 18 de abril, os custos relacionados com todo esse processo foram imputados às autarquias, que para esse efeito tiveram que afetar 5% da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo a 2011 e arrecadado em 2012.

QUADRO 21
RESUMO DA DESPESA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

			2012					2013		Un: (Euros)
	ORÇAMENTO			TAXA DE EXE	CUCÃO	ORCAMENTO			TAXA DE EXE	CUCÃO
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS PAGAS	TAXA DE EXE	COÇAO	ORÇAMENTO	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS PAGAS	TAXA DE EXE	COÇAO
	CORRIGIDO	REMERENDAD	TAGAS	REALIZADAS	PAGAS	CORRIGIDO	KLALIZADAS	FAGAS	REALIZADAS	PAGAS
	A	В	С	B/A	C/A	A	В	С	B/A	C/A
DESPESAS CORRENTES										
Despesas com Pessoal	5 126 024,00	4 693 591,47	4 650 407,17	91,56	90,72	5 052 848,00	4 884 167,04	4 822 181,61	96,66	95,43
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5 857 641,00	4 573 984,42	4 400 735,43	78,09	75,13	4 922 439,00	3 966 776,60	3 731 284,27	80,59	75,80
Juros e Outros Encargos	875 968,00	653 324,42	652 257,38	74,58	74,46	402 953,00	363 257,79	362 190,75	90,15	89,88
Transferências Correntes	723 601,00	545 423,99	545 275,01	75,38	75,36	1 082 705,00	1 040 174,51	1 026 924,51	96,07	94,85
Subsídios	703 288,00	703 285,00	703 285,00	100,00	100,00	1 064 926,00	1 064 925,00	1 064 925,00	100,00	100,00
Outras Despesas Correntes	722 488,00	677 358,34	675 933,34	93,75	93,56	659 964,00	588 971,20	585 800,55	89,24	88,76
TOTAL DEPESAS CORRENTES	14 009 010,00	11 846 967,64	11 627 893,33	84,57	83,00	13 185 835,00	11 908 272,14	11 593 306,69	90,31	87,92
DESPESAS DE CAPITAL										
Aquisição de Bens de Investimento	11 162 820,00	3 859 383,82	3 454 605,28	34,57	30,95	4 404 248,00	3 908 699,96	3 766 108,36	88,75	85,51
Transferências de Capital	2 690 580,00	1 810 001,04	1 758 572,67	67,27	65,36	2 281 766,00	1 352 887,25	1 345 691,75	59,29	58,98
Ativos Financeiros	450 004,00	300 000,00	300 000,00	66,67	66,67	150 004,00	150 000,00	150 000,00	100,00	100,00
Passivos Financeiros	1 710 215,00	1 710 214,92	1 710 214,92	100,00	100,00	2 847 670,00	2 847 669,18	2 847 669,18	100,00	100,00
Outras Despesas de Capital	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	16 013 620,00	7 679 599,78	7 223 392,87	47,96	45,11	9 683 689,00	8 259 256,39	8 109 469,29	85,29	83,74
TOTAL GERAL	30 022 630.00	19 526 567.42	18 851 286.20	65.04	62.79	22 869 524.00	20 167 528.53	19 702 775.98	88.19	86.15

DESPESAS DE CAPITAL

O comportamento das despesas de capital durante o ano de 2013 surge evidenciado nos quadros n.º 2, n.º 3 e n.º 17, sendo claro que o Município reservou 41,16% das suas receitas para a formação de capital fixo.

O primeiro dado a reter é o aumento de 12,27% dos montantes aplicados nos investimentos em infraestruturas municipais, equipamentos coletivos, apoios a instituições e coletividades, bem como na amortização do serviço da dívida de médio e longo prazo, num valor global de 8.109.469,29 euros, mais 886.076,42 euros que em 2012.

Particularizando as despesas de capital por tipologia, o quadro n.º 18 mostra que em 2013 foram gastos 3.766.108,36 euros em obras municipais, mais 311.503,08 euros do que no ano anterior, o que, face à conjuntura que o país tem vivido, não pode deixar de ter significado positivo.

Os gastos incorridos com os passivos financeiros, num total de 2.847.669,18 euros, representam 35,12% do total das despesas de capital em 2013, tendo aumentado 66,51% em relação ao ano anterior. Este aumento deveu-se ao facto de, para além das amortizações habituais, se ter iniciado o pagamento das amortizações com o empréstimo contraído em 2009 ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro aprovado em reunião do executivo camarário de 15 de dezembro de 2009 e, subsequentemente, na sessão da Assembleia Municipal de 23 de dezembro do mesmo ano, e que veio a ter luz verde do Tribunal de Contas em 31 de março de 2010.



O quadro n.º 21 traduz exemplarmente o esforço do Município no sentido de aproximar as taxas de execução da despesa paga (86,15%) das taxas de execução da despesa realizada (88,19%). Este indicador permite concluir que os encargos assumidos e não pagos que transitaram para o orçamento de 2014 são de apenas 464.752,55 euros, o que corresponde, à data de 31 de dezembro de 2013, a dívidas não vencidas que decorrem da normal atividade municipal. Apesar de todo o esforço desenvolvido pelos serviços financeiros da Autarquia, no sentido de todas as faturas vencidas serem pagas no menor prazo possível, verifica-se que, na altura em que este documento é apresentado, ainda não foi possível avançar como o pagamento de 151.440,38 euros do valor apurado à data de 31 de dezembro de 2013, montante que no essencial diz respeito a dívidas vencidas que não puderam ser pagas por facto imputável ao credor. Em regra, estes impedimentos surgem por dois motivos: ou porque independentemente de terem sido notificados para o envio de notas de crédito, estas não foram enviadas nem rececionadas à data do encerramento das contas; ou porque as entidades credoras não apresentaram atempadamente as suas certidões de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social. Como se sabe, os Municípios não podem realizar determinados pagamentos sem acautelar previamente que os agentes económicos credores tenham a sua situação tributária e contributiva regularizada perante as referidas entidades.

Assim, e em jeito de conclusão, pode-se referir que o ano de 2013 encerra com níveis elevados de execução da despesa, tanto ao nível da sua realização como do seu pagamento, quer da corrente, quer da de capital. As primeiras, em termos globais, encerraram com uma taxa de 90,31% relativamente à despesa realizada e de 87,92% quanto à despesa paga. No concernente às despesas de capital, estas fecharam com a taxa de 85,29% em despesa realizada e de 83,74% em despesa paga. Estas taxas refletem que, para além do elevado grau de cumprimento dos valores constantes nos documentos previsionais, a Autarquia conseguiu, de igual modo, respeitar integralmente as suas obrigações contratuais com todos os credores.



QUADRO 22

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DIFERENTES FASES DA DESPESA

							Un: (Euros)
CÓD.	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	COMPROMETIDO	FACTURADO	PAGO	REALIZADO E NÃO PAGO	COMPROMETIDO POR REALIZAR
		1	2	3	4	5=3-4	6=2-3
DESPESAS CO	ORENTES						
01 Despesas com	Pessoal	5 052 848,00	4 886 381,88	4 884 167,04	4 822 181,61	61 985,43	2 214,84
02 Aquisição de B	02 Aquisição de Bens e Serviços Correntes		4 444 828,07	3 966 776,60	3 731 284,27	235 492,33	478 051,47
03 Juros e Outros	03 Juros e Outros Encargos		363 257,79	363 257,79	362 190,75	1 067,04	0,00
04 Transferências	04 Transferências Correntes		1 047 415,65	1 040 174,51	1 026 924,51	13 250,00	7 241,14
05 Subsídios	05 Subsídios		1 064 925,00	1 064 925,00	1 064 925,00	0,00	0,00
06 Outras Despes	sas Correntes	659 964,00	593 309,22	588 971,20	585 800,55	3 170,65	4 338,02
TOTAL DESPESAS COI	RRENTES	13 185 835,00	12 400 117,61	11 908 272,14	11 593 306,69	314 965,45	491 845,47
DESPESAS DI	E CAPITAL						
07 Aquisição de B	Bens de Investimento	4 404 248,00	3 992 067,06	3 908 699,96	3 766 108,36	142 591,60	83 367,10
08 Transferências	s de Capital	2 281 766,00	1 507 545,99	1 352 887,25	1 345 691,75	7 195,50	154 658,74
09 Ativos Finance	iros	150 004,00	150 000,00	150 000,00	150 000,00	0,00	0,00
10 Passivos Finan	nceiros	2 847 670,00	2 847 669,18	2 847 669,18	2 847 669,18	0,00	0,00
11 Outras Despes	sas de Capital	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS DE	CAPITAL	9 683 689,00	8 497 282,23	8 259 256,39	8 109 469,29	149 787,10	238 025,84
TOTAL GERAL 2013		22 869 524,00	20 897 399,84	20 167 528,53	19 702 775,98	464 752,55	729 871,31

Revestindo-se de grande utilidade na análise circunstanciada do relatório de gestão, o quadro n.º 22 incide na demonstração das várias fases da realização da despesa municipal, que são as seguintes:

Cabimento: cativação de uma verba estimada para determinado fim inscrevendo-a na classificação orçamental prevista. Nos termos da lei, não é autorizada qualquer tipo de despesa não sujeita a cabimento prévio, ou seja, que não tenha dotação orçamental suficiente para a sua realização, regra de ouro no processo de execução da despesa.

Compromisso: concretização e assunção, perante um agente externo, do pedido de realização ou execução de qualquer tipo de fornecimento ou serviço, na maior parte das vezes através da emissão de uma requisição ou da celebração de um contrato escrito entre as partes.

Realização: receção e concomitante movimento do documento de despesa, normalmente uma fatura ou documento equivalente. É nesta fase que o Município assume a dívida para com uma entidade terceira.

Pagamento: corresponde à liquidação de dívida, variando a sua efetivação na relação direta das disponibilidades de tesouraria.

É em função destes conceitos que o quadro n.º 22 adquire uma importância acrescida, na medida em que nele estão patentes os diferentes níveis de realização da despesa, segundo uma perspetiva económica, separando aqui a sua natureza conforme o seu destino, seja para corrente, seja para a variável de capital.



Mais à frente serão apresentados quadros sob outras perspetivas, concretamente, a perspetiva orgânica, que mostra as despesas de acordo com a estrutura da organização, e a perspetiva funcional, associando as despesas por tipo de necessidades, tais como gerais, económicas ou sociais. Estas perspetivas permitem leituras diversas e outras ilações quanto às opções do Município relativamente à utilização dos seus recursos.

Regressando às fases da realização da despesa, convém começar por dizer que, do cálculo da diferença entre os valores da despesa realizada e da despesa paga consegue-se obter o montante exato da dívida de curto prazo detido pelo Município à data de 31 de dezembro de 2013. Sendo este um indicador de gestão de extrema importância para o apuramento da saúde financeira da instituição, o facto de essa dívida ser de apenas 464.752,55 euros (quadro n.º 22), valor bastante inferior ao registado em 2012 (675.281,22 euros), não pode deixar de ser considerado muito positivo.

Por outro lado, a diferença entre o valor comprometido e o valor faturado traduz o montante relativo a compromissos já assumidos pelo Município com entidades terceiras, fornecedoras de bens e serviços que, à data desta prestação de contas, ainda não era devido por não estar fornecido ou executado. Neste caso, o valor atingido em 2013 foi também substancialmente inferior ao de anos anteriores. Senão vejamos: em 2011 o montante comprometido e não realizado ascendeu a 4.420.017,68 euros, tendo sofrido uma clara inversão em 2012, tendo ainda assim atingido 1.154.018,02 euros, para em 2013 se quedar em apenas 729.871,31 euros.

O somatório das duas componentes anteriormente referidas (compromissos assumidos por realizar e o valor dos encargos realizados e não pagos), no valor global de 1.194.623,86 euros, corresponde assim à verba que ficou imediatamente comprometida no orçamento aprovado para vigorar durante o ano de 2014.

Considerando que o diferencial entre o saldo da gerência e o montante dos encargos assumidos e não pagos (compromissos assumidos e não realizados mais dívida) é um indicador de gestão de extrema importância para avaliar a situação de qualquer entidade, então o facto de o Município ter conseguido em 2013 um saldo positivo de 671.102,27 euros, depois dos 266.072,54 euros obtidos em 2012, representa o acentuar de uma tendência extremamente valiosa para a saúde financeira da instituição. A verdade é que, tal como já tinha sucedido em 2012, em 31 de dezembro de 2013, em melhores condições ainda, a autarquia dispunha de meios financeiros suficientes para solver a totalidade da dívida, assim como para fazer face a todos compromissos assumidos.



QUADRO 23

Estrutura das Transferências Concedidas

						Un. (Euros
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	DESPESA REALIZADA	%	DESPESA PAGA	%	DÍVIDA TRANSITADA	%
ransferências Correntes						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração Central	17 305,00	0,72%	17 305,00	0,73%	0,00	0,00%
Administração Local	106 451,99	4,45%	106 201,99	4,48%	250,00	1,22%
Instituições sem Fins Lucrativos	854 199,03	35,70%	841 199,03	35,45%	13 000,00	63,59%
Famílias	62 218,49	2,60%	62 218,49	2,62%	0,00	0,00%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	1 040 174,51	43,47%	1 026 924,51	43,28%	13 250,00	64,81%
ansferências Capital						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	379 504,48	15,86%	379 504,48	16,00%	0,00	0,00%
Administração Central	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração Local	731 670,70	30,57%	731 670,70	30,84%	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	241 712,07	10,10%	234 516,57	9,88%	7 195,50	35,19%
Famílias	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	1 352 887,25	56,53%	1 345 691,75	56,72%	7 195,50	35,19%
TOTAL	2 393 061,76	100,00%	2 372 616,26	100,00%	20 445,50	100,00%

O quadro n.º 23 permite visualizar o valor global das transferências correntes e de capitais efetuadas pela Autarquia ao longo de 2013, evidenciando por tipologias as entidades beneficiadas e os respetivos montantes transferidos. Da sua leitura resulta que foram pagos a diversas coletividades, associações e afins, 2.372.616,26 euros, valor que inclui a verba de 379.504,48 euros destinada especificamente à INOVA – EM, SA, pelo pagamento de serviços fundamentais à garantia da qualidade de vida das populações, como sejam o abastecimento de água e o saneamento básico, a recolha de resíduos sólidos urbanos, a proteção ambiental e a promoção e desenvolvimento cultural. Como a empresa municipal integra o Município de Cantanhede, apresenta-se de seguida, no quadro n.º 24, um resumo dos montantes transferidos pela autarquia em seu benefício, num total de 1.444.429,48 euros, um pouco menos que em 2012 (1.612.248,76 euros).

QUADRO 24

Transferências Efetuadas para a Empresa Municipal

		Un: (Euros)
Classificação	Designação	Valor
04 05010101	Subsídio destinado à exploração de atividades citadas com contrato celebrado em 18/12/2012	1 064 925,00
04 08010101	SARD de Enxofães e Porto Carros Emissários e ETAR	129 504,48
04 08010101	Trsf-p/EM/-Infraestruturas p/eq. Desportivo e recreativo	250 000,00
	TOTAL	1 444 429,48

A INOVA cumpre, sem margem para dúvidas, funções cruciais em sectores de extrema importância para o reforço da coesão territorial, como de resto se tem visto ao longo dos anos, com destaque para os avultados investimentos na área do saneamento. Conforme resulta da leitura às contas consolidadas que fazem parte integrante do presente exercício de prestação de contas, a empresa apresenta em 2013 resultados positivos que totalizam 687.044,55 euros.



Se assim não fosse, haveria gravosas consequências, não apenas por ao Município caber a obrigatoriedade de integrar as contas da empresa municipal nos cálculos dos seus limites de endividamento líquido, mas também porque teria de colmatar os resultados de exploração, caso estes fossem negativos, com uma transferência financeira de igual montante. As exigências impostas pelo novo regime jurídico da atividade empresarial local (lei nº 50/2012, de 31 de agosto) não permitem outro tipo de gestão que não seja a que observe as exigências de eficiência e eficácia, sob pena de sansões, a maior das quais é a dissolução daquelas que tenham resultados líquidos negativos três anos consecutivos.

QUADRO 25

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA DESPESA

						Un: (Euros)
ANO 2013	DESPESA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	DESPESA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	DESPESA TOTAL	VALOR ACUMULADO
Janeiro	629 714,53	629 714,53	219 137,38	219 137,38	848 851,91	848 851,91
Fevereiro	586 361,60	1 216 076,13	632 992,03	852 129,41	1 219 353,63	2 068 205,54
Março	861 894,65	2 077 970,78	256 638,09	1 108 767,50	1 118 532,74	3 186 738,28
Abril	769 727,54	2 847 698,32	604 110,75	1 712 878,25	1 373 838,29	4 560 576,57
Maio	1 394 047,32	4 241 745,64	904 949,54	2 617 827,79	2 298 996,86	6 859 573,43
Junho	1 330 723,07	5 572 468,71	770 674,60	3 388 502,39	2 101 397,67	8 960 971,10
Julho	1 130 628,13	6 703 096,84	335 495,23	3 723 997,62	1 466 123,36	10 427 094,46
Agosto	835 388,15	7 538 484,99	757 476,41	4 481 474,03	1 592 864,56	12 019 959,02
Setembro	920 948,11	8 459 433,10	1 285 620,93	5 767 094,96	2 206 569,04	14 226 528,06
Outubro	1 042 644,23	9 502 077,33	349 708,14	6 116 803,10	1 392 352,37	15 618 880,43
Novembro	722 501,65	10 224 578,98	477 641,10	6 594 444,20	1 200 142,75	16 819 023,18
Dezembro	1 368 727,71	11 593 306,69	1 515 025,09	8 109 469,29	2 883 752,80	19 702 775,98
	11 593 306,69		8 109 469,29		19 702 775,98	

Mudando a perspetiva de análise, o quadro n.º 25 demonstra a forma como evoluíram as despesas ao longo de 2013, sendo notório que os meses em que se realizaram mais pagamentos são, por ordem decrescente, dezembro, maio, setembro e junho.

QUADRO 26
DESPESA POR ORGÂNICA

										Un. (Euros)
ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	DESPESA	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	TAXA EXECUÇÃO	REALIZADO	TAXA EXECUÇÃO	PAGO	TAXA EXECUÇÃO
01	Assembleia Municipal	Corrente	17 433,00	17 593,00	16 397,11	0,08	16 397,11	0,08	9 222,42	0,05
		Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total	17 433,00	17 593,00	16 397,11	0,08	16 397,11	0,08	9 222,42	0,05
02	Câmara Municipal e Serviços Municipais	Corrente	11 215 945,00	11 529 387,00	10 813 340,87	51,75	10 338 555,10	51,26	10 051 611,58	51,01
·	Capital	5 289 636,00	5 075 956,00	4 629 368,99	22,15	4 496 786,89	22,30	4 349 542,45	22,08	
		Total	16 505 581,00	16 605 343,00	15 442 709,86	73,90	14 835 341,99	73,56	14 401 154,03	73,09
03	Operações Financeiras	Corrente	520 558,00	401 373,00	362 190,75	1,73	362 190,75	1,80	362 190,75	1,83
		Capital	3 374 648,00	3 380 516,00	3 380 284,35	16,18	3 380 284,35	16,76	3 380 284,35	17,16
		Total	3 895 206,00	3 781 889,00	3 742 475,10	17,91	3 742 475,10	18,56	3 742 475,10	18,99
04	Empresa Municipal	Corrente	1 220 692,00	1 237 482,00	1 208 188,88	5,78	1 191 129,18	5,90	1 170 281,94	5,94
		Capital	1 226 088,00	1 227 217,00	487 628,89	2,33	382 185,15	1,90	379 642,49	1,93
		Total	2 446 780,00	2 464 699,00	1 695 817,77	8,11	1 573 314,33	7,80	1 549 924,43	7,87
	TOTAL		22 865 000,00	22 869 524,00	20 897 399,84	100,00	20 167 528,53	100,00	19 702 775,98	100,00





Por sua vez, o quadro n.º 26 mostra a distribuição dos gastos incorridos em 2013 segundo as componentes da estrutura macro do Município, designadamente as seguintes:

- 01 Assembleia Municipal
- 02 Câmara Municipal e Serviços Municipais
- 03 Operações Financeiras
- 04 Empresa Municipal

O referido quadro é bastante elucidativo e resume muito claramente a orientação dos gastos de acordo com esse critério de análise. Como não podia deixar de ser, a maior fatia coube à Câmara Municipal, com 73,09% do total, seguindo-se os pagamentos efetuados para fazer face ao serviço da dívida de médio e longo prazo e aos aumentos com os ativos financeiros da autarquia, os quais totalizaram 3.742.475,10 euros (18,99%). Apesar de não se estar a referir aqui uma "verdadeira estrutura" da entidade mãe, a distinção encontra fundamento na necessidade de se conseguir monitorizar, de forma fácil e permanente, todos os gastos incorridos com os financiamentos obtidos.

Por fim, mas não menos importante, aparecem inscritos todos os pagamentos efetuados à INOVA – EM, SA., seja na qualidade de entidade subsidiada pelo Município, seja na qualidade de prestadora de serviços. Assim, em 2013, os montantes pagos à empresa municipal totalizaram 1.549.924,43 euros (7,87%).



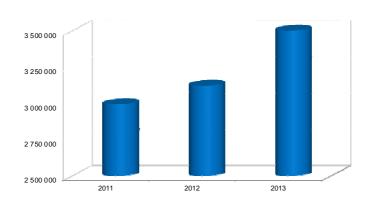
4.2 – Poupança

QUADRO 27

Evolução da Poupança da Câmara Municipal de Cantanhede de
2011 a 2013

					Un: (Euros)
ANG	RECEITA CORRENTE	\triangle	DESPESA CORRENTE	\triangle	POUPANÇA
201	1 14 834 143,59	1,57	11 839 466,63	-14,11	2 994 676,96
201	2 14 749 499,53	-0,57	11 627 893,33	-1,79	3 121 606,20
201	3 16 956 505,32	14,96	11 593 306,69	-0,30	5 363 198,63

Evolução da Poupança



Conforme se deu conta anteriormente, a "Poupança Autárquica" reporta-se à diferença entre as receitas e as despesas correntes, uma diferença que quando é positiva corresponde a um "Superávit Corrente", que se destina a despesas de capital (investimento), visando expandir e qualificar de modo crescente os serviços públicos autárquicos e criar condições para promover o bem-estar económico e social da comunidade.

Em 2013, a poupança do Município alcançou um valor nunca antes visto, ao situar-se em 5.363.198,63 euros. Quando comparado com o ano anterior, observa-se uma variação positiva que em termos nominais ascendeu a 2.241.592,43 euros, ou seja o extraordinário aumento de 71,81% nos recursos disponíveis para investimento.

Este dado é tanto mais significativo quanto se sabe que a grave crise que o país tem vindo a atravessar, tem gerado dificuldades financeiras sem precedentes à generalidade dos agentes económicos. Ainda assim, e quando porventura seria expectável que a tendência de retração da poupança se viesse a manter, o Município de Cantanhede tem conseguido apresentar, ainda que com algumas oscilações pontuais, valores muito significativos de poupança, o que tem vindo a reverter no aumento do investimento através da concretização de projetos atinentes ao cumprimento da sua missão em benefício dos cidadãos.



Abstraindo o resultado de 2013 a este nível, convém lembrar, para memória futura, que o ano em que a Autarquia conseguiu obter o seu melhor nível de poupança foi o de 2005, com um resultado de 3.443.381,44 euros. Pois bem, o valor de 5.363.198,63 euros registado em 2013 ultrapassa largamente esse resultado, concretamente em 1.919.817,19 euros.

De qualquer modo, é importante ressalvar que o nível de poupança alcançado no exercício em análise foi fortemente influenciado pela alteração na transferência das verbas oriundas da participação dos municípios nos impostos do Estado. E a este respeito faz sentido lembrar o que foi referido relativamente ao desvio verificado ao nível das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF). O facto de uma parte desta verba que, em anos anteriores, estava adstrita a receitas de capital, ter passado a ser contabilizada como receitas correntes, representa, em termos nominais, mais 1.504.432,00 euros nessa rubrica, o que, naturalmente, teve uma influência significativa no nível de poupança atingido em 2013. Mas mesmo que se subtraia este último valor aos 5.363.198,63 euros de poupança apurada, esta passaria a ser de 3.858.766,63 euros, fazendo com que 2013 continue a destacar-se como o ano em que se atingiu um valor record de Superavit Corrente.

A evolução ascendente registada, ainda que algumas vezes moderada, tem sido um fator muito positivo no desempenho da instituição, revelando também o esforço realizado no controlo da despesa através de maior rigor no seu planeamento e execução. Os recursos financeiros libertados por esta via têm sido de vital importância para o Município, sobretudo nesta conjuntura em que se tem assistido à crescente transferência de competências da Administração Central para as autarquias, sem as correspondentes compensações financeiras, circunstância que tem tido o efeito de retrair fortemente os recursos disponíveis para despesas de capital.

Na Administração Central há a convicção de que o problema foi resolvido com a diminuição do valor das transferências de capital para reforçar o montante que transfere anualmente a título de receitas correntes, mas, na prática, este exercício resume-se a nada, ou seja, nem um cêntimo a mais as autarquias receberam do Estado com esse subterfúgio. Pelo contrário, o que tem acontecido é que as autarquias têm estado confrontadas com o decréscimo, em percentagens significativas, da sua participação nos impostos do Estado, ao mesmo tempo que têm de suportar elevados encargos administrativos, nomeadamente o pagamento de salários aos recursos humanos necessários, bem como os enormes custos com a manutenção dos equipamentos, nomeadamente educativos, setor onde o Município de Cantanhede já avançou com a construção de dois novos centros escolares encontrando-se o terceiro em fase de adjudicação.

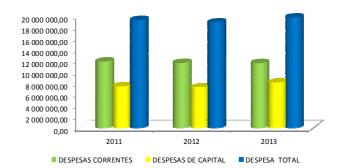
Daí que não lhe reste outra solução que não seja uma gestão apertada e criteriosa dos recursos, de molde a salvaguardar os interesses da população, canalizando sempre o mais possível os meios financeiros para investimento, situação que de resto se verificou mais uma vez em 2013.



QUADRO 28

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE AO LONGO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

					UI	n.:(Euros)
ANO	DESPESAS CORRENTES	\triangle	DESPESAS DE CAPITAL	\triangle	DESPESA TOTAL	\triangle
2011	11 839 466,63	-14,11	7 436 308,76	-62,18	19 275 775,39	-42,37
2012	11 627 893,33	-1,79	7 223 392,87	-2,86	18 851 286,20	-2,20
2013	11 593 306,69	-0,30	8 109 469,29	12,27	19 702 775,98	4,52





4.3 - Evolução do Endividamento

A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, vulgarmente reconhecida como Lei das Finanças Locais, foi recentemente revogada pela lei n.º 75/2013, de 31 de agosto, que passou a produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014. Embora a presente prestação de contas esteja elaborada à luz da Lei n.º 2/2007, convém lembrar que o antigo diploma legal contempla a existência de três tipos de endividamento municipal, estabelecendo os seus limites e as sanções punitivas em caso de incumprimento.

Um deles é o **Endividamento Líquido Municipal**, que resulta da diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua natureza, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas de fornecedores e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Outro é o **Endividamento de Médio e Longo Prazo**, referente a empréstimos de médio e longo prazo que podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem estar devidamente identificados no respetivo contrato, ou ainda para proceder ao saneamento ou ao reequilíbrio financeiro dos municípios.

Finalmente, o **Endividamento de Curto Prazo** diz respeito a empréstimos de curto prazo que são contraídos para acorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, devendo ser amortizados no prazo máximo de um ano após a sua contratação.

Passando à margem daquilo que o futuro reserva às autarquias no que respeita aos limites ao endividamento previstos na nova Lei das Finanças Locais, seguem-se agora os limites observados no presente documento, nos termos da Lei n.º 2/2007, que refere o seguinte:

- ✓ O montante do Endividamento Líquido total de cada Município, não pode exceder, no final de cada ano, 125% do valor das receitas municipais do ano anterior provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local;
- ✓ Em qualquer momento do ano, o stock da dívida de cada município referente a empréstimos de curto prazo, não pode exceder 10% do valor das receitas elegíveis para o cálculo do limite legal da dívida liquida; e
- ✓ O stock da dívida de cada município, referente a empréstimos de médio e longo prazo, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, a soma das receitas do ano anterior elegíveis para o cálculo do limite legal da dívida líquida.





Em caso de incumprimento dos limites de endividamento, os municípios estão sujeitos a sanções, também elas devidamente tipificadas na Lei, as quais conduzem necessariamente a cortes nas transferências orçamentais devidas por parte do Estado. Poderão ocorrer situações excecionais, em que esses limites não se apresentem exatamente da mesma forma, mas tais situações serão devidamente identificadas. Um dos principais objetivos desta imposição de limites prende-se com a necessidade de se assegurar a solvência financeira dos municípios prevenindo situações de falência técnica. A fixação de limites rígidos à dívida municipal e outros mecanismos entretanto implementado pela Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso obrigou a um controlo muito mais apertado da dívida a fornecedores, ir ao encontro do espírito da lei.

O Município de Cantanhede recorreu, em 2009, a um Plano de Saneamento Financeiro, recurso vocacionado para a recuperação da sustentabilidade financeira das autarquias e que se consubstancia num regime especial de acesso ao crédito, desde que se observem determinados requisitos. Desta forma é-lhes permitido contraírem empréstimos de médio e longo prazo com vista à recuperação de desequilíbrios financeiros, sejam eles de natureza conjuntural, saneamento financeiro, ou estrutural – reequilíbrio financeiro. A celebração de um contrato de empréstimo para saneamento financeiro visa a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, que tem de ser acompanhado de um plano de saneamento financeiro para o período a que respeita o empréstimo. Importa reter uma condição fundamental subjacente à celebração deste tipo de contrato, que é a seguinte: do empréstimo a contrair para efeitos de saneamento financeiro não pode resultar o aumento do endividamento líquido do município, ou seja, o empréstimo em causa não poderá nunca ser encarado como um meio de obtenção de liquidez, mas antes como um instrumento de solvabilidade financeira.

A última referência a esta matéria é para dizer que há nela duas perspetivas distintas, uma orçamental, outra patrimonial, sendo que as conclusões dessa análise são retiradas em função dos objetivos do estudo. Isto porque a perspetiva orçamental reflete apenas os montantes da faturação emitida e não paga num determinando ano, usualmente associada à dívida de curto prazo, e a perspetiva patrimonial reflete o total das dívidas contraídas pelo Município, sejam elas de curto, médio ou longo prazo. É com base neste pressuposto que devem ser analisados e interpretados os quadros n.º 29 e n.º 30, onde consta a evolução do endividamento municipal segundo a perspetiva patrimonial, reportado aos três últimos exercícios.

Relatório de Gestão 13

QUADRO 29

EVOLUÇÂ	ÓO DO ENDIVIDAME	NTO			ANO ETA	ANCEIRO DE 2013	
D	Dívidas a terceiros						
D.		Distance and a					
DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2011	Dívida apurada em 31/12/2012	Diminuição da dívida	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2013	Observações	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:							
1 Empréstimos:							
2. P/ investimentos diversos de obras financiadas pelo III QCA	1 828 707,72	1 523 923,10	304 784,62		1 219 138,48		
Empréstimo bonificado para financiamento de projetos aprovados no âmbito do FEDER/III QCA - Medida 1.8 do PORCentro	259 391,66	4 916,30	4 916,30		0,00	O empréstimo contratado fo de 2.178.962,48,00, tendi sido apenas utilizada a quanti de 2.110.716.20	
 Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2003 tendo em vista investimentos relacionados com construyões diversas e aquisição de terrenos para Z. Ind./Z. Com./P. Tecnológico/P. Desport. 	293 488,15	176 092,89	117 395,26		58 697,63	ue 2.110.710,20	
 Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2004 tendo em vista investimentos relacionados com a rede viária e requalificações urbanas 	481 199,02	352 879,26	128 319,76		224 559,50		
6. P/ o financiamento da obra: Manutenção e Ampliação da Rede de Saneamento- Drenagem de Águas Domésticas da Freguesia de Febres (Sanguinheira, Serradade e pequenos troços distribuídos pela freguesia) - III QCA	143 738,15	109 917,39	33 820,76		76 096,63	O empréstimo contratado fo de 271.870,00 tendo sido apenas utilizada a quantia de 270.566,00	
7. P/ o financiamento das seguintes obras: Variante de Portunhos, - ER 335 - 1: Via Regional Cantanhede/Tocha e Arranjo Urbanístico e Paisagistico da Área envolvente à Lagoa do Montinho - III QCA	1 301 197,17	1 167 741,05	133 456,12		1 034 284,93		
8. P/ investimentos diversos de obras	6 346 153,92	5 769 230,88	576 923,04		5 192 307,84		
9. Empréstimo com o Estado no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	536 800,00	536 800,00	53 680,00		483 120,00		
 Empréstimo no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas 	322 080,00	161 040,00	161 040,00		0,00		
11. Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro	8 000 000,00	8 000 000,00	666 666,66		7 333 333,34		
12. Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro	8 000 000,00	8 000 000,00	666 666,66		7 333 333,34		
SOMA DE I	27 512 755,79	25 802 540,87	2 847 669,18	0,00	22 954 871,69		

QUADRO 30

			rada em Dívida apurada em EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2013					FL. II
	DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS	Dívida apurada em	Dívida apurada em			O DE 2013 Dívida apurada em		
	(Por súmulas)	31/12/2011	31/12/2012	Diminuição da dívida	Novos encargos	31/12/2013		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)		
I -	DÍVIDAS A CURTO PRAZO:							
	1. Empréstimos:							
ē	a) Para fazer face a dificuldades momentâneas de tesouraria	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00		
	SOMA I	- 1 0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	2. Dívidas a empreiteiros:							
L	Empreiteiros c/c:	183 362,29	208 768,60	0 208 768,60	43 277,61	43 277,61		
2	Forn. de Imobilizado/Factoring-P/Subsídios concedidos	54 643,73	0,0	0,00	0,00	0,00		
3	Factoring- Forn./Imobilizado e Empreiteiros c/c	109 158,49	65 328,4	1 0,00	0,00	65 328,41		
	SOMA II	- 2 347 164,51	274 097,0	1 208 768,60	43 277,61	108 606,02		
	3. Dívidas a fornecedores e credores:							
1	Fornecedores c/c	367 634,85	274 985,7		172 301,46	255 281,04		
2	Factoring - Fornecedores c/c	109,59	0,00		7 017,90	7 017,90		
3	Fornecedores, c/c - por subsídios concedidos	16 708,70	0,0		0,00	0,00		
5	Fornecedores de faturas em receção e conferência	526 374,33	181 067,5	2 69 713,92	128 285,14	239 638,74		
5	Estado e outros entes público	42 623,86	39 741,12	2 39 741,12	53 154,40	53 154,40		
7	Fornecedores de imobilizado	478 876,21	385 722,00	0 49 722,00	1 885,63	337 885,63		
3	Fornecedores de imobilizado por locação financeira	4 691 919,57	4 314 604,40	0 386 134,53	0,00	3 928 469,87		
9	Fornecedores Imob. faturas em receção e conferência	16 248,29	794,83	3 794,83	11 439,00	11 439,00		
10	Pessoal	3 273,24	988,1	5 988,15	7 174,69	7 174,69		
11	Administração Autárquica	0,00	36 428,3	7 36 428,37	250,00	250,00		
13	Outros credores							
13.1	Membros das mesas de voto	68,98	68,91	8 68,98	0,00	0,00		
13.2	Organismos públicos	14 012,30	11 544,9	1 11 544,91	0,00	0,00		
13.3	Proprietários de imóveis	1 051 754,25	932 971,9	0 366 803,82	6 180,87	572 348,95		
13.5	Credores diversos por subscrição de capital social	450 000,00	150 000,0	0 150 000,00	0,00	0,00		
13.6		0,00	1 425,0	0 1 425,00	3 150,00	3 150,00		
13.7	Credores por operações de permutas	31 838,00	31 838,0	0,00	0,00	31 838,00		
13.8		135,68	0,0		0,00	0,00		
13.9	Credores de transferências das autarquias locais	27 519,80	15 080,0	0 15 080,00	20 195,50	20 195,50		
	SOMA I	II - 3 7 719 097,65	6 377 260,9	5 1 320 451,82	411 034,59	5 467 843,72		
	4. Dívidas a terceiros (Operações de Tesouraria):							
1	Clientes, Contribuintes e utentes com cauções	7 904,19	6 904,1		0,00	4 977,31		
2	Estado e outros entes público Sindicatos	76 392,84 392,23	64 741,8: 358,78		93 143,41 25,02	93 143,41 375,08		
5 4	Credores por depósitos de garantia	392,23 457 549,02	436 430,5		0,00	429 429,11		
5	Outros credores de operações de tesouraria	8 609,93	16 871,6		29 956,21	38 183,44		
	SOMA I	II - 4 550 848,21	525 306,95	5 82 323,24	123 124,64	566 108,35		
	SOMA I	DE II 8 617 110,37	7 176 664,9	1 1 611 543,66	577 436,84	6 142 558,09		
	TOTAL GI	ERAL 36 129 866.16	32 979 205.78	8 4 459 212.84	577 436.84	29 097 429,78		



De acordo como o que acima se referiu, os quadros n.º 29 e n.º 30 demonstram a decomposição de todo o passivo da Autarquia, em função do seu grau de exigibilidade, a longo, médio e curto prazo.

QUADRO 31

Distribuição dos Encargos Assumidos e não Pagos por Classificação Orgânica

ORGÂNICAS	VALOR 2013
11 - Assembleia Municipal	7 174,69
02 - Câmara Municipal e Serviços Municipais	434 187,96
03 - Operações Financeiras	0,00
04 - Empresa Municipal	23 389,90
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	464 752,55
Saldo da Gerência	1 865 726,13
Receita Liquidada e não Cobrada QREN	299 254,54
EXCESSO DE TESOURARIA	1 700 228,12

Por sua vez, o quadro n.º 31 representa os níveis de endividamento de curto prazo, explicitandoos segundo a atual estrutura orgânica da autarquia, numa ótica orçamental. O montante de
464.752,55 euros diz respeito apenas às dívidas de curto prazo, ou seja, representam os encargos
assumidos com fornecedores de bens e serviços e de imobilizado, empreiteiros e subsídios
atribuídos e não pagos a 31 de dezembro de 2013. O quadro é bastante elucidativo quanto ao
facto de a autarquia ter naquela data disponibilidade financeira mais que suficiente para liquidar
todo o seu passivo de curto prazo, sobrando ainda uma almofada financeira bem confortável de
1,7 milhões de euros. O montante em dívida representa faturação não vencida ou que, estando
vencida, não foi paga por facto imputável ao credor.

Regressando à dupla perspetiva com que a dívida pode ser analisada, apresentam-se de seguida, de forma resumida os principais fatores que concorrem para a distinção entre as duas (orçamental ou patrimonial):

- ✓ Os montantes arrecadados de e para terceiros, habitualmente designados por operações de tesouraria e que representam receitas cobradas pelo Município a favor de entidades terceiras, sendo estas processadas e pagas dentro dos limites legalmente estipulados;
- ✓ A totalidade dos montantes faturados por terceiros e contabilizados em receção e conferência. De acordo com a regras impostas pelo POCAL, estas quantias, só passam a ter reflexo na execução orçamental da despesa quando deixam de estar em conferência, ou seja, quando se efetua o movimento contabilístico de passagem da classificação patrimonial 228 (fornecedores faturas em receção e conferência) para a 221 (fornecedores c/c);
- ✓ Os valores resultantes de contratos de locação financeira devidos a médio e longo prazo;



- ✓ O montante relativo aos empréstimos bancários contratados com instituições financeiras de curto, médio e longo prazo; e
- ✓ Os adiantamentos recebidos por conta da venda de bens de investimento.

Feita esta distinção, o quadro seguinte resume as principais diferenças obtidas tendo em consideração o que acabou de ser exposto.

QUADRO 32

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

										Un: (Euros	
		D	ívida a 31.12.20	11	Dí	Dívida a 31.12.2012			Dívida a 31.12.2013		
		Balanço	Deduções	Execução Orçamental	Balanço	Deduções	Execução Orçamental	Balanço	Deduções	Execução Orçamental	
217	Clientes e Utentes c/ Cauções	7 904.19	7 904.19	0.00	6 904.13	6 904.13	0.00	4 977.31	4 977.31	0.0	
221	Fornecedores C/C	367 634,85		367 634,85	274 985,77		274 985,77	255 281,04		255 281,0	
222	Factoring - Fornecedores c/c	109,59		109,59	0,00		0,00	7 017,90		7 017,9	
223	Fornecedores C/C VND	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,0	
225	Forn. C/C/Factoring-P/Subsídios Concedidos	16 708,70		16 708,70	0,00		0,00	0,00		0,0	
228	Forn Fact Receção e Conferência	526 374,33	526 374,33	0,00	181 067,52	181 067,52	0,00	239 638,74	239 638,74	0,0	
24	Impostos	119 016,70	76 392,84	42 623,86	104 482,93	64 741,81	39 741,12	146 297,81	93 143,41	53 154,4	
2611	Fornecedores Imobilizado	478 876,21	432 000,00	46 876,21	385 722,00	384 000,00	1 722,00	337 885,63	336 000,00	1 885,6	
2612	Empreiteiros c/c	183 362,29		183 362,29	208 768,60		208 768,60	43 277,61		43 277,6	
2613	Fornecedores Imobilizado por Locação Financeira	4 691 919,87	4 691 919,87	0,00	4 314 604,40	4 314 604,40	0,00	3 928 469,87	3 928 469,87	0,0	
2614	Factoring-Forn. De Imobilizado e Empreiteiros c/c	43 830,08		43 830,08	0,00		0,00	65 328,41		65 328,4	
2615	Forn. Imobilizado/Factoring-P/Subsídios Concedidos	54 643,73		54 643,73	0,00		0,00	0,00		0,0	
2618	Forneced. Im. Fact. Receção e Conferência	16 248,29	16 248,29	0,00	794,83	794,83	0,00	11 439,00	11 439,00	0,0	
262	Pessoal	3 273,24		3 273,24	988,15		988,15	7 174,69		7 174,6	
263	Sindicatos	392,23	392,23	0,00	358,78	358,78	0,00	375,08	375,08	0,0	
264	Administração Autárquica	0,00		0,00	36 428,37		36 428,37	250,00		250,0	
267	Consultores, Assessores e Intermediários	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,0	
268	Devedores e Credores Diversos	2 106 816,37	1 996 339,20	110 477,17	1 661 559,43	1 548 912,22	112 647,21	1 095 145,00	1 064 746,13	30 398,8	
	SUBTOTAL	8 617 110,67	7 747 570,95	869 539,72	7 176 664,91	6 501 383,69	675 281,22	6 142 558,09	5 678 789,54	463 768,5	
229	Adiantamento a fornecedores	2 829,00	0,00	2 829,00	2 829,00	2 829,00	0,00	1 845,00	1 845,00	0,0	
2612	Dividas de empreiteiros	0,00	0,00	0,00	2 990,73	2 990,73	0,00	14 351,65	14 351,65	0,0	
269	Adiantamento por conta de venda bens invest.	0,00	0,00	0,00	106 500,00	106 500,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
	TOTAL	8 614 281,67	7 747 570,95	866 710,72	7 277 345,18	6 602 063,96	675 281,22	6 126 361,44	5 662 592,89	463 768,5	

O quadro n.º 32 elucida bem a diferença existente entre as duas perspetivas de análise dos níveis de endividamento da autarquia. Analisando-o numa perspetiva patrimonial, conclui-se que o endividamento municipal em 31 de dezembro de 2013 era de 6.142.558,09 euros, ao qual se pode subtrair o montante de 16.196,65 euros, por corresponder a dívidas de fornecedores à autarquia, o que permite apurar um valor líquido de 5.662.592,89 euros. As peças da execução orçamental mostram que, na mesma data, o endividamento se situava em 463.768,55 euros. Noutra perspetiva, quando se comparam estas duas realidades entre anos, constata-se a manutenção da tendência de redução do nível de endividamento, tanto na ótica patrimonial como na orçamental. De 2012 para 2013, a redução foi de 1.150.983,74 euros e 211.512,67 euros, consoante a perspetiva de análise da dívida, patrimonial no primeiro caso, orçamental no segundo.

A diferença de 5.678.789,54 euros apurada entre o valor obtido na ótica patrimonial e o valor obtido na ótica orçamental resulta dos seguintes fatores:

- ✓ Quantias arrecadadas de e para terceiros (operações de tesouraria), incluindo o IVA Imposto sobre o Valor Acrescentado e outras dívidas ao Estado, no total de 566.108,35 euros;
- ✓ Faturação contabilizada em receção e conferência, no valor de 251.077,74 euros;
- ✓ Os encargos resultantes de vários contratos de locação financeira, no total de 3.928.469,87 euros, cujo impacto financeiro ocorrerá em exercícios futuros;
- ✓ Reconhecimento de compromissos assumidos pelo Município, devidamente refletidos nas peças contabilísticas de 2013, no montante global de 933.133,58 euros: encargos resultantes





do contrato de compra e venda do antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede; entrega de parcelas a constituir na área de intervenção de alteração ao Plano de Pormenor da Zona Sul da Cidade Cantanhede; e execução das infraestruturas urbanísticas no loteamento envolvente à capela de S. Bento, em Ançã.

✓ Outras dívidas de carácter residual, num total de 16.196,65 euros.

Embora a diferença dos valores apresentados nas colunas que demonstram a dívida com base no Balanço e na Execução Orçamental possa chamar a atenção, a verdade é essa diferença não tem grande significado, na medida em que grande parte dos itens anteriormente mencionados dizem respeito a dívidas de médio e longo prazo, no valor de 4.829.765,45 euros. Em bom rigor, estas dívidas nem deveriam constar do referido quadro. No entanto, foram inscritas porque as limitações da aplicação informática não permitem fazer refletir os valores em causa como dívidas de médio e longo prazo. Trata-se de dívidas não vencidas que respeitam a um plano de pagamentos faseado, o qual aparece anualmente refletido nos documentos de execução orçamental, repartindo-se por vários exercícios e que, portanto, só terão repercussão financeira em orçamentos futuros.

No final de 2013, o endividamento a terceiros era de 6.142.558,09 euros, montante que não inclui o passivo de longo prazo devido por empréstimos bancários devidamente contratualizados. Se este passivo que consta do quadro n.º 29, no valor de 22.954.871,69 euros, for somado àquele montante, o total da dívida de curto, médio e longo prazo, à data de 31 de dezembro, era de 29.097.429,78 euros.

A análise ao quadro n.º 29 permite concluir que, durante o exercício em apreço, o Município de Cantanhede não recorreu a empréstimos bancários e que apenas fez face ao serviço da dívida nos termos contratualizados, o que lhe permitiu reduzir o seu endividamento de médio e longo prazo em 2.847.669,18 euros. A 31 de dezembro, o passivo de longo prazo estava contabilizado em 22.954.871,69 euros, valor que representa claramente a tendência de diminuição do endividamento de médio e longo prazo.

Um pormenor merece uma análise mais apurada: do quadro n.º 21 resulta que, em 31 de dezembro de 2013, a diferença entre a despesa realizada e a despesa paga totalizava 464.752,55 euros de dívida, em termos orçamentais; enquanto isso, o quadro n.º 32 mostra que o montante do endividamento, também numa perspetiva orçamental, é de 463.768,55 euros. Esta diferença de 984,00 euros tem uma explicação: refere-se a um adiantamento a fornecedores por conta de trabalhos não concluídos naquela data.



QUADRO 33
Dívida a Terceiros por Escalões

							Un: (Euros)
		ANO	2011	ANO	2012	ANO	2013
No	ESCALÕES	N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor
10	0 < 100	51	2 886,05	19	844,49	14	578,72
20	101 < 500	39	8 429,14	25	7 390,93	52	11 570,45
30	501 < 1.000	26	18 367,40	11	8 109,24	17	11 569,75
40	1.001 < 5.000	27	60 363,57	28	62 294,19	34	87 460,99
50	5.001 < 10.000	11	72 657,35	4	31 886,22	9	61 055,96
60	10.001 < 20.000	10	129 391,40	8	112 979,87	8	106 661,26
70	20.001 < 50.000	8	278 582,25	3	121 583,59	2	65 894,98
80	50.001 < 100.000	2	122 080,64	3	208 847,72	2	118 976,44
90	100.001 < 500.000	1	134 158,06	1	121 344,97	0	0,00
100	500.001<	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	TOTAL	175	826 915,86	102	675 281,22	138	463 768,55

O quadro n.º 33 distribui o valor da dívida de curto prazo por escalões e por número de fornecedores. Da análise do quadro percebe-se que, em 31 de dezembro de 2013, o Município devia 111.179,91 euros a 117 das 138 entidades credoras, no caso por conta de dívidas individuais de valor inferior a 5.000,00 euros. Quaisquer destes valores apenas se encontravam em dívida por opção do fornecedor, uma vez que da parte do Município é sempre proposto que o recebimento seja efetuado num prazo de 8 dias se houver um desconto de pronto pagamento igual ou superior a 3 %. Deste modo se conclui que a dívida antes mencionada só existe por uma de duas razões: ou porque não se encontra ainda vencida ou porque não estava em condições de ser paga por facto imputável ao credor, nos termos da LCPA. Ressalve-se que, durante o ano de 2013, o Município conseguiu um montante aproximado de 14 mil euros em descontos de pronto pagamento, situação que reflete uma política eficaz de aprovisionamento e, por outro lado, é demonstrativa da capacidade financeira da autarquia em fazer face a despesas no momento em que ocorrem.

Entende-se agora oportuno proceder a uma análise pormenorizada dos passivos financeiros de médio e longo prazo detidos pelo Município, não só pelo impacto que representam nos futuros exercícios, mas também pelo facto de existirem imposições legais relativamente a este tipo de encargos, o que por si só é argumento mais que suficiente para que os mesmos sejam acompanhados de forma muito cuidada. Acresce que por esta via é possível avaliar os níveis de endividamento líquido, no sentido de se aferir o seu grau de cumprimento face às limitações impostas pela Lei das Finanças Locais e respetivas restrições previstas na Lei do Orçamento de Estado.

Conforme tem vindo a acontecer de há alguns anos a esta parte, a análise que se segue não irá ter em linha de conta os valores das contas da INOVA, EM-SA, uma vez que a empresa tem vindo a apresentar resultados líquidos positivos antes de impostos. Este procedimento está em sintonia com o estipulado no n.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local (artigo que não alterou nada face à lei anterior sobre a matéria). Além disso foi devidamente articulado com a alínea b) do n.º 2 do artigo n.º 36 da Lei



das Finanças Locais, legislação segundo a qual as contas do setor empresarial local só devem ser consideradas se não cumprirem as regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico aplicável, o que, conforme referido, não é o caso.

Por outro lado, e como consequência das auditorias efetuadas pela Inspeção-Geral de Finanças em 2011 e 2012, o cálculo dos limites de endividamento da autarquia irão entrar em linha de conta com as contas de duas entidades associativas municipais, designadamente a AIRC – Associação de Informática da Região Centro e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Para se poder ter uma melhor perceção do seu impacto nos níveis de endividamento do Município serão apresentados quadros distintos que evidenciem o cálculo dos limites com e sem o reflexo das duas entidades supramencionadas.

QUADRO 34

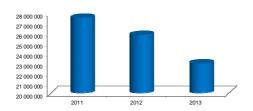
Entidade Credora	Empr. n.º	Finalidade do Empréstimo	Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efetivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2013	Capital Dívida 31.12.13
Emprésti	mos Bancários que n	ão contam para o Cálculo do Endividamento				
CGD	0204/000019/887/0019	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	3 962 200,00	3 962 200,00	2 743 061,52	1 219 138,48
BES	353032872003	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 1ª Fase	83 905,00	83 242,15	83 242,15	0,00
BTA	0003.01613784096	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	271 870,00	270 566,00	194 469,37	76 096,63
BPI	1608603830001	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	1 734 930,00	1 734 930,00	700 645,07	1 034 284,93
		Total Empréstimos que não contam para endividamento	6 052 905,00	6 050 938,15	3 721 418,11	2 329 520,04
Emprésti	mos Bancários que co	ontam para o Cálculo do Endividamento				
CGD	9140/000125/887/0019	P/ Obras diversas	939 162,00	939 162,00	880 464,37	58 697,63
BTA	0003.01058196096	P/ Investimentos em diversas obras	1 026 558,00	1 026 558,00	801 998,50	224 559,50
BTA	0003.03325874096	P/ investimentos diversos	7 500 000,00	7 500 000,00	2 307 692,16	5 192 307,84
BTA	0003.04256318096	Programa Pagar a Tempo e Horas	805 200,00	805 200,00	805 200,00	0,00
Estado		Programa Pagar a Tempo e Horas	536 800,00	536 800,00	53 680,00	483 120,00
CGD	9015006668591	Saneamento Financeiro	8 000 000,00	8 000 000,00	666 666,66	7 333 333,34
BPI	1608603830002	Saneamento Financeiro	8 000 000,00	8 000 000,00	666 666,66	7 333 333,34
		Total Empréstimos da CMC que contam p/ Cálculo Endividamento	26 807 720,00	26 807 720,00	6 182 368,35	20 625 351,65
		Total dos Empréstimos da CMC	32 860 625.00	32 858 658.15	9 903 786,46	22 954 871.69

QUADRO 35

MAPA DE EMPRÉSTIMOS DO MUNICÍPIO

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2011	2012	2013
Que contam para endividamento	23 979 721,09	22 996 043,03	20 625 351,65
Que não contam para endividamento	3 533 034,70	2 806 497,84	2 329 520,04
Apuramento da dívida de médio e longo prazo em 31 de Dezembro da CMC	27 512 755,79	25 802 540,87	22 954 871,69





ENCARGOS COM A DÍVIDA MU	NICIPAL DE MÉDI	O E LONGO PRAZO)
DESIGNAÇÃO	2011	2012	2013
Juros	621 012,71	514 501,72	310 308,23
Amortizações da CMC	1 763 282,77	1 710 214,92	2 847 669,18
TOTAL	2 384 295,48	2 224 716,64	3 157 977,41

É do conhecimento geral que o endividamento autárquico tem vindo a ser alvo de metas cada vez mais restritivas em sede da elaboração do Orçamentos de Estado, que impõe, para cada ano, regras limitativas à aplicação plena do disposto na Lei das Finanças Locais. No que diz respeito ao ano de 2013 e nos termos do artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2013 –, os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo para cada município deverão ser apurados para que se assegure uma variação global nula do endividamento líquido municipal, no seu conjunto. Considera-se útil dar também conta de que o nº 1 do artigo nº 54 do Decreto-lei n.º 36/2013, de 11 de março, que veio determinar as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2013, adianta que a DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais calcula, para cada município, o montante de endividamento líquido e da dívida de curto prazo, médio e longo prazo, previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, (...), com base na informação fornecida pelos Municípios até 10 de maio de 2013, através do SIIAL – Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais.

O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que os montantes de endividamento, incluindo os respetivos cálculos, são comunicados pela DGAL a cada um dos municípios e à DGO, até 17 de junho de 2013.

Finalmente, o n.º 3 e n.º 4 referem que a mesma entidade calculará e comunicará, para cada município, os limites de endividamento líquido e da dívida de médio e longo prazo para 2013, nos termos do previsto no artigo n.º 98 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE).

Já o artigo n.º 98 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013, impõe que o valor do endividamento líquido de cada município em 31 de dezembro de 2013, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, deverá corresponder ao menor dos seguintes valores:

- ✓ Limite de endividamento líquido de 2012;
- ✓ Limite resultante no disposto do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, considerando respetivas alterações legislativas.

O n.º 3 do referido n.º 98 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, impõe que no ano de 2013, "(...), a celebração de novos contratos de empréstimos de médio e longo prazo é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município". O valor

Relatório de Gestão 13



global das amortizações efetuadas no ano de 2011 é corrigido, até 30 de junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2012.

Apresentam-se, de seguida, os dois limites possíveis no que respeita ao limite de endividamento líquido que deverá ser considerado para 2013:

- ✓ Limite de endividamento líquido de 2012 obtido pelo município -13.404.526 euros;
- ✓ Limite resultante da Lei das Finanças Locais 17.372.694 euros.

Daqui se conclui que, decorrente da entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2013 e tendo por base a tabela publicada pela DGAL no seu site oficial, os limites ao endividamento do Município de Cantanhede para o ano de 2013 passaram a ser os seguintes:

- ✓ Limite de endividamento líquido, dos dois o menor 13.404.525,57 euros;
- ✓ Limite de endividamento de médio e longo prazo 13.898.154,59 euros.

Mas o decréscimo mais expressivo verificou-se ao nível do endividamento de médio e longo prazo, quando comparado com o limite fixado para 2012 (20.435.237 euros), um decréscimo abismal, quantificado em 6.537.082,00 euros. Esta redução tão significativa é fruto de mais uma alteração imposta pelo OE de 2013, que veio determinar, na sequência de alterações anuais sucessivas sobre a matéria, que o limite de endividamento de médio e longo prazo fosse calculado nos termos da Lei das Finanças Locais. Refira-se a este propósito que a LFL, aprovada em 2007, foi sofrendo derrogações legislativas sucessivas quanto à forma de cálculo dos limites de endividamento dos municípios, às quais se associaram interpretações divergentes entre os diversos organismos da tutela. A este respeito veja-se, por exemplo, a forma de cálculo apurada e imposta pela DGAL, claramente divergente do preceituado na lei, enquanto o Tribunal de Contas recomendava ao Município de Cantanhede que calculasse os limites de endividamento segundo a Lei das Finanças Locais. Resta esperar para ver o que a recente Lei das Finanças Locais nos reserva sobre esta matéria, confiando que seja possível superar a necessidade de dar conta nos sucessivos relatórios de gestão da Autarquia as discutíveis interpretações propostas por diferentes entidades.

Assim, os cálculos dos limites serão apresentados de acordo com as regras da DGAL, mas também segundo as recomendações do Tribunal de Contas, uma vez que a sua comunicação de 24 de agosto de 2011 impõe, sob pena de sanções aos titulares dos cargos políticos, que o endividamento das autarquias seja determinado da seguinte forma:

- De acordo com os artigos 37.º e 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro; e
- Que seja considerado o valor do ativo líquido no cálculo do endividamento líquido.

Dadas as circunstâncias, não havia outra opção possível para que se poder comparar os limites impostos aos níveis de endividamento da Autarquia senão o de publicar também o cálculo efetuado nos termos do que propõe o Tribunal de Contas, cujo valor líquido se situa nos 13.461.349,33 euros.



Esclarecido este ponto, fixemos então a questão do limite de endividamento de médio e longo prazo no cálculo feito com base na Lei das Finanças Locais, sendo expectável que o Tribunal de Contas adotará uma fórmula idêntica à aprovada e comunicada pela DGAL.

QUADRO 36

CÁLCULO DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

		2012	2		2013			
	Tribunal de Contas	Taxa utilização	DGAL	Taxa utilização	Tribunal de Contas	Taxa utilização	DGAL	Taxa utilização
Total de Impostos Municipais (Receita Liquida obtida ano anterior)	4 572 193,63		4 572 193,63		4 902 174,95		4 902 174,95	
Derrama	736 064,51		736 064,51		666 279,64		666 279,64	
Participação nos resultados das entidades do SEL	0,00		0,00		0,00		0,00	
FEF+IRS (Valores do Mapa XIX anexo ao OE)	8 763 887,00		8 329 700,00		8 329 700,00		8 329 700,00	
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (A)	14 072 145,14		13 637 958,14		13 898 154,59		13 898 154,59	
Limite ao Endividamento de Curto Prazo (A*10%)	1 407 214,51		1 363 795,81		1 389 815,46		1 389 815,46	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC	0,00		0,00		0,00		0,00	
Margem	1 407 214,51		1 363 795,81		1 389 815,46		1 389 815,46	
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo (A*100%) LFL			13 637 958,14				13 898 154,59	
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo de acordo com o artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012			20 435 237,00				13 898 155,00	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC			22 996 043,03	112,53			20 625 351,65	148,40
Excesso			-2 560 806,03				-6 727 196,65	
Limite ao Endividamento Líquido (A*125%) LFL	17 590 181,43		17 047 447,68		17 372 693,24		17 372 693,24	
Limite ao Endividamento Líquido de acordo com o artigo 98.º da Lei $$ n.º 66-B/2012	13 461 349,33		13 404 525,57		13 461 349,33		13 404 526,00	
Endividamento Líquido CMC	10 959 377,53	81,41	10 834 668,34	80,83	6 165 834,26	45,80	6 039 405,52	45,05
Margem	2 501 971,80		2 569 857,23		7 295 515,07		7 365 120,48	

O quadro n.º 36 dá conta dos vários limites ao endividamento municipal. No que aos empréstimos municipais diz respeito, os quadros n.º 34 e n.º 35 demonstram, muito claramente, quais os que contam para o cálculo dos referidos limites e quais os que são excecionados, tudo ao abrigo de legislação específica, sobretudo a proveniente de normativos anualmente fixados pelos Orçamentos de Estado.

Outro ingrediente adensa ainda mais esta problemática. É que, à semelhança do que acontece com outras autarquias, o Município de Cantanhede encontra-se abrangido por um Plano de Saneamento Financeiro (PSF), situação que dá legitimidade para se ultrapassarem os limites ao endividamento impostos por lei.

De facto, ao abrigo do referido PSF, o Município de Cantanhede, nos termos do n.º 3 do artigo n.º 39 da Lei das Finanças Locais, deve abater, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do excesso do seu limite de empréstimos, até que este seja cumprido, o que em 2013 corresponderia à redução de 256.080,60 euros. Ora, o facto é que foram amortizados 2.847.669,18 euros, valor mais de dez vezes superior àquele que a lei obriga.

Conclui-se assim que, à data a que se reporta o presente relatório, a Autarquia demonstrou ampla capacidade para reduzir os 10% do montante de dívida em excesso.

Quanto ao endividamento líquido, de acordo com o estabelecido no Orçamento de Estado para 2013, o do Município de Cantanhede é de 13.461.349,33 euros, se calculado conforme as recomendações do Tribunal de Contas, ou de 13.404.525,57 euros, se calculado nos termos da DGAL.



Contas feitas, o quadro n.º 36 demonstra que a autarquia continuou a baixar o nível de endividamento, em 2013 de modo ainda mais expressivo ao fixá-lo em 6.165.834,26 euros, nos termos das recomendações do Tribunal de Contas ou em 6.039.405,52 euros, segundo a fórmula da DGAL.

QUADRO 37 ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO Cálculos efetuados nos termos das recomendações das seguintes entidades

		Tribunal d	e Contas	DGA	AL	
	DESCRIÇÃO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	
CONTA	DESIGNAÇÃO	31/dez/13	31/dez/13	31/dez/13	31/dez/13	
11000	Caixa	2 690,87		2 690,87		
12000	Depósitos em Instituições Financeiras	2 422 212,51		2 422 212,51		
15900	Títulos Negociáveis	0,00		0,00		
21100	Clientes c/c	42 211,09		42 211,09		
21200	Contribuintes c/c	11 427,32		11 427,32		
21300	Utentes c/c	24 602,77		24 602,77		
21500	Clientes, Cont, Utentes - Multas /Outras Penalidades	106,73		106,73		
21700	Clientes e utentes c/cauções		4 977,31		4 977,31	
21800	Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa			126 428,74		
22100	Fornecedores c/c		255 281,04		255 281,04	
22200	Factoring - Fornecedores c/c		7 017,90		7 017,90	
22800	Fornecedores-Faturas em recepc. e conferência		239 638,74		239 638,74	
22900	Adiantamentos a fornecedores	1 845,00		1 845,00		
23111	Empréstimo bancários curto prazo		0,00		0,00	
23121	Empréstimo bancários médio e longo prazo		22 954 871,69		22 954 871,69	
24000	Estado e outros entes públicos		146 297,81		146 297,81	
26110	Fornecedores de imobilizado c/c	14 351,65	4 386 400,52	14 351,65	4 386 400,52	
26190	Adiantamento a fornecedores de imobilizado		0,00		0,00	
26200	Pessoal		7 174,69		7 174,69	
26300	Sindicatos		375,08		375,08	
26460	Frequesias		250,00		250,00	
26470	Empresas municipais e intermunicipais		0,00		0,00	
26700	Consultores, assessores e intermed.		0,00		0,00	
26800	Devedores e credores diversos	386 005,11	1 095 145,00	386 005,11	1 095 145,00	
26900	Adiantamentos por conta de vendas	,	0,00	,	0,00	
27100	Acréscimos de proveitos	5 584 157,00	.,	5 584 157,00	,,,,	
27200	Custos Diferidos	30 382,30		30 382,30		
27310	Seguros a liquidar		2,49		2,49	
27320	Remunerações a liquidar		562 985,26		562 985,26	
27330	Juros a liquidar		7 031,86		7 031,86	
27390	Outros acréscimos de custos		139 166,33		139 166,33	
27410	Rendas recebidas		1 068,53		1 068,53	
27460	Vendas de bens futuros - Permutas		573 327,50		573 327,50	
41100	Partes de capital	13 365 665,10	373 327,30	13 365 665,10	373 327,30	
11100	TOTAL	21 885 657,45	30 381 011,75	22 012 086,19	30 381 011,75	
EVCEDO	ÕES AO ENDIVIDAMENTO	2 329 5	•	2 329 5	•	
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO		6 165 8	34,26	6 039 4	05,52	
Limite o	do Endividamento Líquido	13 461 3	349,33	13 404 !	526,00	
% (da Capacidade de Endividamento Líquido Utilizada	45,80	0%	45,05%		
Margen	1	7 295 5	15.07	7 365 120,48		

No quadro n.º 37 figura o cálculo para a obtenção do endividamento líquido da Autarquia devidamente reportado à data de 31 de dezembro de 2013, mostrando que o ano encerrou com uma taxa de utilização de 45,05% do limite imposto por lei (nos termos da DGAL) ou de 45,80% (segundo o Tribunal de Contas), indicador que dá bem a dimensão da margem muito confortável que conseguiu alcançar ao utilizar menos de metade do limite imposto por lei. Mais: este exercício permite comparar o desempenho do Município face a 2012, uma vez que o limite



imposto por lei é idêntico para os dois anos, e o que se verifica é que, confrontando os seus resultados segundo os limites da DGAL, se em 2012 tinha encerrado com uma margem de 2.569.857,23 euros, este valor praticamente duplica em 2013, que fechou com 4.795.263,25 euros. E se somarmos os resultados dos dois anos, então a margem situa-se em 7.365.120,48 euros, mas se não houvesse constantes derrogações à Lei das Finanças Locais então ela ascenderia ao extraordinário montante de 11.333.287,72 euros.

Acresce que, se a esta margem associarmos o facto de o Município se ter submetido em 2009 a um Plano de Saneamento Financeiro, os números obtidos adquirem ainda maior expressão, relevando um volte-face impressionante relativamente à situação de dificuldade por que passou a Autarquia, à semelhança de outras.

Em todo o caso, não é apenas este indicador a evidenciar o acerto da política de rigor na gestão da instituição. Outro dado ainda mais interessante é o que está plasmado do quadro n.º 38, onde se demonstra que o contributo do Município de Cantanhede para a redução do défice do subsetor das autarquias locais foi, em 2013, de 5.272.240,62 euros, montante que vem consolidar uma tendência que de resto se mantém desde há quatro anos consecutivos. Do que se trata aqui é da diferença entre o valor do endividamento líquido da autarquia em 1 de janeiro e em 31 de dezembro de 2013, sem exceções.

QUADRO 38

Evolução do endividamento líquido

Ano	Evolução do endivid	damento liquido	Variação
	01 de janeiro	31 de dezembro	(montante)
2010	23 922 420,19	19 977 837,42	-3 944 582,77
2011	19 977 837,42	16 937 560,27	-3 040 277,15
2012	16 937 560,27	13 641 166,18	-3 296 394,09
2013	13 641 166,18	8 368 925,56	-5 272 240,62

QUADRO 39

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Perímetro de Consolidação

	Taxa de imputação	ATIVO	PASSIVO	
		31/dez/13	31/dez/13	
Município de Cantanhede (DGAL)		22 012 086,19	30 381 011,75	
AIRC - Associação Informática da Região Centro	4,805%	242 496,98	10 531,09	
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	3,53%	27 521,19	5 580,55	
TOTAL		22 282 104,36	30 397 123,39	
XCEPÇÕES AO ENDIVIDAMENTO		2 329 5	20,04	
TOTAL ENDIVIDAMENTO LIQUIDO		5 785 4	98,99	
Limite do Endividamento Líquido		13 404 !	526,00	
% da Capacidade de Endividamento Líquido Utilizada	_	43,16%		
Margem	7 619 027,01			



Relatório de Gestão 13

Na abordagem aos níveis de endividamento líquido obtidos pela Autarquia incluem-se as duas entidades que, nos termos da Lei das Finanças Locais, relevam para efeitos dos limites de endividamento do Município de Cantanhede, designadamente a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e a Associação de Informática da Região Centro – AIRC.

O quadro n.º39 mostra que o contributo das associações é favorável, ou seja, com a sua inclusão a percentagem de utilização do limite de endividamento líquido desce de 45,05% (considerando apenas o da autarquia) para 43,16% (se incluídas as duas entidades).



4.4 – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Até à entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, publicada em fevereiro de 2012, era frequente as autarquias, pelo menos aquelas que não tivessem uma gestão financeira criteriosa, efetuarem despesas para além da sua efetiva capacidade de realizar pagamentos. A LCPA veio estabelecer, como princípio fundamental, que a execução orçamental das entidades públicas, incluindo a dos Municípios, não possa conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso, de acordo com o expresso no artigo 7.º da LCPA. Esta foi entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que estabelece as normas disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da referida lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º da referida lei, esclarecendo alguns dos seus conceitos e algumas expressões.

A partir daquela data, a realização de despesa deixou de estar sujeita apenas à cabimentação prévia, concretizada com base na existência de dotação orçamental, para passar a estar também sujeita à existência de fundos disponíveis, condição verificada na fase do compromisso, por forma a garantir a real capacidade da autarquia em efetuar, a seu tempo, o respetivo pagamento. A LCPA não alterou as fases de realização da despesa, contudo, ao procurar garantir a maior redução possível do montante dos pagamentos em atraso há mais de 90 dias, impôs que o controlo da execução orçamental passasse a ser efetuado na fase do compromisso.

Tendo em conta a importância destas exigências, convém lembrar alguns aspetos do referido diploma legal, designadamente os seguintes:

- ✓ O artigo n.º 7 da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, determina que "a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso" sem que daí advenham consequências quanto a forma de obtenção dos fundos disponíveis previstos na lei;
- ✓ O artigo n.º 7 do decreto complementar, determina que "os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis", salvo possíveis exceções devidamente previstas na lei;
- ✓ O artigo n.º 3 da lei define que os pagamentos em atraso são "as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documento equivalente";

Em suma, a LCPA impede as autarquias de assumirem compromissos se estas não evidenciarem a posse de fundos disponíveis para os honrar.





QUADRO 40

ANO 2013	FUNDOS DISPONIVEIS ACUMULADO POR TRIMESTRE	COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO PERÍODO	COMPROMISSOS ASSUMIDOS ACUMULADOS	FUNDOS DISPONIVEIS LIQUIDO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS	PAGAMENTOS EM ATRASO NO FIM DE CADA MÊS	Δ	DIVIDAS NÃO PAGAS POR FACTO IMPUTADO AO CREDOR
JANEIRO	16 482 987,48	0,00	0,00	16 482 987,48	0,00	0,00	86 838,72
FEVEREIRO	16 789 020,54	8 541 165,19	8 541 165,19	8 247 855,35	0,00	0,00	84 136,72
MARÇO	17 171 772,23	1 208 055,71	9 749 220,90	7 422 551,33	0,00	0,00	84 308,92
ABRIL	17 801 971,81	814 492,89	10 563 713,79	7 238 258,02	0,00	0,00	85 291,24
MAIO	17 910 797,98	1 411 930,84	11 975 644,63	5 935 153,35	0,00	0,00	87 014,47
JUNHO	18 502 081,34	964 808,76	12 940 453,39	5 561 627,95	0,00	0,00	88 141,18
JULHO	19 300 029,51	2 397 924,14	15 338 377,53	3 961 651,98	0,00	0,00	87 826,89
AGOSTO	20 764 724,05	1 066 263,39	16 404 640,92	4 360 083,13	0,00	0,00	98 021,32
SETEMBRO	22 251 043,48	543 041,25	16 947 682,17	5 303 361,31	0,00	0,00	105 562,51
OUTUBRO	20 453 754,90	1 598 252,97	18 545 935,14	1 907 819,76	0,00	0,00	94 436,12
NOVEMBRO	19 770 926,06	925 315,62	19 471 250,76	299 675,30	0,00	0,00	87 298,31
DEZEMBRO	20 504 347,33	698 569,76	20 169 820,52	334 526,81	0,00	0,00	151 440,38
SALDO FINAL	21 867 756,65	727 579,32	20 897 399,84	970 356,81	0,00	0,00	151 440,38

Relativamente ao Município de Cantanhede, o quadro n.º 40 traduz essa realidade em termos financeiros. Em 2013, o Município cumpriu integralmente o estipulado na lei, tanto no que se refere a pagamentos em atraso como no que respeita aos fundos disponíveis. Foi dada particular atenção na notificação dos credores, sempre que o pagamento não pudessem ser efetuado por facto imputado aos mesmos, situação que infelizmente ocorre com alguma frequência, sobretudo os grandes prestadores de serviços na área das telecomunicações e dos transportes, os quais impõem pagamentos com prazos de vencimentos muito reduzidos mas tardam em enviar créditos reclamados.

Daqui resulta que a Autarquia encerrou o exercício económico de 2013 sem que nenhum dos meses do ano tenha terminado com o registo de pagamentos em atraso. Por outro lado, a análise do referido quadro permite igualmente verificar que os "Fundos disponíveis líquidos de compromissos assumidos" apresentaram sempre uma folga considerável.

Esta realidade pode igualmente ser aferida pela confrontação dos níveis de execução orçamental da receita e da despesa que resultam da análise dos quadros n.º 12 e n.º 22. Em 2013, a receita cobrada bruta foi de 21.568.502,11 euros, tendo a despesa comprometida totalizado 20.897.399,84 euros. Daqui se conclui também que, face ao controlo apertado das suas contas, o Município de Cantanhede continua a dar integral cumprimento ao estipulado na LCPA.

Esta lei veio reduzir significativamente o risco orçamental, que agora apenas se consubstancia na possibilidade de uma estimativa demasiado otimista das suas receitas, o que, caso estas não se concretizem, pode originar o incumprimento de compromissos já assumidos ou dos legalmente previstos. Para precaver esta possibilidade, a LCPA prevê mecanismos de regularização rápida e eficaz. Numa situação pontual de incumprimento, a lei impõe que o cálculo dos fundos disponíveis dos meses subsequentes se obtenha segundo uma restrição muito maior no apuramento da receita, ou seja, só permite considerar como receitas previsionais 75% da média das efetivamente cobradas nos últimos dois anos, não podendo entrar em linha de conta com as de carácter extraordinário. Observando esta regra é possível inverter uma situação pontual de desequilíbrio.



4.5 – Artigo n.º 96 da Lei n.º 66-B/2012 que aprovou o Orçamento de Estado para 2013

Entende o Governo que as imposições da LCPA não são suficientes, pois para além destas, existem outras regras a cumprir relativamente à redução do *stock* da dívida municipal. Tais normas vêm refletidas no artigo n.º 96º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013, entretanto alterado pela Lei n.º 51/2013, de 24 de julho (1.º Orçamento Retificativo).

O artigo n.º 96 da referida Lei, no que respeita a redução do endividamento, preconiza no seu n.º 1 que "até ao final do ano de 2013, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem para além das já previstas no PAEL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em setembro de 2012."

Ora, desde setembro de 2012 e até ao final do exercício em análise que não houve nenhum mês em que o Município de Cantanhede tivesse apresentado qualquer montante de pagamentos em atraso, pelo que estão excluídas quaisquer das situações retratadas no trecho do artigo da lei antes transcrito tal como as previstas no seu ponto n.º 3, onde se lê que, "sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os municípios reduzem, até ao final do 1.º semestre de 2013, e em acumulação com os já previstos no PAEL, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 5% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2012."

Além dos aspetos referidos, o artigo 96.º continua o seu leque de restrições dizendo, no seu n.º 4 que "sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto - Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60 - A/2011, de 30 de novembro, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município e ou, pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de junho de 2012."

Em 30 de novembro de 2011, foi publicada a Lei n.º 60-A/2011, que aditou os artigos 15°- A a 15°-P ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditamentos esses que regulamentam o Regime de Avaliação de Prédios Urbanos e entraram em vigor em 1 de dezembro de 2011. Esta referência serve para explicar que o valor patrimonial dos imóveis resultante dessa avaliação geral apenas teve impacto no IMI relativo a 2012 e seguintes, a cobrar a partir de 2013.

De acordo com as contas municipais, em 2012 foram cobrados 3.621.150,87 euros de IMI, valor que subiu para 4.444.855,85 euros em 2013, resultando portanto num acréscimo de 823.704,98 euros. No entanto, por deficiência da informação fornecida pela Autoridade Tributária, não era possível determinar com exatidão qual a parte destes montantes que diz respeito exclusivamente à coleta do ano anterior, uma vez que a cobrança poderia dizer respeito a valores de anos anteriores. Terão entretanto existido alterações de procedimentos e, em dezembro de 2013, o



Município foi notificado por aquela entidade de que se tinha apurado uma variação positiva da receita de IMI no montante de 687.461,82 euros, resultante do processo de reavaliação geral da propriedade urbana. A receita de IMI apurada em 2013, relativa à coleta de 2012 foi de 1.664.935,53 euros e em 2012, relativa à cobrança de 2011, de 977.473,71 euros.

Conforme já se referiu, o n.º 4 do artigo_da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013, estabelece que o montante equivalente ao acréscimo de receita deverá ser "obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do Município e ou no pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de junho de 2012" ou, então, caso o Município cumpra os limites de endividamento líquido calculado nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, podem, de acordo com o n.º 5 "... substituir a redução do endividamento referido no número anterior por uma aplicação financeira a efetuar obrigatoriamente junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E. (IGCP, E. P. E.), no mesmo montante em falta para integral cumprimento das reduções previstas no presente artigo." Esta aplicação deverá ser "... efetuada até 15 de dezembro de 2013, só podendo ser utilizada para efeitos de redução de pagamentos em atraso há mais de 90 dias ou do endividamento municipal", de acordo com o n.º 6 do mesmo artigo da Lei do Orçamento de Estado para 2013.

Durante o ano sujeito a apreciação, a dívida de médio e longo prazo foi amortizada em 2.847.669,18 euros, um valor 4,14 vezes superior ao determinado pelo n.º 4 do artigo 46º da Lei 66 – B/2012, de 31 de dezembro, pelo que se deu integral cumprimento ao estipulado nesse diploma legal. Acresce ainda que, a 30 de junho de 2012, o montante de pagamentos em atraso era de 181.368,07 euros, sendo que a partir de setembro desse mesmo ano não voltaram a ocorrer situações de atrasos em pagamentos por factos imputáveis ao Município.

Pagamentos em atraso registados no SIIAL a 30/06/2012

Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	46.200,11
Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	6.232,08
Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	5.002,54
Mais de 260 dias	123.933,34
	181.368,07



4.6 - Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2013

Em 2008, a Autarquia aderiu ao "Programa Pagar a Tempo e Horas", nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro. Este programa assenta na monitorização do prazo médio de pagamentos, tendo sido fixadas metas associadas a incentivos ou sanções, em função do seu cumprimento ou incumprimento. Quanto ao Município de Cantanhede, este contratualizou, na sequência de uma candidatura, um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 1.342.000,00 euros, financiado maioritariamente por uma instituição financeira (60%) e minoritariamente pelo Estado (40%), através da Direção Geral do Tesouro e Finanças. Beneficiou por isso de condições especiais de financiamento, abaixo das do mercado.

Para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento (PMP) utiliza-se a fórmula definida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, que veio adaptar o antigo método de cálculo, previsto no n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro. Com base neste enquadramento, o prazo médio de pagamento praticado pelo Município de Cantanhede em 2013 situou-se nos 24 dias, segundo o cálculo efetuado com a fórmula abaixo indicada.

A Inspeção-Geral de Finanças (IGF) refere no relatório da auditoria realizada às contas do município de 2008 a 2010 que a metodologia adotada pela DGAL "contribui para o apuramento do PMP sem qualquer aderência à realidade, o que impossibilita uma efetiva comparação deste indicador ao longo do tempo". Segundo a IGF, essa metodologia entra em linha de conta com algumas grandezas que não deveriam ser consideradas na forma de cálculo do referido indicador, situação que de resto havia já sido detetada pelos serviços do Município de Cantanhede, que encetaram contactos junto da DGAL no sentido de alertar para incoerências observadas e a solicitar a clarificação das contradições na aplicação da fórmula de cálculo do PMP definida por despacho.

A DGAL insistiu em que os movimentos estariam corretos, não propôs qualquer alteração do algoritmo, mas sugeriu que a Autarquia indicasse os montantes das transferências entre rubricas por forma a não duplicar valores. O Município de Cantanhede entendeu que não deveria seguir essa sugestão, na medida em que fazê-lo corresponderia a uma prática diferente das restantes autarquias, ou seja, estaria perante um procedimento absolutamente casuístico. É que, adotar tal sugestão, significaria que os resultados passariam a ser obtidos de forma diferente de outros municípios aderentes.

Daí que seja irresistível a tentação de recomendar às entidades competentes que procedam à alteração das regras quanto à forma como se reporta a informação, colmatando assim estas incongruências e evitando desse modo a manutenção da fórmula de cálculo que conta com grandezas que distorcem o algoritmo. Recetivos à reapreciação dos PMP por parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o Município de Cantanhede aguardará novas orientações quanto à forma de reportar os novos cálculos, que por uma questão de justiça e equidade, deve ser



Relatório de Gestão 13

extensiva a todos os municípios. Mas enquanto essa reapreciação não surge, ao Autarquia apresenta neste relatório o prazo calculado nos termos da DGAL, cuja fórmula é a seguinte:

PMP =
$$[(\sum_{t=3}^{t} DF/4) / \sum_{t=3}^{t} A)]*365$$

PMP = 24 dias

Em que:

DF - valor da dívida de curto prazo a fornecedores observadas no final de um trimestre;

A – valor das aquisições de bens e serviços, efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido ou não liquidadas.



4.7 – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2013

O quadro n.º 41 mostra a estrutura e execução do investimento do Município no ano de 2013, apresentando as despesas de capital organizadas pela sua natureza e nas suas diferentes fases de execução: compromisso, realização e pagamento.

A relação das verbas gastas numa perspetiva global, ou seja, à luz das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) surgirá mais adiante noutros quadros, que permitem avaliar o grau de realização e execução da despesa segundo as necessidades que visa satisfazer e de acordo com a tipologia das funções em que se enquadra: económicas, sociais ou gerais.

					QUADRO 41							
			Estru	tura e Exec	ução do Investir	mento do Municíp	oio					
	Orçado Corr	igido	Compromi	sso	Taxa de	Realizad	0	Taxa de	Pago		Desvio	(un:euros) Taxa de
DOMÍNIOS	VALOR	%	VALOR	%	Execução	VALOR	%	Execução	VALOR	%	VALOR	Execução
DOMINIOS					Compromisso			Realizado			Orçado	Pago
	A		В		B/A	С		C/A	D		C-A	D/A
Terrenos e recursos naturais	52 814,00	1,20%	37 009,80	0,93%	70,08%	37 009,79	0,95%	70,08%	36 309,79	0,96%	-15 804,21	68,75%
Edifícios e outras construções							0,00%					
Habitação	3,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	-3,00	0,00%
Edifícios	1 211 979,00	27,52%	984 798,45	24,67%	81,26%	960 434,67	24,58%	79,25%	950 629,90	25,24%	-251 544,33	78,44%
Construções Diversas	346 534,00	7,87%	288 585,34	7,23%	83,28%	266 509,29	6,82%	76,91%	198 638,22	5,27%	-80 024,71	57,32%
Material de Transporte	13 727,00	0,31%	13 517,06	0,34%	98,47%	13 517,06	0,35%	98,47%	13 517,06	0,36%	-209,94	98,47%
Equipamento de Informática	14 144,00	0,32%	13 382,35	0,34%	94,62%	13 382,35	0,34%	94,62%	13 382,35	0,36%	-761,65	94,62%
Software informático	78 352,00	1,78%	78 350,60	1,96%	100,00%	78 350,59	2,00%	100,00%	78 350,59	2,08%	-1,41	100,00%
Equipamento Administrativo	25 077,00	0,57%	24 856,35	0,62%	99,12%	24 808,87	0,63%	98,93%	24 808,87	0,66%	-268,13	98,93%
Equipamento Básico	111 587,00	2,53%	109 696,57	2,75%	98,31%	109 511,85	2,80%	98,14%	108 169,55	2,87%	-2 075,15	96,94%
Ferramentas e utensílios	184,00	0,00%	183,37	0,00%	99,66%	183,37	0,00%	99,66%	165,87	0,00%	-0,63	90,15%
Artigos e objetos de valor	1,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	-1,00	0,00%
Investimentos Incorpóreos	17 886,00	0,41%	17 875,59	0,45%	99,94%	17 585,31	0,45%	98,32%	17 585,31	0,47%	-300,69	98,32%
Outros investimentos	85 322,00	1,94%	27 215,66	0,68%	31,90%	26 715,60	0,68%	31,31%	26 715,60	0,71%	-58 606,40	31,31%
Locação Financeira	382 842,00	8,69%	382 615,17	9,58%	99,94%	382 615,17	9,79%	99,94%	382 615,17	10,16%	-226,83	99,94%
Bens de Domínio público							0,00%					
Terrenos e recursos naturais	188 302,00	4,28%	170 251,86	4,26%	90,41%	170 251,84	4,36%	90,41%	170 079,34	4,52%	-18 050,16	90,32%
Edifícios	2,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	-2,00	0,00%
Outras construções e infraestruturas	1 875 492,00	42,58%	1 843 728,89	46,19%	98,31%	1 807 824,20	46,25%	96,39%	1 745 140,74	46,34%	-67 667,80	93,05%
TOTAL GERAL	4 404 248,00	100,00%	3 992 067,06	100,00%	90,64%	3 908 699,96	100,00%	88,75%	3 766 108,36	100,00%	-495 548,04	85,51%

O quadro n.º 41 apresenta os níveis de execução da despesa de acordo com a sua classificação económica, o que também se encontra em consonância com os montantes constantes do Plano Plurianual de Investimentos. Daí se conclui que o nível de execução da despesa realizada é de 88,75% e o da despesa paga é de 85,51%, resultados bem significativos e sintomáticos do rigor na gestão das disponibilidades, não obstante o ambiente económico que se tem vivido, caracterizado por fortes constrangimentos financeiros. A taxa de execução dos compromissos assumidos é de 90,64%, o que também permite concluir que apenas 83.367,10 euros representam compromissos assumidos que não passaram para a fase de realização da despesa.

Em 2013, a maior concentração de realização da despesa ocorreu na rubrica intitulada por "Outras construções e infraestruturas", com o pagamento de 1.745.140,74 euros, seguindo-se a classificação "Edifícios", com um montante pago de 950.629,90 euros. No conjunto, estas duas rubricas representam 71,58 % do investimento total pago no ano em apreço.



Relatório de Gestão 13

QUADRO 42
RELAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO AO LONGO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

													UII. EUIO
			Ano :	2011			Ano 2	012			Ano	2013	
	OBJETIVOS	Investimentos realizados em 2011	%	Investimentos pagos em 2011	%	Investimentos realizados em 2012	%	Investimentos pagos em 2012	%	Investimentos realizados em 2013	%	Investimentos pagos em 2013	%
Funções Gerais	Administração Geral	628 679,35	6,7	604 254,52	7,0	268 830,51	2,8	268 405,91	3,0	229 451,75	2,4	215 965,26	2,
Fung	Proteção civil e luta contra incêndios	66 111,02	0,7	66 111,02	0,8	61 043,02	0,6	61 043,02	0,7	44 396,72	0,5	44 396,72	0,
	Ensino não superior	1 902 748,35	20,3	1 856 690,83	21,4	2 214 815,37	23,4	2 014 364,36	22,6	2 340 725,12	24,7	2 204 011,63	24,
	Serviços Individuais de Saúde	22 400,28	0,2	22 400,28	0,3	22 787,78	0,2	22 787,78	0,3	21 623,49	0,2	21 623,49	0,
	Ação Social	30 977,26	0,3	30 977,26	0,4	45 350,66	0,5	43 298,98	0,5	41 178,95	0,4	39 138,43	0,
	Habitação	124 836,13	1,3	109 604,26	1,3	65 992,53	0,7	65 562,21	0,7	86 341,55	0,9	86 131,22	1,
sis	Ordenamento do Território	617 729,31	6,6	533 259,56	6,1	565 122,72	6,0	526 897,96	5,9	388 773,58	4,1	387 155,51	4,
Sociais	Saneamento	24 666,12	0,3	24 666,12	0,3	433 992,13	4,6	397 563,76	4,5	129 504,48	1,4	129 504,48	1,
Ses 9	Abastecimento de Água	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,
ű	Resíduos Sólidos	0,00	0,0	0,00	0,0	422 941,03	4,5	422 941,03	4,7	231 080,00	2,4	231 080,00	2,
Ē	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	72 575,22	0,8	65 224,48	0,8	179 936,74	1,9	179 936,74	2,0	599 897,32	6,3	599 897,32	6,
	Cultura	426 402,77	4,6	399 501,93	4,6	454 523,27	4,8	436 220,95	4,9	279 273,25	3,0	266 635,11	2,
	Desporto Recreio e Lazer	928 932,45	9,9	710 212,32	8,2	1 594 266,37	16,8	1 464 406,72	16,4	1 235 996,77	13,0	1 169 442,53	12
	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	10 000,00	0,1	10 000,00	0,1	0,00	0,0	0,00	0,0	20 000,00	0,2	20 000,00	0
cas	Agricultura, Pecuária, Siv., Caça e Pesca	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,
nómica	Indústria e Energia	2 570 508,73	27,5	2 568 246,03	29,6	1 565 182,62	16,5	1 542 074,24	17,3	1 226 205,74	12,9	1 223 497,57	13,
con	Transportes Rodoviários	1 264 079,55	13,5	1 026 321,75	11,8	947 363,53	10,0	856 498,36	9,6	1 478 902,01	15,6	1 417 664,12	15
es E	Mercados e Feiras	26 724,15	0,3	17 416,74	0,2	42 160,00	0,4	42 160,00	0,5	16 710,91	0,2	16 710,91	0,
Funçõe	Turismo	2 819,67	0,0	2 819,67	0,0	18 935,72	0,2	18 935,72	0,2	25 619,22	0,3	25 619,22	0,
ď	Outras Funções Económicas	6 958,85	0,1	6 958,85	0,1	0,00	0,0	0,00	0,0	340 000,00	3,6	340 000,00	3,
Outras Junções	Transferências entre administrações	628 233,40	6,7	628 233,40	7,2	569 360,55	6,0	569 291,57	6,4	743 309,38	7,9	743 309,38	8,
ōĒ	Diversas não Especificadas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,
	TOTAL	9 355 382,61	100,0	8 682 899,02	100,0	9 472 604,55	100,0	8 932 389,31	100,0	9 478 990,24	100,0	9 181 782,90	100,

O quadro n.º 42 apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano nos três últimos exercícios, traduzindo a evolução dos investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes. Relevante é o facto de terem sido pagos 9.181.782,90 euros de um total de 9.478.990,24 euros em investimentos, sendo que o diferencial de 297.207,34 euros corresponde à dívida inscrita nas GOP´S em 31 de dezembro de 2013.

Os quadros n.º 43 e n.º 44 identificam os montantes pagos por áreas de intervenção, nomeadamente os gastos no "PPI – Plano Plurianual de Investimentos" e nas "AMR – Atividades Mais Relevantes".



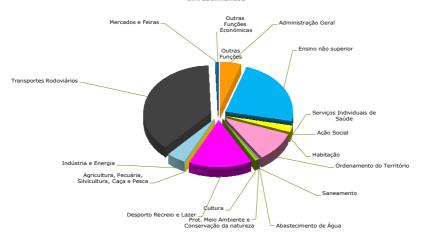
QUADRO 43

RELAÇÃO DAS VERBAS DE INVESTIMENTO

DESPENDIDAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

		U	n. (Euros)
	OBJETIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Administração Geral	192 989,42	5,13
	Ensino não superior	870 976,06	23,13
	Serviços Individuais de Saúde	0,00	0,00
	Ação Social	494,40	0,01
iais	Habitação	86 131,22	2,29
Funções Sociais	Ordenamento do Território	387 155,51	10,28
ções	Saneamento	0,00	0,00
Ē	Abastecimento de Água	0,00	0,00
_	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	11 342,32	0,30
	Cultura	32 403,78	0,86
	Desporto Recreio e Lazer	571 707,79	15,18
	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00
Funções Económicas	Indústria e Energia	171 758,07	4,56
Funções conómica	Transportes Rodoviários	1 417 664,12	37,64
교	Mercados e Feiras	16 710,91	0,44
	Turismo	6 774,76	0,18
	Outras Funções	0,00	0,00
	TOTAL	3 766 108,36	100,00

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas por Plano Plurianual de Investimentos



O Plano Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de 4 anos e inclui todos os projetos e ações a realizar pelo Município no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão de despesa. A execução do PPI demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.



Funções Sociais

As funções sociais representam mais de metade do investimento realizado e pago em 2013, concretamente 52,05%, percentagem que traduz um valor absoluto de 1.960.211,08 euros. As rubricas que mais contribuíram para esse valor foram as que de seguida se enunciam:

- ✓ No ensino não superior, com um montante global gasto de 870.976,06 euros, realça-se a conclusão da construção do Centro Educativo de Cadima.
- ✓ No Desporto, Recreio e Lazer, os 571.707,79 euros têm, à semelhança do ano anterior, especial incidência dos pagamentos nos seguintes investimentos: Parque Desportivo de Cantanhede, Parque Desportivo de Febres e construção de infraestruturas desportivas, recreativas e de lazer nas freguesias.
- ✓ No Ordenamento do Território, com 387.155,51 euros gastos, destacam-se como principais investimentos os realizados com conclusão da construção de diversas obras para a realização de infraestruturas urbanísticas e de requalificação urbana em todo o concelho.

Funções Económicas

Com um histórico de avultados investimentos, as funções económicas mantêm essa tendência, com 42,82% em 2013, num montante de 1.612.907,86 euros. Este valor inclui os investimentos efetuados na rubrica "Transportes Rodoviários", que absorveu 1.417.664,12 euros destinados à requalificação da rede viária do concelho, incluindo arruamentos, passeios e obras complementares, seguindo-se a rubrica "Indústria e Energia", com gastos na ordem dos 171.758,07 euros.

Funções Gerais

Das funções gerais destaca-se a Administração Geral, com 192.989,42 euros de investimento pago em 2013. Nesta rubrica constam os investimentos efetuados na requalificação das instalações municipais, na modernização tecnológica e no apetrechamento de diversos serviços camarários, incluindo a aquisição de todo o equipamento administrativo, informático e outro necessário ao regular funcionamento da instituição.

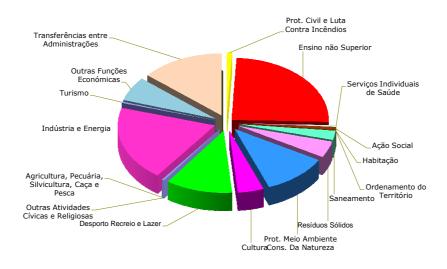


QUADRO 44 Relação das Verbas

Despendidas por Atividades Mais Relevantes

			Un. (Euros)
	OBJETIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Administração Geral	22 975,84	0,42
Fun	Prot. Civil e Luta Contra Incêndios	44 396,72	0,82
	Ensino não Superior	1 333 035,57	24,61
	Serviços Individuais de Saúde	21 623,49	0,40
	Ação Social	38 644,03	0,71
a.	Habitação	0,00	0,00
Funções Sociais	Ordenamento do Território	0,00	0,00
S	Saneamento	129 504,48	2,39
<u>Š</u>	Resíduos Sólidos	231 080,00	4,27
Ē	Prot. Meio Ambiente Cons. Da Natureza	588 555,00	10,87
	Cultura	234 231,33	4,32
	Desporto Recreio e Lazer	597 734,74	11,04
	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	20 000,00	0,37
v	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00
Funções conómica	Indústria e Energia	1 051 739,50	19,42
Funções económicas	Turismo	18 844,46	0,35
Ŏ	Outras Funções Económicas	340 000,00	6,28
Outras Funções	Transferências entre Administrações	743 309,38	13,73
	TOTAL	5 415 674,54	100,0

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas com as Atividades mais Relevantes







O quadro n.º 44 apresenta os montantes pagos com as Atividades Mais Relevantes. Particularizando ao nível das Funções Sociais, a que revelou ter mais expressão em 2013 foi o "Ensino não Superior", que registou pagamentos no montante de 1.333.035,57 euros, com relevância para os seguintes:

- ✓ Programa de generalização de fornecimento de refeições, com um montante pago de 537.153,67 euros;
- ✓ Transportes escolares, incluindo o transporte de crianças portadores de necessidades educativas especiais, com um total de gastos que ascende a 418.729,32 euros.

No âmbito das funções sociais, merecem ainda referência as despesas de 234.231,33 euros no setor da "Cultura" e os 597.734,74 euros no do "Desporto, Recreio e Lazer".

Nas Funções Económicas, mais concretamente na rubrica "Indústria e Energia", realizaram-se pagamentos no montante de 1.051.739,50 euros, dos quais se destacam:

- ✓ "Energia Consumida na Iluminação Pública", cujo valor ascendeu a 863.277,50 euros; e
- ✓ A transferência de 150.000,00 euros para reforço do património associativo do BIOCANT.

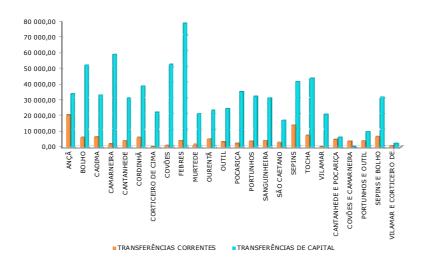
No classificador "Outras Funções" aparece refletida a esmagadora maioria das transferências efetuadas às dezanove Juntas de Freguesia do Concelho, num total de 682.359,38 euros, que foram repartidos nos termos constantes nos quadros que se seguem. Neles constam além das 19 freguesias existentes à data, as 5 novas freguesias resultantes da reorganização administrativa que se desenvolveu no decurso de 2013.



QUADRO 45

TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

			Un.(Euros)
JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TOTAL
ANÇÃ	19 913,76	33 354,91	53 268,67
BOLHO	5 760,13	51 737,64	57 497,77
CADIMA	6 128,74	32 691,21	38 819,95
CAMARNEIRA	1 718,37	58 320,61	60 038,98
CANTANHEDE	3 579,26	30 658,14	34 237,40
CORDINHÃ	5 693,91	38 198,50	43 892,41
CORTICEIRO DE CIMA	36,00	21 688,30	21 724,30
COVÕES	1 047,58	52 086,17	53 133,75
FEBRES	3 733,82	78 161,92	81 895,74
MURTEDE	1 353,87	20 597,58	21 951,45
OURENTÃ	4 664,24	22 824,68	27 488,92
OUTIL	2 820,51	24 123,50	26 944,01
POCARIÇA	1 963,83	34 870,26	36 834,09
PORTUNHOS	3 250,06	31 724,62	34 974,68
SANGUINHEIRA	3 592,81	30 580,09	34 172,90
SÃO CAETANO	2 267,65	16 752,09	19 019,74
SEPINS	13 438,15	41 136,46	54 574,61
TOCHA	6 966,00	43 172,37	50 138,37
VILAMAR	35,51	20 221,32	20 256,83
CANTANHEDE E POCARIÇA	4 342,95	5 763,38	10 106,33
COVÕES E CAMARNEIRA	3 249,28	56,54	3 305,82
PORTUNHOS E OUTIL	3 446,46	9 615,62	13 062,08
SEPINS E BOLHO	6 435,90	31 404,04	37 839,94
VILAMAR E CORTICEIRO DE CIMA	763,20	1 930,75	2 693,95
TOTAL GERAL	106 201,99	731 670,70	837 872,69



O quadro n.º 45 apresenta os valores transferidos durante o ano de 2013 para todas as juntas de freguesia do Concelho, tanto a nível de transferências correntes como de capital, num total de 837.872,69 euros.

Relatório de Gestão 13

QUADRO 46

DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2013

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

TRANSFERÊNCIAS A JUNTAS DE FREGUESIA	01 121 2013/5003	02 211 2013/5016 1	02 211 2013/5017 2	02 211 2013/5018 1	02 221 2013/5025	02 251 2013/5038 3	03 342 2013/5058 1	04 420 2013/5063	04 420 2013/5064	
Classificação Económica 04050102	No âmbito da floresta	P/ NEE's	Acordo coop. Lei5/97 e DL 147/97	Cursos de Educação Extraescolar	Encargos com Postos de Enfermagem	Proj. de dinamização cultural e recreativa	P/ Gestão Posto de Turismo	P/ Atualização recenseamento eleitoral	Outras Transferências	TOTAL
ANÇÃ				1 650,00		3 000,00	10 321,38	1 192,38	3 750,00	19 913,76
BOLHO			4 622,50	1 100,00				37,63		5 760,13
CADIMA				550,00		1 500,00		1 578,74	2 500,00	6 128,74
CAMARNEIRA				550,00	1 130,64			37,73		1 718,37
CANTANHEDE						3 500,00		79,26		3 579,26
CORDINHÃ					3 391,92	1 500,00		801,99		5 693,91
CORTICEIRO DE CIMA								36,00		36,00
COVÕES						1 000,00		47,58		1 047,58
FEBRES				1 650,00		500,00		1 583,82		3 733,82
MURTEDE				550,00				803,87		1 353,87
OURENTÃ				550,00	3 311,16			803,08		4 664,24
OUTIL				550,00	2 234,36			36,15		2 820,51
POCARIÇA					1 924,78			39,05		1 963,83
PORTUNHOS				550,00	1 911,32	750,00		38,74		3 250,06
SANGUINHEIRA					2 786,22			806,59		3 592,81
SÃO CAETANO				550,00		1 300,00		417,65		2 267,65
SEPINS		4 464,00	7 835,00	1 100,00				39,15		13 438,15
ТОСНА	5 000,00							1 966,00		6 966,00
VILAMAR								35,51		35,51
CANTANHEDE E POCARIÇA					908,55			3 434,40		4 342,95
COVÕES E CAMARNEIRA					1 722,88			1 526,40		3 249,28
PORTUNHOS E OUTIL					2 301,66			1 144,80		3 446,46
SEPINS E BOLHO		990,00	3 919,50					1 526,40		6 435,90
VILAMAR E CORTICEIRO								763,20		763,20
SUB-TOTAL	5 000,00	5 454,00	16 377,00	9 350,00	21 623,49	13 050,00	10 321,38	18 776,12	6 250,00	106 201,99

Do valor total das transferências correntes colocados à disposição das Junta de Freguesia em 2013, nota-se que os "Encargos com os Postos de Enfermagem" assumem alguma relevância, representando 20,36% do total das transferências correntes, seguindo-se as verbas para a atualização do recenseamento eleitoral, com 18.776,12 euros.

QUADRO 47

DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2013

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL

TRANSFERÊNCIAS A JUNTAS DE FREGUESIA	02 251 2013/5043 3	02 252 2013/5046 3	04 420 2013/5069 1	04 420 2013/5069 2	04 420 2013/5070	04 420 2013/5071	04 420 2013/5072	04 420 2013/5073	04 420 2013/5074	
Classificação Económica 08050102	P/Inv. na área Cultural e Recreativa - Freguesias	P/Inv. na área Desp. e Recreativa e Lazer- Freguesias	P/ Requalificação Urbana nas Freguesias	P/ Obras e Melhoramentos - Materiais Freguesias	P/ Apoio à Const. Remodelação das Sedes das Juntas de Freguesias	Obras e Melhoramentos - Edificios e Outras Construções	Obras/ Melhoramentos- Requalificação Urbana	Obras e Melhoramentos - Outros	P/ Maquinaria e Equipamento Freguesias	TOTAL
ANÇÃ			21 945,16	3 909,75	7 500,00					33 354,91
вогно			13 960,84	2 486,80		25 000,00	7 500,00	2 790,00		51 737,64
CADIMA			27 747,66	4 943,55						32 691,21
CAMARNEIRA			15 093,64	2 688,67			40 538,30			58 320,61
CANTANHEDE			29 460,60	1 197,54						30 658,14
CORDINHÃ	20 500,00		15 022,50	2 676,00						38 198,50
CORTICEIRO DE CIMA			13 316,34	2 371,96			6 000,00			21 688,30
COVÕES			28 879,26	5 088,02			18 118,89			52 086,17
FEBRES	28 906,42		33 319,20	5 936,30		10 000,00				78 161,92
MURTEDE			17 483,16	3 114,42						20 597,58
OURENTÃ			15 704,40	2 797,60		4 322,68				22 824,68
OUTIL			13 129,88	1 843,62		1 650,00	5 000,00	2 500,00		24 123,50
POCARIÇA			13 933,97	936,29			20 000,00			34 870,26
PORTUNHOS			13 440,36	2 394,26			15 890,00			31 724,62
SANGUINHEIRA			25 956,40	4 623,69						30 580,09
SÃO CAETANO			14 219,30	2 532,79						16 752,09
SEPINS			14 503,85	1 632,61			20 000,00		5 000,00	41 136,46
ТОСНА			36 644,00	6 528,37						43 172,37
VILAMAR			13 710,06	511,26				6 000,00		20 221,32
CANTANHEDE E POCARIÇA			143,27	5 620,11						5 763,38
COVÕES E CAMARNEIRA				56,54						56,54
PORTUNHOS E OUTIL				495,15		9 120,47				9 615,62
SEPINS E BOLHO		25 000,00	426,93	1 027,11			4 950,00			31 404,04
VILAMAR E CORTICEIRO				1 930,75						1 930,75
SUB-TOTAL	49 406,42	25 000,00	378 040,78	67 343,16	7 500,00	50 093,15	137 997,19	11 290,00	5 000,00	731 670,70



QUADRO 48

Protocolo Anual com as Juntas de Freguesia

Trococoio Aliadi e	om as Juntas de Freg	,ucolu	Un: (Euros
Designação	Valor do Protocolo em Numerário	Valor do Protocolo de Materiais	Valor dos Materiais efetivamente pagos
Junta de Freguesia de Ançã	21 945,16	3 909,75	3 909,75
Junta de Freguesia do Bolho	13 960,84	2 486,80	2 486,80
Junta de Freguesia de Cadima	27 747,66	4 943,55	4 943,55
Junta de Freguesia da Camarneira	15 093,64	2 688,67	2 688,67
Junta de Freguesia de Cantanhede	29 460,60	1 197,54	1 197,54
Junta de Freguesia de Cordinhã	15 022,50	2 676,00	2 676,00
Junta de Freguesia do Corticeiro de Cima	13 316,34	2 371,96	2 371,96
Junta de Freguesia dos Covões	28 879,26	5 088,02	5 088,02
Junta de Freguesia de Febres	33 319,20	5 936,30	5 936,30
Junta de Freguesia de Murtede	17 483,16	3 114,42	3 114,42
Junta de Freguesia de Ourentã	15 704,40	2 797,60	2 797,60
Junta de Freguesia de Outil	13 129,88	1 843,62	1 843,62
Junta de Freguesia da Pocariça	13 933,97	936,29	936,29
Junta de Freguesia de Portunhos	13 440,36	2 394,26	2 394,26
Junta de Freguesia da Sanguinheira	25 956,40	4 623,69	4 623,69
Junta de Freguesia de São Caetano	14 219,30	2 532,79	2 532,79
Junta de Freguesia de Sepins	14 503,85	1 632,61	1 632,61
Junta de Freguesia da Tocha	36 644,00	6 528,37	6 528,37
Junta de Freguesia de Vilamar	13 710,06	511,26	511,26
União das freguesias de Cantanhede e Pocariça	143,27	5 620,11	5 620,11
União das freguesias de Covões e Camarneira		56,54	56,54
União das freguesias de Portunhos e Outil		495,15	495,15
União das freguesias de Sepins e Bolho	426,93	1 027,11	1 027,11
União das freguesias de Vilamar e C. Cima		1 930,75	1 930,75
TOTAL	378 040,78	67 343,16	67 343,16

No que se refere às transferências de capital, a maior fatia destina-se à "Requalificação Urbana nas Freguesias", com 378.040,78 euros, montante total das verbas atribuídas ao abrigo dos protocolos anuais celebrados com as Juntas de Freguesia e que aparecem devidamente resumidos no quadro nº 48. A esse montante acresce o valor transferido para a aquisição de materiais, que totalizou, em 2013, 67.343,16 euros.

Além disso, merecem especial destaque dois subsídios atribuído em 2013, um à Freguesia de Febres, outro à Freguesia de Portunhos e Outil, destinados à realização de obras de reabilitação e valorização de imóveis com valor patrimonial, tendo em vista o seu aproveitamento e rentabilização em ações de carácter sociocultural.





Foi com base neste enquadramento que a Autarquia avançou com candidaturas ao PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural, tendo em vista a Conservação do Património Rural. Dentro das tipologias elegíveis levantou-se a impossibilidade de o Município ver aprovadas todas as candidaturas que pretendia submeter, pelo que elas foram canalizadas através de entidades elegíveis como as Associações e Juntas de Freguesia, de modo a obter-se apoio para a reabilitação do património do concelho.

Em 2013, foram submetidas candidaturas para a reabilitação da Escola Velha da Lapa, com o apoio da Associação Social e Cultural da Lapa, da Escola Velha de Vila Nova e Escola Velha de Outil, com o apoio da Junta de Freguesia de Portunhos e Outil, da Escola Velha de Lemede, com o apoio da Junta de Freguesia de Cantanhede e Pocariça, da Escola Velha do Montouro, com o apoio da Associação ABC dos 6, da Casa Gandaresa, com o apoio da Associação Recreativa e Cultural de Covões, da Casa Amarela, com apoio da Junta de Freguesia de Cadima, e da Casa de Carlos Oliveira com o apoio da Junta de Freguesia de Febres.

Em todas estas situações o Município assume o montante da despesa efetuada e não comparticipada por fundos comunitários, garantindo deste modo a preservação e requalificação do seu património no sentido de o colocar ao serviço da população.

Durante o ano de 2013 apenas avançaram as obras da Casa Carlos Oliveira e da Escola Velha de Outil, pelo que foram esses os subsídios atribuídos à Freguesia de Febres e à Freguesia de Portunhos e Outil. Em 2014, espera-se que avancem as restantes candidaturas, um apreciável investimento da parte do Município.



V - Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Cantanhede e a sua situação patrimonial e financeira reportada à data de 31 de dezembro de 2013.

Essa análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas ao Balanço e Demonstração de Resultados, as quais têm em linha de conta a evolução dos valores observados, em relação aos anos anteriores, de modo a permitir a comparabilidade dos dados.

Assim, para se poder obter um conhecimento integral e exato da composição do património da Autarquia, assim como dos seus direitos e obrigações, procedeu-se à elaboração de todas as peças constantes no presente documento, dando cumprimento ao estipulado no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, introduzido pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

A leitura das Demonstrações Financeiras em todas as suas componentes proporciona informação relevante, fiável, comparável e compreensível, ou seja, facilita a leitura dos indicadores pertinentes para a construção de uma imagem verdadeira e apropriada da atual posição financeira e do resultado das operações do exercício do Município de Cantanhede.



5.1 – Análise do Balanço

O balanço, enquanto documento contabilístico de base financeira, espelha a situação patrimonial da Autarquia à data do fecho de contas. Nesse âmbito, e de modo a facilitar a análise das três massas patrimoniais que o compõe, nomeadamente o ativo, os fundos próprios e o passivo, apresentam-se de seguida alguns mapas elucidativos, todos eles elaborados com base no balanço sintético do Município.

A ligeira diminuição do balanço da Autarquia em 2013, em relação ao ano anterior, representa um decréscimo de 0,14 %. Por outro lado, é de relevar a diminuição do passivo em 8,69 % face ao exercício de 2012, fruto do esforço do Município no cumprimento das suas obrigações para com terceiros.

QUADRO 49

BALANÇO

				(Un: euros)
DESCRIÇÃO		2013		2012
DESCRIÇÃO		VALOR		VALOR
Ativo	AB	AP.	AL	AL
Imobilizado				
Bens de domínio público	86 266 179,88	36 936 777,93	49 329 401,95	50 667 616,29
Imobilizações Incorpóreas	925 636,39	597 408,17	328 228,22	464 686,04
Imobilizações Corpóreas	66 650 102,45	16 962 946,88	49 687 155,57	49 792 088,58
Investimentos Financeiros	13 365 665,10	14 970,00	13 350 695,10	12 484 632,70
Existências	303 988,68	0,00	303 988,68	333 934,17
Dívidas de terceiros- médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros-curto prazo	592 626,76	126 428,74	466 198,02	711 300,48
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2 424 903,38	0,00	2 424 903,38	2 613 535,59
Acréscimos e Diferimentos	5 614 539,30	0,00	5 614 539,30	4 605 964,24
Total do Ativo	176 143 641,94	54 638 531,72	121 505 110,22	121 673 758,09
Fundos Próprios				
Património			49 182 254,55	48 819 451,74
Ajustamentos em partes de capital			0,00	0,00
Reservas			24 288 463,55	23 600 495,46
Subsídios			64 298,34	67 448,01
Resultados Transitados			-395 679,40	-1 057 092,47
Resultado líquido do exercício			3 338 833,46	931 254,35
Total Fundos Próprios	0,00	0,00	76 478 170,50	72 361 557,09
Provisões para riscos e encargos			162 493,53	162 493,53
Passivo				
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			24 353 825,04	27 817 512,62
Dívidas a terceiros - curto prazo			4 729 253,09	5 265 202,43
Acréscimos e Diferimentos			15 781 368,06	16 066 992,42
Total do Passivo	0,00	0,00	45 026 939,72	49 312 201,00
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	0,00	0,00	121 505 110,22	121 673 758,09



5.1.1- Imobilizado

Na análise da massa patrimonial, o imobilizado, também designado por bens de imobilizado ou por ativos fixos, traduz o conjunto de bens que normalmente não são transacionáveis, por se destinarem a servir de forma duradoura a atividade da Autarquia.

O princípio da consistência definido no POCAL estabelece que o Município não pode alterar as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro, pelo que quando isso acontecer, deverão todas as alterações ser devidamente evidenciadas e justificadas nos anexos ao balanço e à demonstração de resultados.

Nos termos do POCAL, o balanço deveria espelhar a totalidade do património municipal. Da parte do Município de Cantanhede houve um enorme esforço nesse sentido, ou seja, para se proceder à inscrição de todos os bens do ativo imobilizado que lhe pertencem, mas não foi ainda possível concretizá-la em pleno, embora tenham sido recuperados bens que totalizaram 311.607,69 euros. Neste montante estão incluídos estudos ambientais, parcelas de terrenos, edifícios, infraestruturas municipais provenientes da execução de loteamentos e obras de urbanização promovidas por particulares, bem como livros do acervo bibliográfico da Biblioteca Municipal, património que, apesar de não representar um valor significativo, é fruto de muitas horas de trabalho administrativo e de campo.

QUADRO 50

			(Un: euros)
DESCRIÇÃO	2012	2013	Δ
DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR	%
	AB	AB	AB
Ativo			
Imobilizado			
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	7 223 694,20	7 470 452,57	3,42
Edifícios	441 018,57	624 756,68	41,66
Outras construções e infraestruturas	74 068 916,87	75 802 498,22	2,34
Bens do património histórico, artístico e cultural	539 611,85	539 611,85	0,00
Outros bens de domínio público	593 657,36	604 690,96	1,86
Imobilizações em curso	1 421 295,90	1 224 169,60	-13,87
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	
	84 288 194,75	86 266 179,88	2,35
Imobilizações Incorpóreas	838 001,62	925 636,39	10,46
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	10 786 490,33	10 839 504,67	0,49
Edifícios e outras construções	34 905 947,35	36 957 694,91	5,88
Equipamento básico	4 185 243,69	4 487 918,16	7,23
Equipamento de transporte	1 501 024,32	1 516 926,85	1,06
Ferramentas e utensílios	913 704,91	952 359,33	4,23
Equipamento administrativo	2 168 272,34	2 261 911,68	4,32
Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	6 584 010,22	6 591 981,47	0,12
Imobilizações em curso	3 857 593,35	3 041 765,38	-21,15
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	64 902 326,51	66 650 102,45	2,69
Total	150 028 522,88	153 841 918,72	2,54



No quadro nº 50 vê-se que todas as rubricas do imobilizado sofreram uma variação positiva, traduzida no aumento global absoluto de 3.813.395,84 euros.

O aumento das imobilizações corpóreas de domínio privado, quantificado em 1.747.775,94 euros, foi o que mais contribuiu para esse resultado. Importa ressalvar no entanto que no decorrer do exercício económico sujeito a análise se procedeu a alguns movimentos de regularização de ativos que se encontravam indevidamente no domínio público do Município e que, agora, passaram a integrar o seu domínio privado, como por exemplo a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, com o apreciável valor contabilístico de 676.739,94 euros.

Um aumento igualmente significativo deu-se no ativo de imobilizado de domínio púbico, que registou um crescimento de 2,35%, ou seja, 1.977.985,13 euros em termos absolutos. Este acréscimo deve muito à realização de obras por administração direta e à aquisição e execução de diversas obras no decurso do exercício em apreciação.

	QUA.	DRO 51				/Uni niman
DESCRIÇÃO	Quantidade	2011 VALOR	2012 VALOR	% Participação	2013 VALOR	(Un: euros % Participação
Investimentos Financeiros						
Partes de Capital						
Associações de Municípios						
AIRC - Associação de Informática da Região Centro		0,00	223 757,43	4,805	249 960,30	4,80
Empresas Municipais e Intermunicipais						
INOVA - Empresa Desenvolvimento Económico Social-EM, S.A		11 647 332,00	10 892 227,97	100,000	11 579 272,52	100,00
Empresas Privadas ou Cooperativas						
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	13 639	142 245,00	286 594,64	1,673	300 822,23	1,67
SIMRIA - Saneamento Integrado Municípios Ria, S.A		199 746,00	218 622,04	1,195	215 039,93	1,19
Agências de Desenvolvimento Regional						
WRC - Web para a Região Centro, ADR, S.A.		10 000,00	5 148,72	0,730	5 151,73	0,73
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro		5 000,00	4 888,49	7,690	2 402,45	7,69
Coimbravita - Agência Desenvolvimento Regional, S.A.	3 000	14 970,00	14 970,00	2,210	14 970,00	2,21
Associações sem Fins Lucrativos						
ABAP-Associação Beira Atlântico Parque		803 241,74	810 534,51	97,190	946 790,40	97,19
BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia		432 484,03	0,00	99,920	0,00	99,93
Inst. Invest. Desenvolv. Tecnológico C. Const IteCons.		6 000,00	11 452,27	1,110	18 973,66	1,11
Comunidades Intermunicipais						
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra		0,00	31 406,63	3,530	32 281,88	3,53
Total Investimentos Financeiros		13 261 018,77	12 499 602,70		13 365 665,10	

No quadro nº 51 apresentam-se detalhadamente as partes de capital que o Município detinha em diversas entidades, à data de 31 de dezembro de 2013. Este apuramento é feito através da aplicação do método de equivalência patrimonial, que permite à Autarquia calcular o valor contabilístico das suas partes de capital na proporção exata da sua percentagem de participação, independentemente da influência exercida na gestão operacional e financeira de cada organização. Daqui decorre que a Autarquia obteve um benefício em investimentos financeiros na ordem dos 866 mil euros.

Sobre a alteração das percentagens de participação na SIMRIA – Saneamento Integrado Municípios Ria, S.A., na WRC – WEB para a Região Centro, ADR, S.A. e no Instituto Investigação e Desenvolvimento Tecnológico – ITeCons, no que respeita à coluna de 2012, é de referir que só agora estas entidades enviaram os documentos de prestação de contas com as taxas de participação corretas, pelo que no presente documento se procedeu à sua correção. Refira-se ainda, a este respeito, que o impacto dessas alterações foi refletido nas rubricas dos resultados transitados.



5.1.2 - Circulante

O capital circulante engloba todos os ativos que permanecem na Autarquia por um curto período de tempo, regra geral menos de um ano. O ativo circulante líquido de provisões é constituído pelo conjunto das existências destinadas a consumo imediato e adquiridas, produzidas e armazenadas pela autarquia até 31 de dezembro de cada do ano. Representa ainda as dívidas a receber de terceiros e o montante das disponibilidades e seus equivalentes detidos nesse mesmo ano.

O quadro n.º 52 reflete a evolução do ativo circulante do Município ao longo dos últimos dois anos, apresentados por ordem crescente de liquidez.

QUADRO 52

		J)	Jn: euros)
DESCRIÇÃO	2012	2013	Δ
DESCRIÇÃO	VALOR	VALOR	%
Circulante			
Existências			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	312 357,96	288 311,95	-7,70
Mercadorias	21 576,21	15 676,73	-27,34
Total de Existências	333 934,17	303 988,68	-8,97
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo			
Clientes, c/c	46 778,74	42 211,09	-9,76
Contribuintes, c/c	20 544,87	11 427,32	-44,38
Utentes, c/c	24 881,92	24 602,77	-1,12
Clientes, Cont, Utentes-Multas/Outras Penalidades	0,00	106,73	
Adiantamentos a fornecedores	2 829,00	1 845,00	-34,78
Outros devedores	616 265,95	386 005,11	-37,36
Total de Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	711 300,48	466 198,02	-34,46
Caixa e depósitos em instituições financeiras			
Caixa	4 157,29	2 690,87	-35,27
Depósitos em instituições financeiras			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.			
Operações Orçamentais	57 075,14	33 172,21	-41,88
Operações de Tesouraria	75 697,44	125 639,14	65,98
Banco Espírito Santo, S.A.	2 534,66	1 549,70	-38,86
Caixa Económica Montepio Geral	6 517,58	3 504,98	-46,22
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL			
Operações Orçamentais	2 491,27	911,77	-63,40
Operações de Tesouraria	442 466,37	433 538,11	-2,02
Banco BPI, S.A.	2 409,09	1 348,27	-44,03
Banco Comercial Português, S.A.	8 689,57	3 716,82	-57,23
Banco BIC Português, S.A.	569,02	568,34	-0,12
Banco Santander Totta, S.A.	2 031,31	1 123,93	-44,67
Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A			
Banif - Conta à Ordem	8 145,90	620,87	-92,38
Banif - Conta a Prazo	2 000 000,00	1 815 000,00	-9,25
Banco Popular Portugal, S.A.	750,95	1 518,37	102,19
Total de depósitos em instituições financeiras	2 609 378,30	2 422 212,51	-7,17
Total de Operações Orçamentais	2 095 371,78	1 865 726,13	-10,96
Total de Operações de Tesouraria	518 163,81	559 177,25	7,92
Total das disponibilidades	2 613 535,59	2 424 903,38	-7,22
Total Circulante	3 658 770,24	3 195 090,08	-12,67

Da análise do quadro n.º 52 extrai-se a conclusão de que esta rubrica do balanço apresentou uma diminuição global de 463.680,16 euros (12,67 %).





O membro do balanço que mais contribuiu para esse resultado foi, sem dúvida, a das dívidas de terceiros de curto prazo, com um decréscimo de 34,46 %, ou seja, uma redução em termos absolutos de 245.102,46 euros. Tendo em conta que este indicador já foi alvo de análise exaustiva a propósito dos quadros n.º 13 e n.º 15, não se afigura necessário tecer mais comentários sobre ele.

As disponibilidades registaram também uma redução efetiva, muito devido ao facto de a Autarquia ter recorrido a um pequeno montante do Depósito a Prazo que mantém no BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A., no montante de 185.000,00 euros, de modo a dar cumprimento a todas as suas obrigações junto dos fornecedores.

Só a redução verificada nas dívidas de terceiros e o depósito a prazo representam mais de 92% das diminuições ocorridas nesta massa patrimonial que integra o balanço.



5.1.3 - Acréscimos e Diferimentos

O Balanço apresenta, quer do lado do ativo, quer do lado do passivo, uma rubrica intitulada por *Acréscimos e Diferimentos*, onde são reconhecidos os proveitos e os custos quando efetivamente obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, dando assim cumprimento ao princípio da especialização ou do acréscimo estipulado no POCAL.

Com este reconhecimento pretende-se que as demonstrações financeiras de cada exercício integrem todos os custos e proveitos dos períodos a que respeitam, tornando assim possível determinar o verdadeiro resultado económico do ano, bem como uma melhor análise do desempenho e da posição financeira do Município ao longo dos tempos.

No quadro n.º 53 constam todas as componentes de Acréscimos e Diferimentos que compõe o primeiro membro do Balanço, o ativo. O aumento na ordem de um milhão de euros registado nestas duas componentes resultou sobretudo da evolução dos Impostos Diretos, rubrica que integra os Acréscimos de Proveitos.

Esta variação tão significativa deriva das atualizações do IMI - Impostos sobre Imóveis, fruto de avaliações efetuadas pelas entidades competentes no decorrer de 2013. Por isso se reconhece-se o proveito no presente ano, sendo que a sua liquidação e cobrança só decorrerá em 2014.

QUADRO 53

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

				((Un: euros)
CONTA DESIGNAÇÃO	2011	2012	Δ	2013	Δ
271 Acréscimos de Proveitos					
2711 Juros a receber	42 355,84	1 926,51	-95,45	12 631,24	555,65
2712 Encargos com pessoal a receber	1 105,06	691,97	-37,38	364,30	-47,35
27131 Comparticipação no fornecimento de refeições	16 498,10	15 778,95	-4,36	17 479,12	10,77
27132 Comparticipação em transportes escolares	5 651,25	0,00	-100,00	0,00	0,00
27133 Comparticipação transferências/subsídios obtidos	283 817,68	85 310,93	-69,94	1 797,14	-97,89
27134 Comparticipações por serviços prestados	1 608,63	64,50	-95,99	411,84	538,51
27135 Comparticipação prolongamento de horário	8 470,13	7 557,12	-10,78	6 411,15	-15,16
2714 Impostos Diretos	4 279 546,38	4 404 066,65	2,91	5 536 576,09	25,72
2716 Parque Eólico P. Tocha-AnexoIII DL339-C/2001,29/12	0,00	11 088,12		8 486,12	-23,47
2719 Outros acréscimos de proveitos	0,00	749,60		0,00	-100,00
Subtotal	4 639 053,07	4 527 234,35	-2,41	5 584 157,00	23,35
272 Custos Diferidos					
2721 Prémios de seguros antecipados	64 951,92	70 749,42	8,93	21 820,22	-69,16
2722 Juros Liquidados	316,09	96,64	-69,43	78,01	-19,28
2724 Fornecimentos e Serviços Externos					
27246 Jornais e revistas	459,47	482,58	5,03	451,86	-6,37
27247 Contratos de Assistência e Manutenção	4 907,13	1 861,30	-62,07	2 513,67	35,05
27248 Rendas	1 732,00	552,00	-68,13	552,00	0,00
27249 Outros Fornecimentos e Serviços Externos	465,63	2 100,45	351,10	2 079,04	-1,02
2729 Outros Custos Diferidos					
27291 Quotizações	2 887,50	2 887,50		2 887,50	0,00
Subtotal	75 719,74	78 729,89	3,98	30 382,30	-61,41
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	4 714 772,81	4 605 964,24	-2,31	5 614 539,30	21,90

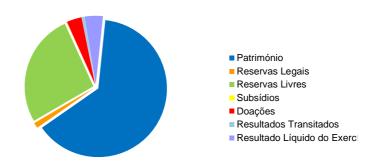


5.1.4 – Fundos Próprios

QUADRO 54
ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS

		_		2013
DESCRIÇÃO	2012	2013	Variação	
	VALOR	VALOR	VALOR	%
Fundos Próprios				
Património	48 819 451,74	49 182 254,55	362 802,81	0,74
Reservas Legais	1 000 293,55	1 000 293,55	0,00	0,00
Reservas Livres	20 543 354,56	20 543 354,56	0,00	0,00
Subsídios	67 448,01	64 298,34	-3 149,67	-4,67
Doações	2 056 847,35	2 744 815,44	687 968,09	33,45
Resultados Transitados	-1 057 092,47	-395 679,40	661 413,07	-62,57
Resultado Líquido do Exercício	931 254,35	3 338 833,46	2 407 579,11	258,53
Total	72 361 557,09	76 478 170,50	4 116 613,41	5,69

ESTRUTURA DE FUNDOS PRÓPRIOS 2013



Relativamente ao exercício de 2012, foi registada uma variação positiva de 5,69 % na componente dos fundos próprios, conforme se pode verificar no mapa acima apresentado. Em termos absolutos esse acréscimo foi de 4.116.613,41 euros.

O gráfico que traduz a estrutura dos fundos próprios do Município é bastante elucidativo quanto à expressão das diversas rubricas na massa patrimonial do balanço que agora se analisa.

As rubricas que mais influenciaram o acréscimo identificado foram principalmente as "Doações" e os "Resultados Transitados". No que concerne às Doações, importa dar conta que o aumento de 687.968,09 euros deve muito às doações das Juntas de Freguesia, sobretudo através de mão-de-obra, o que permitiu a concretização de muitas obras de beneficiação e requalificação realizadas no domínio municipal.

Ao nível dos resultados transitados, verificou-se uma variação positiva de 661.413,07 euros relativamente aos valores de 2012, situando-se em 395.679,40 euros no final do exercício. Nesta rubrica, estão refletidas todos os movimentos de regularização efetuados no presente exercício, de forma a corrigirem-se as movimentações contabilísticas que influenciaram indevidamente os resultados de exercícios anteriores.



Relatório de Gestão 13

Menor relevo teve a variação positiva do património municipal, que se situou em 362.802,81 euros, correspondentes, em grande parte, à recuperação de diverso imobilizado que ainda não tinha sido reconhecido nas respetivas contas do balanço.

Assim se encerra o exercício com um resultado extremamente favorável ao Município. O valor apurado é de 3.338.833,46 euros, ou seja, mais 2.407.579,11 euros que no exercício de 2012, o que decorre, sobretudo, dos resultados financeiros obtidos no presente exercício, por sua vez influenciados pelo reconhecimento das partes de capital que a Autarquia detém em diversas entidades e pela diminuição das taxas de juro.



5.1.5 - Passivo

QUADRO 55

PRINCIPAIS IMPOSTOS A ENTREGAR AO ESTADO

				Un: (Euros)
CONTA	DESIGNAÇÃO	2012	2013	Δ
242	Imposto Sobre o Rendimento	29 856,57	46 343,58	55,22
243	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	7 104,92	6 883,93	-3,11
244	Imposto de Selo	6,80	10 555,00	155 120,59
	SUB-TOTAL	36 968,29	63 782,51	72,53
245	Contribuições Para a Segurança Social			
2452	Caixa Geral de Aposentações	50 066,87	65 803,39	31,43
2453	Segurança Social	16 533,01	15 918,81	-3,71
2455	ADSE	0,00	0,00	
2456	Outras Contribuições Para Segurança Social	138,33	28,10	-79,69
	SUB-TOTAL	66 738,21	81 750,30	22,49
249	Outras Tributações	776,43	765,00	-1,47
	SUB-TOTAL	776,43	765,00	-1,47
	TOTAL	104 482,93	146 297,81	40,02

O quadro n.º 55 reflete as dívidas relacionadas com os impostos a entregar ao Estado e Outros Entes Públicos, incluindo as operações de tesouraria, ou seja, as retenções efetuadas a terceiros ou relativos a apuramentos já realizados, as quais são entregues aos diversos organismos da Administração Central no decurso do ano seguinte ou quando a lei o determinar. Assim, os 146.297,81 euros apurados a esse nível no exercício a que reporta o presente relatório só serão pagos em 2014.

QUADRO 56

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

					U	n: (Euros)
CONTA	DESIGNAÇÃO	2011	2012	Δ	2013	Δ
217	Clientes e Utentes Com Cauções	7 904,19	6 904,13	-12,65	4 977,31	-27,91
21701	Cauções de Água (OT)	0,00	0,00		0,00	
21702	Loteamentos e Obras (OT)	7 035,88	6 035,82	-14,21	4 109,00	-31,92
21703/4/5	Outras Cauções Cobradas a Terceiros (OT)	868,31	868,31	0,00	868,31	0,00
263	Sindicatos	392,23	358,78	-8,53	375,08	4,54
2685	Credores Por Depósitos de Garantia	457 549,02	436 430,55	-4,62	429 429,11	-1,60
26851	Cauções Prestadas Por Fornecedor (OT)	5 711,95	2 672,57	-53,21	2 672,57	0,00
26852	Cauções Prestadas Por Fornecedor Imobilizado (OT)	4 178,75	3 333,75	-20,22	1 741,25	-47,77
26853	Cauções Prestadas Por Empreiteiros (OT)	442 325,82	422 759,20	-4,42	417 350,26	-1,28
26855	Outras Cauções Prestadas (OT)	5 332,50	7 665,03	43,74	7 665,03	0,00
2686	Devedores e Credores de Operações de Tesouraria	8 609,93	16 871,68	95,96	38 183,44	126,32
26861	Estágios Profissionais -Portaria n.º 268/97 (OT)	1 064,76	1 064,76	0,00	1 064,76	0,00
26862	Outros Devedores e Credores de OT	0,00	0,00		0,00	
26863	Estágios Integração Sócio-Profissional-RCM 13 (OT)	728,91	728,91	0,00	728,91	0,00
26864	Credores P/Cheques em Trânsito não Recebidos (OT)	2 904,55	11 109,64	282,49	3 036,62	-72,67
26866	Execuções diversas p/ conta de penhoras(OT)	305,42	501,82	64,30	310,70	-38,09
26868	Outros devedores e credores de OT - Passagem	71,70	38,22	-46,69	47,17	23,42
26869	Devedores e Credores de Op. de Tesouraria Agregados	3 534,59	3 428,33	-3,01	32 995,28	862,43
	TOTAL	474 455,37	460 565,14	-2,93	472 964,94	2,69

O valor de 472.964,94 euros que se encontra cativo pelo Município à ordem de terceiros, como consta no quadro n.º 56, está dividido e discriminado por tipologia de caução. Trata-se de



montantes retidos ao abrigo dos normativos legais e que serão restituídos aos seus titulares quando se extinguir a obrigatoriedade que deu origem à retenção.

QUADRO 57

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

						Un.(Euros)
CONTA	DESIGNAÇÃO	2011	2012	Δ	2013	Δ
273 Acréscin	nos de Custos					
2731 Seguros	a liquidar	714,95	17,96	-97,49	2,49	-86,14
2732 Remune	rações e outros encargos a liquidar	378 231,37	455 620,01	20,46	562 985,26	23,56
27321 Férias		378 191,37	374 377,76	-1,01	461 340,91	23,23
27322 Senhas d	e Presença	0,00	0,00		719,30	
27324 Encargos	sobre remunerações	0,00	81 242,25		100 925,05	24,23
27329 Outros er	ncargos	40,00	0,00	-100,00	0,00	
2733 Juros a	Liquidar	22 361,96	8 108,29	-63,74	7 031,86	-13,28
2739 Outros A	Acréscimos de Custos	200 716,03	80 344,06	-59,97	139 166,33	73,21
27391 Fornecir	nentos e Serviços Externos a Liquidar	88 464,92	62 345,06	-29,53	121 772,16	95,32
273911 Eletricida	de	8 575,34	19 794,14	130,83	59 204,43	199,10
273912 Combusti	íveis	8 714,46	8 749,95	0,41	10 412,23	19,00
273913 Comunica	ação	5 489,07	5 561,86	1,33	2 279,64	-59,01
273914 Refeições	escolares	11 195,33	5 181,37	-53,72	10 423,56	101,17
273915 Portagen	s	0,00	49,40		0,00	
273916 Jornais e	Revistas	25,24	0,00	-100,00	0,00	
273917 Água, Sa	neamento e Resídios Sólidos	9 264,48	7 921,48	-14,50	14 243,64	79,81
237918 Encargos	de cobrança	4 332,02	3 476,48	-19,75	5 840,21	67,99
273919 Outros fo	rnecimentos e serviços externos	40 868,98	11 610,38	-71,59	19 368,45	66,82
27392 Transfer	ências Correntes Concedidas	43 262,52	8 537,20	-80,27	5 416,79	-36,55
273922 Despesas	com transporte crianças port. deficiências	3 141,60	6 347,12	102,03	3 053,76	-51,89
273923 Despesas	c/ acordo cooperação pré-escolar	21 141,00	0,00	-100,00	0,00	
273926 Encargos	com postos de enfermagem	2 651,62	1 992,08	-24,87	2 093,03	5,07
273927 Despesas	com auxílios económicos	16 328,30	0,00	-100,00	0,00	
273929 Outras tr	ansferências correntes	0,00	198,00		270,00	
27393 Encargo	s sobre remunerações	67 640,04	465,28	-99,31	555,18	19,32
27394 Custos e	Perdas Operacionais	362,74	495,96	36,73	3 328,49	571,12
273941 Quotizaçõ	ŏes	0,00	0,00		0,00	
273942 Impostos	e taxas	362,74	495,96	36,73	3 328,49	571,12
27395 Custos e	Perdas Financeiros	0,43	0,00	-100,00	0,00	
27398 Encargo	s adicionais com imobilizado	985,38	8 500,56	762,67	8 093,71	-4,79
TOTAL D	OS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	602 024,31	544 090,32	-200,74	709 185,94	-2,63

Voltando à análise dos Acréscimos e Diferimentos, mas agora com incidência sobre aqueles que integram o passivo, verifica-se que a rubrica "Acréscimos de Custos" totalizou o montante de 709.185,94 euros, apurando-se uma variação positiva de 165.095,62 euros face ao ano anterior.

Este aumento em muito se deve ao aumento dos acréscimos de custos referentes às remunerações e outros encargos a liquidar, mais 107.365,25 euros que no ano anterior, uma vez que não se previa o pagamento do subsídio de férias em 2012. No entanto, em meados de 2013, o Tribunal Constitucional veio decretar o seu pagamento, o que fez disparar os montantes estimados na proporção exata dos pagamentos que foi preciso efetuar. Os fornecimentos e serviços externos foram outra das rubricas a influenciar significativamente este resultado, verificando-se um acréscimo de 59.427,10 euros, valor que resulta fundamentalmente das despesas previstas com a eletricidade, uma vez que nos primeiros meses do ano ela foi faturada a custos de anos anteriores.

O quadro n.º 58 apresenta a totalidade dos incentivos comunitários reconhecidos na rubrica proveitos diferidos, permitindo aferir a totalidade dos incentivos comunitários recebidos pela Autarquia desde que foi implementado este novo normativo contabilístico. Anualmente, esses incentivos são reconhecidos como proveitos na exata proporção da taxa de comparticipação recebida e em função das amortizações do exercício de cada bem alvo de comparticipação. O



quadro n.º 59 mostra que 14.497.786,09 euros foram reconhecidos como proveitos do exercício de 2013.

No exercício de 2013 apenas a empreitada de Requalificação Urbana da Rua da Azinhaga e da Rua do Calvário, em Murtede, financiada pelo QREN, passou a integrar a rubrica dos Proveitos Diferidos.

Aparece aqui incluída ainda a rubrica «Venda de Bens Futuros – Permutas», com um valor de 573.327,50 euros. Embora esta não esteja diretamente relacionado com esta matéria, também deve ser reconhecida como proveitos diferidos, pois trata-se de compromissos futuros assumidos pelo Município, mediante celebração de contratos de permuta.

O quadro nº 60 tem como principal objetivo resumir por tipologia de fundos as variações ocorridas na rubrica de proveitos diferidos.

QUADRO 58

INCENTIVOS COMUNITÁRIOS RECONHECIDOS NA RUBRICA PROVEITOS DIFERIDOS

					Un: (Euros)
CONTA	DESIGNAÇÃO	2012	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2013
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2 392 199,16	0,00	0,00	2 392 199,16
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	127 628,65			127 628,65
274511102	Contrato-Programa M. Educação -Eqto/Mat Did.P. Esc	17 511,28			17 511,28
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	258 734,59			258 734,59
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1 733 572,08			1 733 572,08
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Intempéries 2000/01	43 814,41			43 814,41
274511106	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	2 213,40			2 213,40
274511107	P. nº 328/03 c/ Instituto Amb-P/ Elab.Carta do Ruído	7 800,00			7 800,00
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	141 092,00			141 092,00
274511109	A Colaboração C/DGALp/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	51 934,09			51 934,09
274511110	Espaço Público de acesso à Internet - Museu da Pedra	898,66			898,66
274511112	Acordo Coop. Prog. Rede Nac. Bibliotecas Escolares	7 000,00			7 000,00
27454	EXTERIOR				
274541	FEDER				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO				
274541011	EIXO I	12 479 939,09	0,00	0,00	12 479 939,09
2745410111	MEDIDA I.I - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	3 209 786,94	0,00	0,00	3 209 786,94
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	229 104,27			229 104,27
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	431 973,08			431 973,08
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	238 893,45			238 893,45
274541011104	Alargamento e Retificação EM 612 Febres/Vilamar	345 240,62			345 240,62
274541011105	Alargamento e Retificação do CM Marvão/B. Latas	172 645,75			172 645,75
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	192 804,82			192 804,82
274541011107	Alargamento e Retificação Cm 1017 Febres/Barracão	201 307,73			201 307,73
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	182 050,09			182 050,09
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	228 767,63			228 767,63
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murtede	247 337,51			247 337,51
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font. Febres)	224 750,24			224 750,24
274541011112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede-	387 472,67			387 472,67
27454101113	Amnl 2 a fase Arranjo Urb./Paisagistico area envolvente Lagoa Montinho	127 439,08			127 439,08



INCENTIVOS COMUNITÁRIOS RECONHECIDOS NA RUBRICA PROVEITOS DIFERIDOS

CONTA	DESIGNAÇÃO	2012	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2013
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	3 838 884,29	0,00	0,00	3 838 884,29
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelhos e Lírios	211 261,88			211 261,88
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	288 222,50			288 222,50
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	210 707,90			210 707,90
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	113 962,79			113 962,79
274541011205	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Ourentã	18 192,03			18 192,03
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	145 762,24			145 762,24
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	22 057,23			22 057,23
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	601 354,18			601 354,18
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	181 354,40			181 354,40
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de	186 014,23			186 014,23
274541011211	Portunhos Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de	114 762,96			114 762,96
274541011212	Murtede Abastecimento de água e DTAR de Marvão	324 039,90			324 039,90
274541011213	Abast. Água Picoto, Montouro, Q. Troviscais e Malhada	281 186,18			281 186,18
274541011214	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	779 250,99			779 250,99
274541011215	Drenagem Águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	360 754,88			360 754,88
CONTA	DESIGNAÇÃO	2012	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2013
2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2 841 568,63	0,00	0,00	2 841 568,63
274541011301	EM º Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criacão/Ferv	824 466,65			824 466,65
274541011302	Circular Urbana de Cantanhede	233 500,75			233 500,75
274541011303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 1.ª Fase	351 671,22			351 671,22
274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	505 632,99			505 632,99
274541011305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª Fase	926 297,02			926 297,02
2745410114	MEDIDA 1.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	2 396 389,69	0,00	0,00	2 396 389,69
274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	861 434,63			861 434,63
274541011402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	173 258,28			173 258,28
274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	220 115,52			220 115,52
274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	278 756,85			278 756,85
274541011405	Revitalização Urbana CantExecução de Passeios e Pavimentos	215 861,27			215 861,27
274541011406	Revitalização Urb. Areas mais Centrais Cidade Cantanhede	366 384,31			366 384,31
274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	280 578,83			280 578,83
274541012	EIXO II				
274541013	EIXO III	4 018 997,73	0,00	0,00	4 018 997,73
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	335 898,99	0,00	0,00	335 898,99
	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	54 868,12			54 868,12
2745410130102	2 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	121 014,20			121 014,20
2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infancia /EB 1 da Tocha	160 016,67			160 016,67



INCENTIVOS COMUNITÁRIOS RECONHECIDOS NA RUBRICA PROVEITOS DIFERIDOS

CONTA	DESIGNAÇÃO	2012	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2013
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1 688 896,15	0,00	0,00	1 688 896,15
2745410131001	Ampliação e Beneficiação da piscina Municipal	1 293 672,94			1 293 672,94
2745410131002	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo de Cantanhede	395 223,21			395 223,21
27454101312	MEDIDA III. 12 - Acessibilidades	1 927 471,54	0,00	0,00	1 927 471,54
2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC1 Tocha	1 539 971,54			1 539 971,54
2745410131202	! Variante de Portunhos (Poente)	387 500,00			387 500,00
27454101314	MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	25 571,83	0,00	0,00	25 571,83
2745410131401	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	25 571,83			25 571,83
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	41 159,22	0,00	0,00	41 159,22
2745410131601	ALL ADDIO DE SECTE E A ADDIO -IN SISCATOTIO STATA	41 159,22			41 159,22
274541014	EIXO IV	21 853,02	0,00	0,00	21 853,02
27454101406	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	10 926,51			10 926,51
	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra	1 481,98			1 481,98
	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	9 444,53			9 444,53
274541015	EIXO V	119 246,70	0,00	0,00	119 246,70
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EQUIP. /SERV.P.D. SOCIAL				
2745410150601	Casa do Chico Pinto	119 246,70			119 246,70
274541013110	Programa Operacional da Cultura	146 474,82	0,00	0,00	146 474,82
2745410201	Museu da Pedra Município Cantanhede - Exposições	43 622,64			43 622,64
2745410202	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	102 852,18			102 852,18
27454103	QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	3 472 541,17	57 134,75	674 208,86	4 089 615,28
274541031	Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento	4 496,45	0,00	0,00	4 496,45
27454103101	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	4 496,45		0,00	4 496,45
274541032	Eixo II - Desenvolvimento Cidades Sistemas Urban	1 177 504,99	0,00	191,08	1 177 696,07
27454103201	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	957 994,37			957 994,37
27454103202	Gabinete da Cidade	4 908,67		191,08	5 099,75
27454103203	Construção ER 335-1: Via regional cantanhede/IC1 Tocha	214 601,95			214 601,95
274541033	Eixo III- Consolidação Qualificação Esp. Sub- Regional	1 934 413,78	0,00	582 715,95	2 517 129,73
27454103301	Centro Educativo de Ançã	1 612 290,67			1 612 290,67
27454103302	Centro Educativo de Cadima	322 123,11		582 715,95	904 839,06
274541039	Eixo IX - CoesãoLocal e Urbana	356 125,95	57 134,75	91 301,83	390 293,03
27454103901	Plataforma para a Biotecnologia	3 038,22			3 038,22
27454103902	Requalificação Urbana da Rua 1.º de Maio	353 087,73	57 134,75	15 576,47	311 529,45
27454103903	Requalificação Urbana Concelho-Ruas da Azinhaga e Calvário	0,00	0,00	75 725,36	75 725,36

INCENTIVOS COMUNITÁRIOS RECONHECIDOS NA RUBRICA PROVEITOS DIFERIDOS

CONTA	DESIGNAÇÃO	2012	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2013
274544	FEOGA - MEDIDA AGRIS	248 461,40	0,00	0,00	248 461,40
27454401	Limpeza e Valorização da Lagoa dos Coadiçais	48 329,04			48 329,04
27454402	Beneficiação do Caminho Agrícola Cordinhã/Cantanhede	88 995,94			88 995,94
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros	111 136,42			111 136,42
274545	PROGRAMA LEADER +	56 458,08	0,00	0,00	56 458,08
27454501	Criação de uma Ludoteca/Mediateca Municipal	7 268,14			7 268,14
27454502	Parque Prosepe	10 182,64			10 182,64
27454503	Banco de Recursos de Cantanhede	7 206,75			7 206,75
27454504	Biblioteca Itinerante - Biblioteca de Praia	31 800,55			31 800,55
2746	Vendas de Bens Futuros - Permutas	568 452,50	0,00	4 875,00	573 327,50
274602	Zona do Plano Pormenor da Zona Sul Cantanhede	568 452,50		4 875,00	573 327,50
	TOTAL	23 378 148,85	57 134,75	679 083,86	24 000 097,96



Relatório de Gestão 13

QUADRO 59

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2013	AUMENTOS/ DIMINUICÕES	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS	Un: (Euros)
27451	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	2013	DIMINOIÇOES	2013	
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1 491 745,99	0,00	102 848.13	1 388 897,86
274511101	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	48 126,14		0,00	48 126,14
274511103	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	221 491,82		3 632,53	217 859,29
274511104	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1 076 946,76		86 678,60	990 268,16
274511105	Contrato- Programa c/Min.Plan - Intempéries 2000/01	22 454,89		2 190,72	20 264,17
274511108	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	82 464,62		7 054,60	75 410,02
274511109	A Colaboração C/DGAL p/ Constr. Feira Quinzenai	38 059,04		2 731,73	35 327,31
2745411112	Acordo Coop. Prog. Rede Nac. Bibliotecas Escolares	2 202,72		559,95	1 642,77
27454	EXTERIOR				
274541	FEDER				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO				
274541011	EIXO I	6 674 655,83	0,00	562 469,78	6 112 186,05
2745410111	MEDIDA I.I - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	1 728 595,45	0,00	156 145,85	1 572 449,60
274541011101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	106 915,35		11 455,21	95 460,14
274541011102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	192 130,81		21 666,34	170 464,47
274541011103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	117 455,96		11 944,67	105 511,29
274541011104	Alargamento e Retificação EM 612 Febres/Vilamar	169 038,91		17 262,03	151 776,88
274541011105	Alargamento e Retificação do CM Marvão/B. Latas	84 884,16		8 632,29	76 251,87
274541011106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	100 401,07		9 289,14	91 111,93
274541011107	Alargamento e Retificação Cm 1017 Febres/Barracão	115 502,79		9 336,84	106 165,9
274541011108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	156 367,37		2 331,35	154 036,02
274541011109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	117 457,30		11 732,35	105 724,9
274541011110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murtede	149 901,77		12 735,83	137 165,94
274541011111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font. Febres)	128 294,94		11 237,51	117 057,43
274541011112	infraestruturas da Zona industrial de Cantannede- Ampia.	204 043,09		20 381,06	183 662,03
27454101113	Arranjo Urb./Paisagístico área envolvente Lagoa Montinho	86 201,93		8 141,23	78 060,70
2745410112	MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	2 266 110,37	0,00	182 892,29	2 083 218,08
274541011201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelhos e Lírios	65 566,31		6 502,45	59 063,86
274541011202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	168 129,81		14 411,12	153 718,69
274541011203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	112 377,58		10 535,39	101 842,19
274541011204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	59 426,57		4 738,72	54 687,85
274541011206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	69 743,58		6 589,95	63 153,63
274541011207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	6 754,79		1 102,86	5 651,93
274541011208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	367 796,30		29 621,17	338 175,13
274541011209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	94 455,44		9 067,72	85 387,72
274541011210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	113 933,71		9 300,71	104 633,00
274541011211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murtede	85 594,03		5 738,15	79 855,88
274541011212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	181 895,73		15 936,19	165 959,54
274541011213	Abastecimento de água Quinta dos Troviscais, Malhada, Conduta Adutora dos Covões	106 184,41		11 736,89	94 447,52
274541011214	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	590 932,00		38 962,55	551 969,45
274541011215	Drenagem de águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	243 320,11		18 648,42	224 671,69



VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

2013 DIMINUICOS 2013 DIMINUICOS 2013 2014 2015 20						OII. (Luios)
274541011301 EM Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/Ferv. 398 059,50 37 330,74 32 274541011302 Circular Urbana de Cantanhede 112 008,88 11 675,04 1 1 675,04 1	CONTA	DESIGNAÇÃO			PARA PROVEITOS	TOTAL 2013
274541011302	2745410113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	1 702 134,26	0,00	112 647,10	1 589 487,16
274541011303 Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 1.ª Fase 180 231,55 17 583,56 1 274541011304 Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234 263 836,20 25 346,95 2 27454101140 Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª 747 998,13 20 710,81 7 27454101140 Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª 747 998,13 20 710,81 7 27454101140 Arranjos Urbanísticos na Prais da Tocha-1.ª Fase 314 304,26 40 001,09 2 274541011402 Arranjos Urbanísticos na Prais da Tocha-1.ª Fase 102 060,33 11 015,79 274541011403 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase 102 060,33 11 015,79 274541011404 Arranjos Urbanísticos na Prais da Tocha-2.ª Fase 101 976,69 11 727,92 274541011405 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase 101 976,69 11 777,69 274541011407 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase 90 503,29 13 413,56 274541011407 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase 90 503,29 13 413,56 2745410130 EXX III 33 313 048,86 0,00 124 814,12 318 27454101301 MEDIDA III - EDUCAÇÃO 299 544,44 0,00 4596,87 25 274541013010 Construção do Jardim de Infância de Cordinhā 47 229,90 726,63 274541013010 Construção do Jardim de Infância de Cordinhā 47 229,90 726,63 274541013101 Construção do Jardim de Infância (EB 1 da Tocha 114 669,12 2 2 278,68 1 274541013100 Ampliação e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 114 669,12 2 2 278,68 1 274541013100 Ampliação e Beneficiação de Piscina Municipal 1107 459,21 18162,63 10 274541013100 Ampliação e Beneficiação de Piscina Municipal 1107 459,21 18162,63 10 274541013100 Variante de Portunhos (Poente) 280 144,18 17 977,65 2 274541013120 Variante de Portunhos (Poente) 280 144,18 17 977,65 2 274541013120 Variante de Portunhos (Poente) 280 144,18 17 977,65 2 274541013120 MEDIDA III - 12 Acessibilidades 14 97 034,93 0,00 94 977,33 1 40 274541013100 Variante de Portunhos (Poente) 280 144,18 17 977,65 2 274541013120 Variante de Portunhos (Poente) 280 144,18 0,00 6416,55 0 274541013100 Arm. Apoio de Pesca e ª	274541011301	EM Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/Ferv.	398 059,50		37 330,74	360 728,76
1788,36	274541011302		112 008,88		11 675,04	100 333,84
274541011304	274541011303		180 231,55		17 583,56	162 647,99
Table	274541011304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	263 836,20		25 346,95	238 489,25
Page	274541011305		747 998,13		20 710,81	727 287,32
274541011402 Arranjos Urbanístico no Largo de S. João 77 380,84 8 377,09 274541011403 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase 102 060,33 11 015,79 274541011404 Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase 101 976,69 11 727,92 274541011405 Revitalização Urbana CantExecução de Passeisos e Pavimentos 117 716,19 10 793,04 1 274541011406 Revitalização Urbana CantExecução de Passeisos e Pavimentos 117 716,19 10 793,04 1 274541011407 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase 90 503,29 13 413,56 1 27454101301 RENTBILIZAÇÃO 299 544,44 0,00 4 596,87 25 274541013010 Construção do Jardim de Infância de Cordinhã 47 229,90 720,63 1 274541013010 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 110 645,42 1 597,56 1 274541013100 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 274541013100 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 1 0 <	2745410114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS	977 815,75	0,00	110 784,54	867 031,21
274541011403 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.º Fase 102 060,33 11 015,79 274541011404 Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.º Fase 101 976,69 11 727,92 274541011405 Revitalização Urbana Cant Execução de Passelos e Pavimentos 117 716,19 10 793,04 1 274541011406 Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede 173 874,15 15 456,05 1 274541011407 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.º Fase 90 503,29 13 413,56 1 274541013 EIXO III 3313 048,86 0,00 124 814,12 3 18 274541013010 Construção do Jardim de Infância de Cordinhã 47 229,90 720,63 724541013010 2745410130101 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho 110 645,42 1 597,56 1 274541013100 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 141 669,12 2 278,68 1 274541013100 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 274541013100 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33	274541011401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1.ª Fase	314 304,26		40 001,09	274 303,17
274541011404 Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase 101 976,69 11 727,92 274541011405 Revitalização Urbana Cant Execução de Passeios e Pavimentos 117 716,19 10 793,04 1 274541011406 Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede 173 874,15 15 456,05 1 274541011407 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase 90 503,29 13 413,56 1 27454101301 IMEDIDA III - EDUCAÇÃO 299 544,44 0,00 4 596,87 25 2745410130101 Construção do Jardim de Infância de Cordinhã 47 229,90 720,63 1 2745410130102 Construção de Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho 110 645,42 1 597,56 1 2745410131003 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Tocha 141 669,12 2 278,68 1 2745410131001 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 274541013102 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38	274541011402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	77 380,84		8 377,09	69 003,75
274541011405 Revitalização Urbana Cant Execução de Passeios e Pavimentos 117 716,19 10 793,04 1 274541011406 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.º Fase 90 503,29 13 413,56 274541011407 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.º Fase 90 503,29 13 413,56 274541013 EIXO III 3 313 048,86 0,00 124 814,12 3 18 2745410130101 Construção do Jardim de Infância de Cordinhã 47 229,90 720,63 720,63 2745410130102 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho 110 645,42 1 597,56 1 2745410131003 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 141 669,12 2 278,68 1 274541013100 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 141 669,12 2 278,68 1 274541013100 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 40 274541013100 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 274541013102 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 <t< td=""><td>274541011403</td><td>Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase</td><td>102 060,33</td><td></td><td>11 015,79</td><td>91 044,54</td></t<>	274541011403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1.ª Fase	102 060,33		11 015,79	91 044,54
274541011405	274541011404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	101 976,69		11 727,92	90 248,77
274541011406 Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede 173 874,15 15 456,05 1 274541011407 Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase 90 503,29 13 413,56 274541013 EIXO III 3 313 048,86 0,00 124 814,12 3 18 274541013010 MEDIDA III - EDUCAÇÃO 299 544,44 0,00 4 596,87 25 2745410130101 Construção do Jardim de Infância de Cordinhã 47 229,90 720,63 720,63 2745410130102 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho 110 645,42 1 597,56 1 274541013103 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 2745410131001 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 10 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 2745410131601 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 11 <	274541011405		117 716,19		10 793,04	106 923,15
274541013 EIXO III 3 313 048,86 0,00 124 814,12 3 12 27454101301 MEDIDA III - EDUCAÇÃO 299 544,44 0,00 4 596,87 25 2745410130101 Construção do Jardim de Infância de Cordinhã 47 229,90 720,63 720,63 2745410130102 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho 110 645,42 1 597,56 1 274541013100 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 141 669,12 2 278,68 1 274541013100 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 2745410131001 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 1 0 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 2745410131601 Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo - N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 0,00	274541011406		173 874,15		15 456,05	158 418,10
27454101301 MEDIDA III - EDUCAÇÃO 299 544,44 0,00 4 596,87 25 2745410130101 Construção do Jardim de Infância de Cordinhã 47 229,90 720,63 2745410130102 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho 110 645,42 1 597,56 1 2745410130103 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 141 669,12 2 278,68 1 274541013100 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 2745410131001 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 1 0 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 274541013102 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 274541013102 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 274541013102 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 274541013106 MEDIDA III.16 -Pescas - Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 20	274541011407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	90 503,29		13 413,56	77 089,73
2745410130101 Construção do Jardim de Infância de Cordinhã 47 229,90 720,63 2745410130102 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho 110 645,42 1 597,56 1 2745410130103 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 141 669,12 2 278,68 1 274541013100 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 2745410131001 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 1 0 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 2745410131102 Medida III- 12 Acessibilidades 1 497 034,93 0,00 94 977,33 1 40 2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 2745410131601 Arm. Apoio de Pesca e - Babrigo - N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 0,00 2 057,96 2 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 274541015 Eixo V 7	274541013	EIXO III	3 313 048,86	0,00	124 814,12	3 188 234,74
2745410130102 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho 110 645,42 1 597,56 1 2745410130103 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 141 669,12 2 278,68 1 274541013100 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 2745410131001 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 1 0 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 274541013112 Medida III- 12 Acessibilidades 1 497 034,93 0,00 94 977,33 1 40 2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 2745410131601 Arm. Apoio de Pescas - Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 2 057,96 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 274541015060 SOCIAL 76 021,84 0,00 6 416,55 27454102 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00	27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	299 544,44	0,00	4 596,87	294 947,57
2745410130103 Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha 141 669,12 2 278,68 1 27454101310 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 2745410131001 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 1 0 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 27454101312 Medida III- 12 Acessibilidades 1 497 034,93 0,00 94 977,33 1 40 2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 274541013160 MEDIDA III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 2 057,96 2 2745410131601 Arm. Apolo de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 0,00 6 416,55 6 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 274541015060 Casa do Chico Pinto 76 021,84 0,00 6 416,55 6 274541020 <t< td=""><td>2745410130101</td><td>Construção do Jardim de Infância de Cordinhã</td><td>47 229,90</td><td></td><td>720,63</td><td>46 509,27</td></t<>	2745410130101	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	47 229,90		720,63	46 509,27
27454101310 MEDIDA III. 10 - DESPORTO 1 484 742,59 0,00 23 181,96 1 46 2745410131001 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 1 0 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 27454101312 Medida III- 12 Acessibilidades 1 497 034,93 0,00 94 977,33 1 40 2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 27454101316 MEDIDA III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 2 057,96 2 2745410131601 Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo - N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 0,00 2 057,96 2 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 2745410150601 Casa do Chico Pinto 76 021,84 0,00 6 416,55 6 2745410202 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 <td< td=""><td>2745410130102</td><td>Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho</td><td>110 645,42</td><td></td><td>1 597,56</td><td>109 047,86</td></td<>	2745410130102	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 do Bolho	110 645,42		1 597,56	109 047,86
2745410131001 Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal 1 107 459,21 18 162,63 1 0 2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 27454101312 Medida III- 12 Acessibilidades 1 497 034,93 0,00 94 977,33 1 40 2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 27454101316 MEDIDA III.16 -Pescas - Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 2 057,96 2 2745410131601 Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo - N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 2 057,96 2 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 27454101506 MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. / SERV.P.D. SOCIAL 76 021,84 0,00 6 416,55 6 274541020 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 274541020 Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos 10 956,17 20,36 1 27454103	2745410130103	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1 da Tocha	141 669,12		2 278,68	139 390,44
2745410131002 Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede 377 283,38 5 019,33 3 27454101312 Medida III- 12 Acessibilidades 1 497 034,93 0,00 94 977,33 1 40 2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 27454101316 MEDIDA III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 2 057,96 2 2745410131601 Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo - N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 0 2 057,96 2 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 27454101506 MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. / SERV.P.D. SOCIAL 76 021,84 0,00 6 416,55 6 2745410200 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 274541020 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 274541031 QREN - MAIS CENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 <td>27454101310</td> <td>MEDIDA III. 10 - DESPORTO</td> <td>1 484 742,59</td> <td>0,00</td> <td>23 181,96</td> <td>1 461 560,63</td>	27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1 484 742,59	0,00	23 181,96	1 461 560,63
27454101312 Medida III- 12 Acessibilidades 1 497 034,93 0,00 94 977,33 1 407 034,93 2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 1 1 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	2745410131001	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal	1 107 459,21		18 162,63	1 089 296,58
2745410131201 Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha 1 210 890,75 76 999,68 1 1 2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 27454101316 MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 2 057,96 2 2745410131601 Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 2 057,96 2 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 27454101506 MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. /SERV.P.D. SOCIAL 76 021,84 0,00 6 416,55 6 2745410150601 Casa do Chico Pinto 76 021,84 0,00 6 416,55 6 27454102 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 2745410202 Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos 10 956,17 220,36 2 27454103 QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	2745410131002	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede	377 283,38		5 019,33	372 264,05
2745410131202 Variante de Portunhos (Poente) 286 144,18 17 977,65 2 27454101316 MEDIDA III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 2 057,96 2 2745410131601 Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo - N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 2 057,96 2 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 27454101506 MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. / SERV.P.D. SOCIAL 76 021,84 0,00 6 416,55 6 2745410150601 Casa do Chico Pinto 76 021,84 0,00 6 416,55 6 27454102 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 2745410202 Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos 10 956,17 220,36 2 27454103 QREN - MAIS CENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	27454101312	Medida III- 12 Acessibilidades	1 497 034,93	0,00	94 977,33	1 402 057,60
27454101316 MEDIDA III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação 31 726,90 0,00 2 057,96 2	2745410131201	Const. ER 335-1: Via Regional Cantanhede/ IC1 Tocha	1 210 890,75		76 999,68	1 133 891,07
Transformação 31 726,90 0,00 2057,96 2745410131601 Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha 31 726,90 2 057,96 274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 27454101506 MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. / SERV.P.D. 76 021,84 0,00 6 416,55 6 2745410150601 Casa do Chico Pinto 76 021,84 6 416,55 6 27454102 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 2745410202 Adaptação p/ Museu Municipal - arr. 10 956,17 220,36 2 27454103 QREN - MAIS CENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	2745410131202	Variante de Portunhos (Poente)	286 144,18		17 977,65	268 166,53
274541015 Eixo V 76 021,84 0,00 6 416,55 6 27454101506 MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. / SERV.P.D. 76 021,84 0,00 6 416,55 6 2745410150601 Casa do Chico Pinto 76 021,84 6 416,55 6 27454102 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 2745410202 Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos 10 956,17 220,36 2 27454103 QREN - MAIS CENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	27454101316		31 726,90	0,00	2 057,96	29 668,94
27454101506 MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. / SERV.P.D. 76 021,84 0,00 6 416,55 6 2745410150601 Casa do Chico Pinto 76 021,84 6 416,55 6 27454102 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 2745410202 Adaptação p/ Museu Municipal - arr. 10 956,17 220,36 220,36 27454103 QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	2745410131601	Arm. Apoio de Pesca e ^a Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	31 726,90		2 057,96	29 668,94
2745410150601 Casa do Chico Pinto 76 021,84 6 416,55	274541015		76 021,84	0,00	6 416,55	69 605,29
27454102 Programa Operacional da Cultura 10 956,17 0,00 220,36 1 2745410202 Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos 10 956,17 220,36 27454103 QREN - MAIS CENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	27454101506		76 021,84	0,00	6 416,55	69 605,29
2745410202 Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos 10 956,17 220,36 27454103 QREN - MAIS CENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	2745410150601	Casa do Chico Pinto	76 021,84		6 416,55	69 605,29
2745410202 Exteriores/Equipamentos 10 956,17 220,36 27454103 QREN - MAIS CENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 3 215 455,95 617 074,11 261 795,09 3 57 274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	27454102	Programa Operacional da Cultura	10 956,17	0,00	220,36	10 735,81
274541031 Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	2745410202		10 956,17		220,36	10 735,81
	27454103	QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL	3 215 455,95	617 074,11	261 795,09	3 570 734,97
27454103101 Economia Digital e Sociedade do Conhecimento 2 228,95 0,00 418,86	274541031	Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento	2 228,95	0,00	418,86	1 810,09
	27454103101	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	2 228,95	0,00	418,86	1 810,09

Relatório de Gestão 13

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2013	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERËNCIA PARA PROVEITOS 2013	TOTAL 2013
274541032	Eixo II - Desenvolvimento Cidades Sistemas Urbanos	1 017 536,72	191,08	120 599,08	897 128,72
27454103201	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	800 591,02		102 931,38	697 659,64
27454103202	Gabinete da Cidade	2 343,75	191,08	678,38	1 856,45
27454103203	Construção ER 335-1: Via regional Cant/IC1 Tocha	214 601,95		16 989,32	197 612,63
274541033	Eixo III- Consolidação Qualificação Esp. Sub- Regional	1 847 013,50	582 715,95	121 391,97	2 308 337,48
27454103301	Centro Educativo de Ançã EDU-2008-01-031-0169	1 524 890,39		25 484,67	1 499 405,72
27454103302	Centro Educativo de Cadima EDU-2009-07-006-1697	322 123,11	582 715,95	95 907,30	808 931,76
274541039	Eixo IX- Coesão Local e Urbana	348 676,78	34 167,08	19 385,18	363 458,68
27454103901	Plataforma para a Biotecnologia	2 121,13		280,39	1 840,74
27454103902	Requalificação Urbana da Rua 1.º de Maio	346 555,65	41 558,28	15 707,66	289 289,71
27454103903	Requalificação Urbana Concelho-Ruas da Azinhaga e Calvário	0,00	75 725,36	3 397,13	72 328,23
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	142 742,82	0,00	12 029,78	130 713,04
27454402	Beneficiação do caminho agrícola Cordinhã/ Cantanhede	61 926,32		4 449,80	57 476,52
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros	80 816,50		7 579,98	73 236,52
274545	PROGRAMA LEADER +	28 801,63	0,00	2 123,30	26 678,33
27454502	Parque Prosepe	4 702,72		912,98	3 789,74
27454503	Banco de Recursos de Cantanhede	2 679,81		224,95	2 454,86
27454504	Biblioteca Itinerante - Biblioteca de Praia	21 419,10		985,37	20 433,73
	TOTAL	14 953 429,09	617 074,11	1 072 717,11	14 497 786,09

QUADRO 60

QUADRO RESUMO

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2013	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2013	TOTAL 2013	
ORÇAMENTO DE ESTADO - COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1 491 745,99	0,00	102 848,13	1 388 897,86	
FUNDOS COMUNITÁRIOS					
FEDER	10 074 682,70	0,00	693 920,81	9 380 761,89	
FEOGA _ MEDIDA AGRIS	142 742,82	0,00	12 029,78	130 713,04	
PROGRAMA LEADER +	28 801,63	0,00	2 123,30	26 678,33	
Subtotal III QCA	10 246 227,15	0,00	708 073,89	9 538 153,26	
QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	3 215 455,95	617 074,11	261 795,09	3 570 734,97	
Subtotal Fundos Comunitários	13 461 683,10	617 074,11	969 868,98	13 108 888,23	
Total Geral	14 953 429,09	617 074,11	1 072 717,11	14 497 786,09	



5.2 – Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados agrupa e classifica, por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, demonstrando como variou a situação patrimonial de uma entidade durante um determinado período de tempo, em regra coincidente com o exercício económico. Ou seja, demonstra a forma como decorreu a atividade da Autarquia em determinado período económico.

Por outro lado, coloca em evidência os proveitos e os custos ocorridos ao longo do exercício e o seu resultado obtém-se pela diferença entre eles (Proveitos – Custos = Resultados), permitindo assim analisar os resultados obtidos em função da sua natureza, sejam eles operacionais, financeiros, correntes ou extraordinários. Feitas as contas permite obter, por diferencial, o resultado líquido do exercício.

QUADRO 61

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

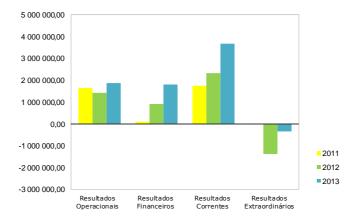
					Un: (Euro
CONTA	DESIGNAÇÃO	2012	2013	VARIAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO	2012	2013	VALOR	%
	Custas e Perdas				
61	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	784 664,19	1 079 283,13	294 618,94	37,55
62	Fornecimento e Serviços externos	4 542 150,38	4 155 371,91	-386 778,47	-8,52
64	Remunerações e Encargos Sociais	4 656 341,45	4 825 317,38	168 975,93	3,63
63	Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1 201 659,34	2 085 107,50	883 448,16	73,52
66	Amortizações do Exercício	5 211 675,60	5 447 978,69	236 303,09	4,53
67	Provisões do Exercício	240 992,19	26 613,58	-214 378,61	-88,96
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	502 023,38	491 038,71	-10 984,67	-2,19
68	Custos e Perdas Financeiras	935 312,90	365 658,58	-569 654,32	-60,91
69	Custos e Perdas Extraordinárias	3 028 392,51	1 705 089,71	-1 323 302,80	-43,70
	Total	21 103 211,94	20 181 459,19	-921 752,75	-4,37
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e Prestações de Serviços	715 313,60	630 600,05	-84 713,55	-11,84
72	Impostos e Taxas	6 651 087,88	8 173 486,03	1 522 398,15	22,89
	Variação da Produção	0,00	0,00	0,00	
75	Trabalhos Para a Própria Entidade	1 792 308,17	1 735 000,52	-57 307,65	-3,20
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00	0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	9 376 264,51	9 414 503,71	38 239,20	0,41
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	21 352,41	20 438,70	-913,71	-4,28
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1 839 728,89	2 177 624,30	337 895,41	18,37
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 638 410,83	1 368 639,34	-269 771,49	-16,47
	Total	22 034 466,29	23 520 292,65	1 485 826,36	6,74
88	Resultado Líquido do Exercício	931 254,35	3 338 833,46	2 407 579,11	258,53

O quadro n.º 61 evidencia a decomposição da demonstração de resultados por natureza de custos e de proveitos, mostrando quais das rubricas que mais contribuíram para o apuramento do resultado do exercício.



QUADRO 62
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

					Un: (Euros)
DESIGNAÇÃO		2011	2012	2013	Variação %
Resultados Operacionais	(A)	1 630 628,33	1 416 820,04	1 863 318,11	31,51
Resultados Financeiros	(B)	112 211,05	904 415,99	1 811 965,72	100,35
Resultados Correntes	(A)+ (B)	1 742 839,38	2 321 236,03	3 675 283,83	58,33
Resultados Extraordinários	(C)	-7 585,08	-1 389 981,68	-336 450,37	75,79
Resultado Líquido do	Exercício	1 735 254,30	931 254,35	3 338 833,46	258,53
(A)+(B)+(C))				



Por sua vez, o quadro nº 62 apresenta a evolução geral das diversas naturezas de resultados obtidos pelo Município de Cantanhede nos últimos três anos.

Antes de se entrar numa análise mais detalhada, importa desde já sublinhar a importância do resultado líquido do exercício de 2013, cujo valor ascendeu 3.338.833,46 euros, traduzindo um acréscimo de 2.407.579,11 euros face ao de 2012. Para facilitar o entendimento dos motivos que estão na base das variações ocorridas nestas rubricas, faz-se de seguida a sua exposição por estrutura (Custos e Proveitos).

Estrutura de Custos

No que concerne à estrutura de custos, as diminuições verificadas em algumas das suas componentes compensaram em larga medida os aumentos de outras, registando-se uma diminuição efetiva de 921.752,75 euros face aos valores obtidos em 2012.

O resultado do exercício de 2013 foi fortemente influenciado pela diminuição verificada na componente dos custos extraordinários, tendo estes diminuído 1.323.302,80 euros relativamente a 2012. Para esta situação contribuíram, essencialmente, as diminuições em perdas de imobilizado, assim como a redução efetiva dos custos relacionados com as transferências de capital.



Os custos e as perdas financeiras também influenciaram de forma positiva a diminuição de custos em 2013, concorrendo com menos 569.654,32 euros do que os gastos suportados no ano anterior. São vários os fatores que contribuíram para esta redução. Uma das justificações prendese, fundamentalmente, com a diminuição das taxas de juro suportadas pela Autarquia com o seu serviço da dívida. Outra razão tem a ver com o facto de se ter verificado uma inversão de uma tendência que se vinha a verificar nos últimos anos em relação aos custos associados ao reconhecimento anual das perdas em entidades participadas. Em 2013, inverteu-se essa tendência ao obter-se um proveito significativo nas entidades nas quais o Município detém partes de capital.

Apesar de não ter tanto expressão como os anteriores, importa também fazer uma breve referência à diminuição dos custos com fornecimentos e serviços externos, que se cifrou em menos 386.778,47 euros relativamente a 2012.

O acréscimo de 883.448,16 euros verificado na rubrica "transferências e subsídios correntes e prestações sociais" resulta apenas e tão só do facto de terem sido atribuídos mais subsídios aos diversos organismos e coletividades do Concelho. A título meramente exemplificativo refira-se que só para a INOVA foram transferidos, por conta desta rubrica, mais 360 mil euros que em 2012.

O aumento verificado na rubrica intitulada "Remunerações e Encargos Sociais", no montante de 168.975,93 euros, ficou a dever-se ao facto de ter sido necessário salvaguardar o pagamento do subsídio de férias, nos termos da imposição decretada pelo Tribunal Constitucional. Para este aumento também contribuiu o aumento das contribuições da entidade para a Segurança Social e para a Caixa Geral de Aposentações.

O aumento de 294.618,94 euros nos custos incorridos com mercadorias vendidas e matérias consumidas decorre apenas e tão só da forte atividade desenvolvida pelo município durante o ano de 2013, o que, por sua vez, também teve impacto ao nível do aumento do património municipal. Tudo isto, por força da execução de obras por administração direta que obrigou à aquisição de vários tipos de matérias- primas e outros materiais.

A variação positiva verificada na rubrica de amortizações, quantificada em 236.303,09 euros, também é consequência do aumento do património municipal.

Sintetizando, será apropriado dizer que os aumentos antes enunciados foram largamente compensados pelas reduções verificadas nas diversas rubricas descritas, o que permitiu à Autarquia encerrar as contas de 2013 como uma diminuição de custos na ordem dos 4,37%, quando comparados com os custos incorridos no exercício anterior.





Estrutura de Proveitos

Do lado dos proveitos verifica-se uma subida de 1.485.826,36 euros, mais 6,74% do que em 2013, tendo havido alterações positivas e significativa quanto à forma como se estruturaram em função da sua natureza. Globalmente, os proveitos operacionais aumentaram 1.417.702,44 euros em relação a 2012, variação positiva que teve uma forte influência da rubrica "Impostos e taxas", com mais 1.522.398,15 euros, o que compensou largamente outras rubricas de proveitos que sofreram ligeiras diminuições.

Mas não foi apenas este o aumento ao nível dos proveitos operacionais, pois os proveitos financeiros também subiram 337.895,41 euros, compensando assim a descida dos proveitos extraordinários em 269.771,49 euros. O balanço desta realidade é extremamente positivo, pois significa mais eficiência na capacidade de gerar proveitos resultantes da atividade principal do Município, uma vez que é a este nível que qualquer organização gera riqueza e assegura a sua manutenção.



VI – Rácios Financeiros

Os rácios financeiros que a seguir se apresentam permitem avaliar a situação económica e financeira da autarquia em 2013 e deles se pode concluir que o desempenho foi francamente positivo, aliás em linha com o que aconteceu no ano anterior.

QUADRO 63

Indicadores do Balanço	2011	2012	2013
Estrutura do Ativo			
Ativo Fixo/Ativo Total	93,6%	93,2%	92,7%
Ativo Circulante/Ativo Total	6,4%	6,8%	7,3%
Estrutura do Passivo			
Capitais Permanentes/Passivo	195,6%	216,1%	224,7%
Passivo Longo Prazo/Passivo Exigivel	86,8%	82,7%	80,8%
Passivo Curto Prazo/Passivo Exigivel	13,2%	17,3%	19,2%
Passivo Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	15,2%	20,9%	23,7%
Dividas MLP / Passivo	60,2%	56,6%	23,7%
Dividas Financeiras MLP / Passivo	58,6%	55,9%	53,6%
Dividas Curto Prazo / Passivo	8,0%	10,7%	11,1%
Análise do Ativo Fixo			
Ativo Fixo / Endividamento Médio Longo Prazo	366,5%	407,7%	468,0%
Amortizações Exercicio / Variação Imobilizado	102,0%	254,9%	116,4%
Análise do Passivo Exigivel			
Coeficiente de Endividamento			
Passivo Exigivel / Fundos Próprios	51,3%	46,5%	39,0%
Coeficiente de Endividamento a Curto Prazo			
Passivo Exigivel Curto Prazo / Fundos Próprios	6,8%	8,0%	7,5%
Coeficiente de Endividamento a Médio / Longo Prazo			
Passivo Exigivel Médio Longo Prazo / Fundos Próprios	44,5%	38,4%	31,5%
Passivo Exigivel Médio Longo Prazo / Imobilizado Corpóreo	62,3%	55,9%	48,5%
Grau de Autonomia			
Fundos Próprios/Ativo	57,5%	59,5%	62,9%
Indice de Liquidez Imediata			
Disponibilidades / Exigivel Curto Prazo	0,49	0,50	0,48
Indice de Solvência			
Ativo/Passivel Exigivel	3,39	3,62	4,08
Indicador Solvabilidade			
Capitais Próprios / Passivo	2,35	2,48	2,71
Indicador de Imobilizações			
Capitais Permanentes / Imobilizado Liquido	88,7%	93,7%	89,2%
Capitais Alheios / Imobilizado Liquido	3,7%	4,6%	4,2%
Endividamento			
Passivo / Activo Liquido	42,48%	40,39%	36,92%

Recorde-se que foi em 2010 que se deu o "ponto de viragem" da dívida e que desde esse ano a estrutura do Ativo tem vindo a manter-se praticamente inalterada. A esmagadora maioria da dívida de curto prazo existente na autarquia foi nessa altura convertida em Médio e Longo Prazo, o que por si só trouxe reflexos extremamente positivos ao nível do Equilíbrio Financeiro da Autarquia. Na sequência deste processo, a divida de curto prazo, inferior a 1 ano, passou a representar apenas 10% do passivo Municipal, tendo-se registado em 2013 uma diminuição superior a 10% do passivo exigível. Este resultado teve um impacto semelhante, quer no passivo de médio longo prazo, quer no de curto prazo, o que demonstra o equilíbrio da gestão da autarquia.

Os indicadores relativos ao passivo exigível mostram o trabalho que o município tem desenvolvido para obter uma cada vez maior independência financeira, como de resto se percebe com o que aconteceu em 2013, ano em que todos os coeficientes de endividamento sofreram uma redução. Além deste resultado decorrente do esforço que a Autarquia tem feito para reduzir o





peso das suas dívidas relativamente aos seus Fundos Próprios e ao seu imobilizado Corpóreo, é de realçar ainda o contínuo aumento da Autonomia Financeira, que ultrapassou a "barreira" dos 60% em 2013. Esta taxa evidencia claramente a capacidade da Autarquia em financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter de recorrer a financiamento externo.

A capacidade do Município em cumprir com os seus compromissos voltou a apresentar uma melhoria significativa relativamente ao ano de 2012, como se comprova pelo seu Índice de Solvência.

O equilíbrio financeiro das contas da Autarquia pode ainda ser avaliado pelo aumento constante do rácio de solvabilidade (proporção relativa dos ativos financiados por capitais próprios versus os ativos financiados por capitais alheios) e pela diminuição constante e significativa do indicador de endividamento que revela a cada vez menor dependência do Município relativamente a financiamentos externos. A taxa de 2013 foi menos de metade do valor de referência deste rácio (67%). O Município de Cantanhede tem vindo a observar com rigor o princípio de que as aquisições de imobilizado devem processar-se em regra através de Capitais Permanentes, razão pela qual o total do imobilizado líquido da autarquia em 2013 foi em 90% coberto por Capitais Permanentes.



VII – Contabilidade de Custos

Desde 2009 que o Município de Cantanhede faz parte do núcleo de municípios portugueses com o processo de contabilidade analítica já implementado, processo que se iniciou para superar as limitações dos subsistemas contabilísticos orçamental e patrimonial.

Atualmente, a contabilidade de custos assume um papel preponderante como medida de análise e controlo dessa variável, constituindo uma grande mais-valia para a perceção de como e onde estão a ser aplicados os recursos financeiros e se estes estão a ser geridos da melhor forma, auxiliando decisivamente o processo de planificação e tomada de decisão do Executivo Municipal.

Na verdade, trata-se de uma ferramenta que permite fazer um apuramento de custos e, consequentemente, possibilita a poupança em determinadas ações para se reinvestir noutras que se considerem de maior valor acrescentado.

Por outro lado, existe a imposição legal de que as tarifas a aplicar pelos serviços prestados à população devem refletir os custos que têm para a Autarquia. Nesse sentido, dando cumprimento ao disposto do ponto 2.8.3.1 do POCAL, que determina que "A Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços", continua a utilizar-se relativamente ao exercício de 2013 um sistema de contabilidade de custos, na perspetiva de que este ramo da contabilidade produz informação de apoio à gestão e é muito útil pelas vantagens que proporciona ao nível do planeamento, tomada de decisões, afetação de recursos e controlo das operações. Essa informação é obtida pela agregação dos custos em centros de custos criados propositadamente, neste caso em função da estrutura da autarquia e da sua realidade.

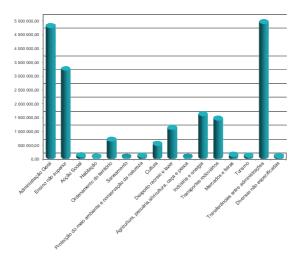
O subsistema de contabilidade em causa permitiu identificar os custos totais a imputar a obras, bem como os inerentes às prestações de serviços a clientes, contribuintes e utentes. Da sua posterior análise retirar-se-á o montante que a Autarquia suportou com as diversas atividades ou obras, para construir a partir daí uma base de trabalho capaz de orientar decisões subsequentes, designadamente em matéria de apuramento dos custos reais dos serviços, quanto à justificação do valor das taxas e preços, sendo certo que facilita também a elaboração do orçamento, bem como a decisão do Município em assumir diretamente determinado serviço/atividade ou em contratar entidades externas.



QUADRO 64

Custos por funções, com repartição da função 111

		Custos por função	%	Custos por função com distribuição da função 111	%
1	Funções Gerais	4 706 656,21	26,22%		
111	Administração Geral	4 706 656,21	26,22%	0,00	
2	Funções sociais	5 354 636,81	29,83%		40%
211	Ensino não superior	3 159 502,07	17,60%	4 282 531,32	24%
232	Acção Social	51 556,95	0,29%	69 882,61	0%
241	Habitação	3 428,44	0,02%	4 647,06	0%
242	Ordenamento do território	610 917,67	3,40%	828 065,31	5%
243	Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0%
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	39 448,55	0,22%	53 470,34	0%
251	Cultura	454 358,40	2,53%	615 857,83	3%
252	Desporto recreio e lazer	1 035 424,73	5,77%	1 403 461,29	8%
3	Funções económicas	3 013 172,68	16,79%		23%
310	Agricultura, pecuária,silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00%	0,00	0%
320	Indústria e energia	1 533 879,73	8,55%	2 079 089,63	12%
331	Transportes rodoviários	1 369 408,28	7,63%	1 856 157,62	10%
341	Mercados e feiras	68 742,11	0,38%	93 176,15	1%
342	Turismo	41 142,56	0,23%	55 766,48	0%
4	Outras funções	4 873 777,96	27,15%		37%
420	Transferências entre administrações	4 856 061,46	27,06%	6 582 124,28	37%
430	Diversas não especificadas	17 716,50	0,10%	24 013,74	0%
	TOTAL GERAL	17 948 243,66	100.00%	17 948 243.66	100.00%



O quadro n.º 64 demonstra a repartição dos custos incorridos pelo Município pelas diversas funções e mostra o peso de cada uma delas nos custos totais da autarquia. Distribuiu-se a Função 111 – Administração Geral pelas outras, dado que, pela sua natureza, esta última funciona como apoio às restantes.

Nos custos totais, a Administração Geral tem um peso de 26,22%, enquanto as restantes se distribuem por ordem decrescente de grandeza nos seguintes termos: Funções Sociais, com 29,83%, Outras Funções, com 27,15%, e as Funções Económicas, com 16,79%.

Os custos refletidos nesta contabilidade totalizaram 17.948.243,66 euros e foram imputados, de forma direta ou indireta, a cada uma das funções. Uma nota importante para referir que estes custos não são comparáveis com os apurados pela contabilidade patrimonial, na medida em que



Relatório de Gestão 13

os valores obtidos pelo sistema de contabilidade analítica, ou de custo, refletem-se também como custos de toda a faturação classificada na contabilidade patrimonial como bens de imobilizado, ou seja, classificados diretamente na classe 4 e não na classe 6.

Os valores de 2013 quando comparados com os valores apurados em 2012, na quantia de 16.476.486,13 euros, traduzem um acréscimo de 1.471.757,53 euros em termos absolutos.



VIII - Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício deve ser aprovada pelo órgão deliberativo sempre que houver saldo positivo na conta 59 – "Resultados Transitados", podendo o seu montante ser repartido da seguinte forma:

- Para reforço do património;
- Para constituição ou reforço de reservas.

Mais impõe o POCAL, que o reforço do património seja obrigatório até que o valor contabilístico da conta 51 – "Património" corresponda a 20% do seu ativo líquido e que a conta 571 – "Reservas legais" seja reforçada anualmente com um montante que no mínimo corresponda a 5% do resultado líquido do exercício.

Assim sendo e dando cumprimento a este dispositivo legal, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2013, no montante de 3.338.833,46 euros seja aplicado da seguinte forma:

€ 166.941,67 para reforço das reservas legais;

€ 2.776.212,39 para reservas livres; e

€ 395.679,40 deverão permanecer na rubrica de resultados transitados de modo a compensar os movimentos de regularizações não frequentes efetuados nesta rubrica no decurso de 2013.



IX – Certificação legal das contas e Parecer sobre as contas